

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Sonia Maria Deliberal

**O *ethos* institucional da Revista Brasileira Para Cegos: as pessoas com deficiência visual
como coenunciadores**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

São Paulo
2024



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Sonia Maria Deliberal

**O *ethos* institucional da Revista Brasileira Para Cegos: as pessoas com deficiência visual
como coenunciadores**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em **Língua Portuguesa**, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Nancy dos Santos Casagrande.

São Paulo

2024

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

D353 Deliberal, Sonia Maria
O ethos institucional da Revista Brasileira Para Cegos:
as pessoas com deficiência visual como coenunciadores. /
Sonia Maria Deliberal. -- São Paulo: [s.n.], 2024.
161p. ; 21 x 29,7 cm.

Orientadora: Nancy dos Santos Casagrande.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa.

1. Análise do Discurso. 2. Argumentação. 3. Revista
Brasileira para Cegos. 4. Editoriais; Ethos Institucional.
I. Casagrande, Nancy dos Santos . II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Língua Portuguesa. III. Título.

CDD 469

**O *ethos* institucional da Revista Brasileira Para Cegos: as pessoas com deficiência visual
como coenunciadores**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de DOUTOR em
Língua Portuguesa, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a
Nancy dos Santos Casagrande.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTO

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de Financiament 001 – processo número 88887.661980/2022-00”

“This study was financed en party by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) Finance Code 001 – processo número 88887.661980/2022-00”

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa por ter acolhido meu projeto de pesquisa.

À minha primeira orientadora, Prof.^a Dr.^a Regina Célia Pagliuchi da Silveira, por me auxiliar nos primeiros passos no caminho da análise do discurso (*IN MEMORIAM*).

À minha atual orientadora, Prof.^a Dr.^a Nancy dos Santos Casagrande pelo apoio, dedicação e administração na continuidade do percurso da análise do discurso.

A todos os professores de Pós-Graduação em Língua Português pelo aprendizado e exemplo.

Aos membros do Grupo de Pesquisa NUPPLE NOVO – Ensino de Língua Portuguesa para Estrangeiros - pela dedicação, pela partilha e pela compreensão no ensino de língua portuguesa.

Aos membros do Grupo de Pesquisa GPADHE – Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso, Historiografia e Ensino, pelo acolhimento e partilha das técnicas em Análise do Discurso.

RESUMO

O presente estudo tem como tema “A representação social da pessoa com deficiência visual como coenunciador: sob a ótica dos editorialistas da *Revista Brasileira para Cegos* (RBC)”. Esse tema nos levou aos seguintes questionamentos: Quais as representações sociais da pessoa com deficiência visual construídas pelos editorialistas da RBC? Quais as expressões com valores qualificativos selecionados para avaliar positiva ou negativamente a representação social da pessoa com deficiência visual? A hipótese dessa pesquisa é “O *ethos* institucional construído nos editoriais da RBC, elaborados por uma representante do IBC, apresenta divergência em relação aos editoriais realizados pela comissão editorial sob a supervisão do MEC, no que tange à construção da representação social da pessoa com deficiência visual”. A fim de responder às questões e possibilitar a afirmação da referida hipótese, tem-se como objetivo geral: Demonstrar como o *ethos* institucional constrói a representação social da pessoa com deficiência visual nos editoriais da *Revista Brasileira para Cegos*. Como objetivos específicos: analisar o *ethos* institucional dos editoriais da RBC sob a ótica do Instituto Benjamin Constant, no período de 2000 a 2011; analisar o *ethos* institucional dos editoriais da RBC sob o olhar do Ministério da Educação e Cultura, no período de 2012 a 2021; comparar os resultados dos dois períodos históricos. Para tanto, elegeu-se como aparato teórico autores que tratam da imagem demonstrada no discurso por meio dos estudos de argumentação em Amossy (2011, 2016, 2017), do *ethos*, incluindo o institucional em Maingueneau (2007, 2008, 2014), das representações sociais em Moscovici (1978, 2015), englobando uma editorialista e uma comissão editorial de Goffman (1978, 2008). Neste sentido, buscou-se ainda tratar dos operadores e articuladores argumentativos, da intertextualidade e de estratégias de argumentação em Koch & Elias (2021), além do conceito do gênero editorial em Van Dijk (1997, 2005, 2007, 2012). A partir do exposto, pretende-se analisar os editoriais publicados na RBC sob a ótica da argumentação, das representações sociais e do *ethos* institucional. Foram analisados dez editoriais, cinco do primeiro período, sob a responsabilidade da editorialista Kate de Queiróz Costa, sendo eles: a edição sem número, de 2005; a de número 504, de 2005; a de número 512, de 2008; a de número 519, de 2010 e a de número 524, de 2011, e cinco do segundo período, sob a responsabilidade de uma comissão editorial e incremento do Ministério da Educação e Cultura. Selecionaram-se as seguintes edições: a de número 532, de 2014; a de número 534, de 2014; a de número 542, de 2016; a de número 554, de 2019; e a de número 556, de 2020. A partir disso, os resultados das análises obtidas foram comparados e constatou-se que, em relação ao primeiro período, a presença do *ethos* institucional, prévio, empírico e afetivo estabelece uma relação de proximidade com seu leitor; no tocante ao segundo, percebe-se um *ethos* institucional distante e diferente de seu público-alvo.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Argumentação. *Revista Brasileira para Cegos*. Editoriais. *Ethos* institucional.

ABSTRACT

The present study's theme is the social representation of people with visual impairments as co-enunciators: from the perspective of the editorialists of the *Revista Brasileira para Cegos* (RBC). This theme led us to the following questions; What are the social representations of people with visual impairment constructed by the editorialists of *Revista Brasileira para Cegos*? What are the expressions with qualifying values selected to positively or negatively evaluate the social representation of people with visual impairment? The hypothesis of this research is "The institutional ethos constructed in the RBC editorials, prepared by a representative of the IBC institution, presents a divergence in relation to the editorials prepared by the team under the supervision of the MEC, in the two selected historical moments, regarding the construction of the social representation of people with visual impairment. In order to answer the research questions and enable the affirmation of the aforementioned thesis, the general objective is to: Demonstrate how the institutional ethos constructs the social representation of people with visual impairment in the editorials of the *Revista Brasileira para Cegos*, and as specific objectives: analyze the institutional ethos of the editorials of the *Revista Brasileira para Cegos* from the perspective of the Benjamin Constant Institute, from 2000 to 2011; analyze the institutional ethos of the editorials of the *Revista Brasileira para Cegos* from the perspective of the Ministry of Education and Culture, from 2012 to 2021; compare the results of the two historical periods. To this end, authors who deal with the image demonstrated in the speech through argumentation were chosen as theoretical apparatus in Amossy (2011, 2016, 2017); ethos, including the institutional one in Maingueneau (2007, 2008, 2014); of argumentation, of social representations de Moscovici (1978, 2015), comprising an editorialist and an editorial committee in Goffman (1978, 2008)). In this sense, we also sought to address argumentative operators and articulators, intertextuality and argumentation strategies in Koch & Elias (2021), in addition to the concept of the editorial genre of Van Dijk (1997, 2005, 2007, 2012) Based on the above, we intend to analyze the editorials published in RBC from the perspective of argumentation, social representations and institutional ethos. Ten editorials were analyzed, five from the first period, under the responsibility of editorialist Kate de Queiróz Costa, being: the unnumbered edition, from 2005; number 504, from 2005; number 52, from 2008; number 519, from 2010, and number 524, from 2011. From the second period, under the responsibility of an editorial commission, and also under the influence of the Ministry of Education and Culture, the following editions were selected: number 532, of 2014; number 534, from 2014; number 542, from 2016; number 554, from 2019; e number 556, from 2020. From the results of the analyzes obtained were compared and it was found that, in relation to the first period, the presence of institutional, prior, empirical and affective ethos, which establish a close relationship with your reader; regarding the second, an institutional ethos is perceived as distant and different from its target audience.

Keywords: Discourse Analysis. Argumentation. Brazilian Magazine for the Blind. Editorials. Institutional Ethos.

RÉSUMÉ

Le thème de la présente étude est la représentation sociale des personnes déficientes visuelles en tant que co-énonciateurs : du point de vue des éditorialistes de la *Revista Brasileira para Cegos* (RBC). Ce thème nous a conduit aux questions suivantes : Quelles sont les représentations sociales des personnes déficientes visuelles construites par les éditorialistes de *Revista Brasileira para Cegos* ? Quelles sont les expressions avec des valeurs qualificatives sélectionnées pour évaluer positivement ou négativement la représentation sociale des personnes déficientes visuelles ? L'hypothèse de cette recherche est « L'éthos institutionnel construit dans les éditoriaux de RBC, préparés par un représentant de l'institution IBC, présente une divergence par rapport aux éditoriaux préparés par l'équipe sous la supervision du MEC, dans les deux moments historiques sélectionnés, concernant la construction de la représentation sociale des personnes déficientes visuelles. Afin de répondre à la questions de recherche et permettre l'affirmation de la thèse susmentionnée, l'objectif général est : Démontrer comment l'éthos institutionnel construit la représentation sociale des personnes déficientes visuelles dans les éditoriaux de la *Revista Brasileira para Cegos*, et, comme objectifs spécifiques : analyser les ethos institutionnel les éditoriaux de la *Revista Brasileira para Cegos* du point de vue de l'Institut Benjamin Constant, de 2000 à 2011; analyser l'éthique institutionnelle des éditoriaux de la *Revista Brasileira para Cegos* du point de vue du ministère de l'Éducation et de la Culture, de 2012 à 2021; comparez les résultats des deux périodes historiques. À cette fin, ont été choisis comme appareil théorique les auteurs qui traitent de l'image démontrée dans le discours à travers l'argumentation Amossy (2011, 2016, 2017); la ethos du Maingueneau (2007, 2008, 2014), y compris celle institutionnelle; d'argumentation; des représentations sociales Moscovici (1978, 2015), composé d'un éditorialiste et d'un comité de rédaction du Goffman (1978, 2008). En ce sens, nous avons également cherché à aborder les opérateurs et articulateurs argumentatifs l'intertextualité et les stratégies d'argumentation Koch & Elias (2021), en plus du concept de genre éditorial Van Dijk (1997, 2005, 2007, 2012). Sur la base de ce qui précède, nous avons l'intention d'analyser les éditoriaux publiés dans RBC du point de vue de l'argumentation, des représentations sociales et de l'éthos institutionnel. Dix éditoriaux ont été analysés, dont cinq de la première période, sous la responsabilité de l'éditorialiste Kate de Queiróz Costa, à savoir : l'édition non numérotée, de 2005; celui de numéro 504, de 2005 ; numéro 512, de 2008 ; numéro 519, de 2010, et numéro 524, de 2011. Dès la deuxième période, sous la responsabilité d'une commission éditoriale, et également sous l'influence du ministère de l'Éducation et de la Culture, les éditions suivantes ont été sélectionnées : numéro 532, de 2014; numéro 534, de 2014 ; numéro 542, de 2016 ; numéro 554, de 2019 ; et le numéro 556, de 2020. À partir de là, les résultats des analyses obtenues ont été comparés et il a été constaté que, par rapport à la première période, la présence d'un ethos institutionnel, préalable, empirique et affectif, qui établit une relation étroite avec votre lecteur; Concernant le second, une philosophie institutionnelle est perçue comme distante et différente de son public cible.

Mots-clés: Analyse du discours. Argumentation. Magazine brésilien pour les aveugles. Éditoriaux. Éthos institutionnel.

RESUMEN

El tema del presente estudio es la representación social de las personas con discapacidad visual como coenunciadores: desde la perspectiva de los editorialistas de la *Revista Brasileira para Cegos* (RBC). Este tema nos llevó a las siguientes preguntas: ¿Cuáles son las representaciones sociales de las personas con discapacidad visual construidas por los editorialistas de la *Revista Brasileira para Cegos*? ¿Cuáles son las expresiones con valores calificativos seleccionados para evaluar positiva o negativamente la representación social de las personas con discapacidad visual? La hipótesis de esta investigación es “El ethos institucional construido en los editoriales de RBC, elaborados por un representante de la institución IBC, presenta una divergencia en relación a los editoriales elaborados por el equipo bajo la supervisión del MEC, en los dos momentos históricos seleccionados, respecto a la construcción de la representación social de las personas con discapacidad visual. Para responder a las preguntas de investigación y posibilitar la afirmación de la tesis antes mencionada, el objetivo general es: Demostrar cómo el ethos institucional construye la representación social de las personas con discapacidad visual en los editoriales de la *Revista Brasileira para Cegos*. Como específicos objetivos : analizar el ethos institucional de las editoriales de la *Revista Brasileira para Cegos* desde la perspectiva del Instituto Benjamin Constant, de 2000 a 2011; analizar el ethos institucional de las editoriales de la *Revista Brasileira para Cegos* desde la perspectiva del Ministerio de Educación y Cultura, de 2012 a 2021; comparar los resultados de los dos períodos históricos. Para ello, se eligió como aparato teórico a autores que abordan la imagen demostrada en el discurso a través de la argumentación Amossy (2011, 2016, 2017); ethos, incluido el institucional Maingueneau (2007, 2008, 2014) argumentación; de representaciones sociales Moscovici (1978, 2015), compuesto por un editorialista y un mité editoria de al Goffman (1978, 2008). En este sentido, también buscamos abordar operadores y articuladores argumentativos, intertextualidad y estrategias de argumentación Koch & Elias (2021), además del concepto de género editorial Van Dijk (1997, 2005, 2007, 2012). A partir de lo anterior, nos proponemos analizar los editoriales publicados en RBC desde la perspectiva de la argumentación, las representaciones sociales y el ethos institucional. Se analizaron diez editoriales, cinco del primer período, bajo la responsabilidad de la editorialista Kate de Queiróz Costa, siendo: la edición sin numerar, de 2005; el número 504, de 2005; el número 512, de 2008; el número 519, de 2010, y el número 524, de 2011. Del segundo periodo, bajo la responsabilidad de un comité editorial, y también bajo la supervisión del Ministerio de Educación y Cultura, se seleccionaron las siguientes ediciones: la número 532, de 2014; el número 534, de 2014; el número 542, de 2016; el número 554, de 2019; y el número 556, de 2020. A partir de esto, se compararon los resultados de los análisis obtenidos y se encontró que, en relación con el primer período, se destaca la presencia de ethos institucional, previo, empírico y afectivo, que establecen una estrecha relación con su lector; en cuanto al segundo, un ethos institucional se percibe como distante y diferente de su público objetivo.

Palabras-clave: Análisis del Discurso. Argumentación. Revista Brasileña para Ciegos. Editoriales. Ética institucional.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Números, editorialista e ano dos 74 editoriais (2000 até 2021).....	56
Quadro 2 - Números, títulos, sem assinatura e anos dos cinco editoriais selecionados para o primeiro período.....	60
Quadro 3 - Números, títulos, comissão editorial e anos dos cinco editoriais selecionados para o segundo período.....	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especial
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério de Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RBC	Revista Brasileira para Cegos
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1	<i>ETHOS</i>, DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	25
1.1	Discurso e Argumentação	25
1.2	Marcadores Argumentativos	31
1.3	A Representação Social.....	34
1.4	A Representação do Eu.....	38
1.5	O gênero editorial	41
2	O CONTEXTO DA REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS	44
2.1	O Instituto Benjamin Constant.....	44
2.2	Contexto da pessoa com deficiência visual.....	49
2.3	A Revista Brasileira para Cegos.....	53
2.4	Materiais e Métodos	54
3	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>: OS EDITORIAIS DA REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS	61
3.1	Análise dos editoriais	61
3.1.2	Análise dos editoriais do primeiro período de 1992 a 2011	61
3.1.3	Análise dos editoriais do segundo período de 2014 a 2020	77
4	ANÁLISE COMPARATIVA.....	108
4.1	Comparação do primeiro período – de 1992 até 2011.....	108
4.2	Comparação do segundo período – de 2014 até 2020.....	122
4.3	Comparação entre os períodos	145
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS.....	150
	ANEXOS.....	155

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse pela Educação Especial desta pesquisadora nasceu durante o período de convivência com deficientes visuais na escola regular. A partir da observação da leitura dos estudantes da *Revista Brasileira para Cegos*, editada no sistema Braille, surgiram os seguintes questionamentos: Quais as representações sociais da pessoa com deficiência visual construídas pelos editorialistas da RBC? Quais as expressões com valores qualificativos selecionados para avaliar positiva ou negativamente a representação social da pessoa com deficiência visual?

Na exploração da *Revista Brasileira para Cegos*, observou-se que os editoriais construídos, em um primeiro momento, por uma editorialista e, em segundo momento, por uma comissão editorial despertou o interesse em pesquisar os diferentes posicionamentos entre os dois períodos históricos. Então, estabeleceu-se a seguinte hipótese: O *ethos* institucional construído nos editoriais da RBC, elaborados por uma representante do IBC, apresenta divergência em relação aos editoriais realizados pela comissão editorial sob a supervisão do MEC, no que tange a construção da representação social da pessoa com deficiência visual.

A fim de empreender os estudos, é indicado como tema “A representação social da pessoa com deficiência visual como coenunciador: sob a ótica dos editorialistas da *Revista Brasileira para Cegos*; como objetivo geral: “demonstrar como o *ethos* institucional constrói a representação social da pessoa com deficiência visual nos editoriais da RBC” e por objetivos específicos: analisar o *ethos* institucional dos editoriais da RBC sob a ótica do Instituto Benjamin Constant, no período de 2000 a 2011; analisar o *ethos* institucional dos editoriais da RBC sob o olhar do Ministério da Educação e Cultura, no período de 2012 a 2021; e, comparar os resultados dos dois períodos históricos.

Justifica-se esse trabalho por ser a única revista no sistema Braille e ter como público-alvo as pessoas com deficiência visual, integrantes de um grupo minoritário que procuram respeito a sua cultura. Para definição desse termo procurou-se Silveira (2009) que afirma ser a cultura um conjunto de crenças, cujos valores são construídos socialmente pelo vivido e experienciado pelas pessoas de determinado grupo social.

A metodologia é qualitativa e bibliográfica por utilizar os editoriais de revista que são analisados. A pesquisa tem por hipótese “O *ethos* institucional construídos nos editoriais da RBC, elaborados por uma representante da IBC, apresenta divergência em relação aos editoriais elaborados pela equipe sob a supervisão do MEC, no que tange à construção da representação social da pessoa com deficiência visual”.

Para esclarecer o leitor em relação ao título e ao tema, foi realizado um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), acerca do interesse em relação à representação social da pessoa com deficiência visual, os editoriais e a *RBC*.

Os resultados encontrados assim se apresentam:

Na Plataforma de Bases Dados Teses e Dissertações há 20 trabalhos que apresentam como tema as representações sociais e o deficiente visual. Com as palavras-chaves “representação da pessoa com deficiência visual” e “editoriais” não há registro e com as palavras-chaves “representação social da pessoa com deficiência visual”, “editoriais” e “revista brasileira para cegos”, não há registro.

Na Plataforma Sucupira, ferramenta de compartilhamento de informações acadêmicas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), encontraram-se 10 produções sobre a representação social da pessoa com deficiência visual, sendo que com as palavras-chaves: “representação social”, “pessoa com deficiente visual” e “editorial”, localizou-se uma:

1. “Narrativas autobiográficas de surdos ou de pessoas com deficiência visual: análise de identidade e de representação” de autoria de Janete Inês Muller e Felipe Lecio Mianes, publicada na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em agosto de 2016.

As produções que analisaram especificamente a representação social da pessoa com deficiência visual em editoriais não foram encontradas.

Em relação às palavras-chaves “editoriais” e “pessoa com deficiência visual”, “revista” e *Revista Brasileira para Cegos*, tanto na BDTD quanto na CAPES, não foram encontradas produções acadêmicas concernentes.

No acervo de pesquisas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), especificamente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, foi possível encontrar a dissertação de autoria de Jefferson Gomes de Moura (2020), sob o título “A memória sobre a deficiência visual na *Revista Brasileira para Cegos* (RBC)”. A fim de compreender a sua análise, o resumo desse estudo é transcrito a seguir:

A Revista Brasileira para Cegos (RBC), publicação de informação e cultura em Braille para pessoas cegas, produzida no Instituto Benjamin Constant (IBC) desde 1942, atualmente com periodicidade trimestral, constitui-se em importante meio de acesso ao conhecimento no formato impresso para o seu público. Três recortes da edição da RBC foram observados. O primeiro corresponde à edição número 1 da revista (discurso fundador), datado de abril de 1942. O segundo, no ano de 2011 (números 522 a 525), marca o fim de um período (dezenove anos) em que uma só pessoa cega ficou à frente da editoria do periódico. E o terceiro, nos anos de 2012/13 (números 526 a 529), contempla um período de transição para uma comissão editorial formada por pessoas cegas e videntes. Este trabalho objetiva compreender como ocorre a construção da memória coletiva sobre deficiência visual na RBC; se esse discurso, iniciado no primeiro exemplar, foi repetido nos números seguintes, podendo ser dividido em institucional (registro de políticas públicas) e de empoderamento (palavras de encorajamento) da pessoa cega. A pesquisa se norteia pela dimensão qualitativa e utiliza como ferramenta para apreciação do corpus a Análise do Discurso, vertente francesa, de Michel Pêcheux, que considera a atividade discursiva como resultante de um processo sócio-histórico. Este estudo constatou que, desde o primeiro número, a Revista Brasileira para Cegos apresenta discurso sobre deficiência visual,

de fortalecimento das potencialidades da pessoa cega (empoderador) e de valorização do Instituto Benjamin Constant como centro de referência nas questões da visão (institucional), sendo repetido semanticamente sete décadas depois. Esta pesquisa concluiu que o discurso sobre deficiência visual é o elemento comum que liga a revista ao seu público, estando nele inseridas a defesa/valorização do Braille como sistema de leitura e escrita da pessoa cega e a defesa/valorização da instituição de referência (IBC). (MOURA, 2020, p. 7)

Na introdução da dissertação, o autor salienta que:

para as pessoas cegas em particular, restam inúmeras lacunas, como os programas de TV que ainda não possuem o recurso da audiodescrição, o rádio que, embora seja muito utilizado, muitas vezes não conta com profissionais preparados para narrar os acontecimentos de forma inteligível para esse público, os sites com apelo visual, sem a descrição do conteúdo e, por fim, materiais impressos (livros, jornais e revistas), sem o correspondente exemplar em braille. (MOURA, 2020, p. 12)

Seu texto continua com o objetivo geral e os específicos, assim relatados:

O objetivo do presente trabalho é perceber a construção da memória sobre questões relativas à deficiência visual ou correlacionadas aos desafios vividos pela pessoa cega por meio da análise de matérias publicadas no periódico RBC. Essa análise foi feita pela observação de matérias e editoriais ali publicados, de conteúdo autoral ou provenientes de outras publicações, que tratem diretamente do tema "deficiência visual" ou dos desafios que as pessoas cegas precisam ultrapassar.

Mais especificamente, verificou-se se a memória sobre deficiência visual na RBC é construída por meio do discurso institucional, exaltando pontos de vista de políticas governamentais; e do discurso do grupo social com deficiência visual, contendo o registro das suas lutas para afirmação perante a sociedade e superação de dificuldades, como forma de empoderamento. (MOURA, 2020, p.12)

Para atingir tal objetivo, o trabalho de Moura (2020) tem os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar o Sistema Braille, método de leitura e escrita que deu autonomia às pessoas cegas, peça fundamental para a criação do Instituto Benjamin Constant e da Revista Brasileira para Cegos;
- b) Contextualizar a RBC no processo histórico de produção de impressos em braille;
- c) Mostrar que, diante da escassez de publicações em braille, a RBC tem especial importância para o seu público;
- d) Analisar a construção da memória sobre deficiência visual na RBC pelos discursos institucional e de empoderamento da pessoa cega. (MOURA, 2020, p. 12-13)

Após, descrever seus objetivos, o autor explica seu *corpus*, a ferramenta e a linha da pesquisa, especificando:

O corpus do trabalho são as RBC de números 1, editorada em 1942; 522 a 525, de 2011 e 526 a 529, publicadas entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013, totalizando nove revistas (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, 1942, 2011, 2013). A observação da revista número 1 visa aferir a vocação da RBC em tratar temática ligada à deficiência visual, discurso que se pretende verificar se será repetido até os dias atuais. O segundo recorte, de 2011, traz o último ano em que a revista foi editorada por uma única pessoa, que ficou à frente da publicação por 19 anos consecutivos. O recorte mais atual abrange um período de transição na revista, que a partir de 2012 passou a ser elaborada por uma comissão composta por pessoas cegas e videntes. Uma análise preliminar das revistas desse período de transição mostra um incremento nas matérias que abordam a temática da deficiência. Visando observar a reação dos leitores à transição sentida no periódico, foram utilizadas quatro correspondências encaminhadas à RBC e publicadas no número 529, em atendimento à solicitação da

comissão editorial para envio de correspondências com sugestões, comentários e críticas. Nas correspondências apresentadas no presente estudo, optou-se por efetuar a correção ortográfica da redação.

A ferramenta utilizada para análise do corpus é a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, cujo maior expoente é Michel Pêcheux, que leva em consideração o processo histórico da concepção do discurso como sendo fruto do embate entre classes sociais. Segundo essa vertente de estudo (PÊCHEUX, 1995), aquilo que está sendo dito no momento atual não pertence aos seus emissores. Na verdade, é reflexo das lutas do passado, cujo resultado pré-determina o que pode ou não ser dito em determinada situação. Segundo essa vertente da Análise do Discurso, esses traços do passado (memória discursiva) ficam marcados no texto, podendo ser apreendidos por meio da análise de excertos do corpus a ser analisado, as sequências discursivas (SD) (PÊCHEUX, 1995). Acredita-se que a RBC, em mais de sete décadas de existência, apresente uma memória discursiva que se iniciou na revista número 1, traçando os rumos da publicação nos números seguintes.

A pesquisa norteia-se pela dimensão qualitativa, que, segundo Minayo (2009, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. É nesse sentido que é investigada a RBC, na sua influência sobre a subjetividade dos leitores cegos e na construção de uma memória coletiva na publicação, tendo por base comum as questões sobre deficiência visual. (MOURA, 2020, 13-14)

Moura (2020) menciona a relevância do tema “memória social”:

A relevância se encontra nos 75 anos de edição da RBC, revista que atravessou diversos períodos da história, informando e entretenendo as pessoas com deficiência visual. No campo da memória social, acredita-se que ela seja objeto construtor da memória coletiva do leitor. Como Halbwachs esclarece (2006), nunca estamos sozinhos em nossas memórias, pois nossa visão do mundo é desenvolvida pelas memórias que adquirimos. Nesse sentido, as informações fornecidas pela RBC formam importantes redes de conhecimentos no imaginário do leitor, construindo um universo simbólico dos quais as pessoas com deficiência visual se utilizam ao longo da vida. Por isso, é importante o estudo dessa publicação quase secular. (MOURA, 2020, p. 15)

Assim realizado, detalha a estrutura do trabalho:

O trabalho é estruturado em cinco capítulos, incluindo a introdução. O segundo capítulo é dedicado inicialmente ao Sistema Braille, da concepção nos primeiros anos do século XIX aos dias atuais, invento que foi peça fundamental na criação do Instituto Benjamin Constant em 1854 e, posteriormente, da Revista Brasileira para Cegos. Em seguida, trata da história da instituição, contada pela via do desenvolvimento de impressos nesse sistema, no qual se inclui a RBC. Por fim, após tratar do suporte impresso da revista e da instituição no seio da qual foi concebida, aborda o ciclo de produção da publicação no momento atual. No terceiro capítulo, que aborda a relação das pessoas cegas com as publicações em braille, é apresentado um panorama das políticas públicas que tratam da produção de impressos nessa simbologia, com as normas de direito pátrio e internacional sobre o tema, mostrando que ainda há um longo caminho para que a pessoa cega tenha acesso à informação impressa em quantidade semelhante ao oferecido às pessoas videntes. Nessa esteira, apresenta o relacionamento do leitor da RBC com a sua revista, contada pelas cartas dos leitores, que se desenvolve em meio a um número reduzido de publicações no Sistema Braille.

O quarto capítulo, acerca da deficiência visual na RBC, do ponto de vista institucional e de empoderamento da pessoa cega, inicialmente aborda os aspectos conceituais da análise do discurso de vertente francesa, ferramenta teórica a ser empregada para auxiliar na consecução do objetivo deste trabalho. No plano da deficiência visual sob o prisma Institucional, busca elementos para a percepção desse discurso, tendo como sujeitos o governo e a sociedade com deficiência visual, esta última receptora das políticas públicas estatais. No plano do empoderamento da pessoa cega, visa mostrar a abordagem dos assuntos relativos à pessoa com deficiência visual como possíveis elementos motivacionais desse público.

O quinto capítulo se dedica às considerações finais. (MOURA, 2020, p. 15-16).

No segundo capítulo, intitulado “A comunicação escrita para cegos do código de linguagem ao objeto de leitura”, Moura aborda o sistema braille, o processo de produção de impressos, a leitura e escrita no território brasileiro e a produção do *RBC*.

No terceiro capítulo, intitulado “A pessoa com deficiência visual e a relação com as publicações em Braille”, o autor comenta a questão acerca dos escassos materiais impressos em Braille, as políticas públicas e a estreita relação entre o leitor e a *RBC*. Há ênfase nas declarações dos leitores em relação ao sentimento de gratidão em relação à *RBC*, exemplo:

Eu escrevo este texto para contar um pouco do meu contato com o braille. Eu tinha meus 7 anos e tinha acabado de perder a visão. Depois na escola que eu estudava junto com crianças que enxergavam aprendi com uma professora que enxerga braille, graças a Deus a minha professora de braille e graças também a minha força de vontade e meu gosto pela leitura aprendi logo a ler muito bem, adquiri o hábito de ler em voz alta desde pequena, e aí é que entra em cena as revistas “RBC” e “Pontinhos”. (Grifo nosso) [...] Tenho que agradecer a Deus sempre pelos meus pais existirem, pelo braille existir e por meus pais não terem desistido de me colocarem em uma escola, e de correrem atrás dos meus direitos. [...] Eu antes de perder a visão já era fascinada por livros, e depois que eu descobri o braille me apaixonei pela leitura e pelos livros ainda mais. (MOURA, 2020, p. 37).

No quarto capítulo, intitulado “Deficiência Visual na *RBC* – Discurso Institucional e de Empoderamento da Pessoa Cega”

No discurso institucional, dá-se ênfase às ações promovidas pelo Instituto Benjamin Constant e retratadas na *RBC*, ressaltando a instituição como ator principal no sistema de política inclusiva e assistencial na área da deficiência visual. A ideia chave buscada é a afirmação do IBC como centro de referência nas questões da visão. No discurso de empoderamento, busca-se no corpus ideias reiteradas de fortalecimento e preparação da pessoa cega para encarar os desafios da vida. Nesse sentido, paradigmas de pessoas com deficiência visual ou em situações correlatas que apresentem vitórias sobre a adversidade, como exemplos a serem seguidos. A ideia chave buscada é a de que se eles (as pessoas mencionadas na revista) podem superar os obstáculos, o leitor também pode. (MOURA, 2020, p. 40)

Moura (2020) adota a ótica teórica de Pêcheux (1995) que se reporta à luta de classes, à formação ideológica, à dominação do sujeito pelo discurso, à formação discursiva e à memória social.

Apresenta, também, a primeira *RBC* de 1942, descrevendo a seguinte estruturação: “Editorial, Traços da vida do Presidente Vargas, O Presidente Vargas e os cegos do Brasil, O Ministro da Educação expõe os motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Aos brasileiros da quinta coluna, A execução do Tiradentes, Eu bombardeei a Alemanha..., Expressões pitorescas” (MOURA, 2020, p. 45). Moura (2020) salienta os seguintes dados em dois momentos: no primeiro, o editorial, a matéria, as ações governamentais e, no segunda, o empoderamento.

Pelo excerto acima, é possível verificar que Moura (2020) estuda os editoriais da *Revista Brasileira para Cegos* por meio do levantamento de sequências discursivas, a fim de analisar o discurso sob a ótica de Pêcheux. O autor refere-se ao discurso institucional e de empoderamento

nos editoriais, para tanto: parte do primeiro número da revista, o de 1942, observando o panorama geral; do segundo período, elege como objeto as edições de números 522 a 525, sob responsabilidade da editorialista Kate de Queiróz Costa; e, do último momento, as edições números 526, 527, 528 e 529, do ano de 2013.

Os editoriais selecionados para análise, idealizados por Kate de Queiroz Costa, são os de números 522, 523, 524 e 525:

522: Editorial (Aos leitores da RBC), Sem Olhar pra Trás, Anjos não Têm Sexo, Iscas de Cristal, O Aleijadinho, Feliz por Nada, O Momento de Deixar Ir, De onde Vem a Violência, Glória de Sangue, Luzes do Arrebol, Joias da Humanidade, Histórias Interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do Mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Informativo IBC, Noticiário Especializado, Troca de Ideias, Ao Leitor.

523: Editorial (Livro impresso versus computador), Temendo a Velhice, O Vaticano e o Nazi-Fascismo, Camões, Através das Flores, A Efemeridade das Mídias, Um Anjo no Paraíso, Disfarce da Nobreza, Escultura, Guiar o Cego, Joias da Humanidade, Histórias Interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do Mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Informativo IBC, Noticiário Especializado, Troca de ideias, Ao Leitor.

524: Editorial (A indesejável inclusão), O nosso Medo, Quem Fala o que Quer, Homem Tricota Melhor, Madre Teresa, Um Palacete, Livros do Lixo, Pushkar, Mundos Divididos, Braille Ameaçado, Joias da Humanidade, Histórias Interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do Mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Informativo IBC, Noticiário Especializado, Troca de Ideias, Ao Leitor.

525: Editorial (Adeus!), Algo não se Ensina, Um Itaparicano em Paris, Afeganistão, Amores Inquebrantáveis, Mahatma Gandhi, Preconceito Engorda, Os Escritos Secretos de Timbuktu, Mulheres Guerreiras, Duas Palavras, Joias da Humanidade, Histórias Interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do Mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Noticiário Especializado, Troca de Ideias, Ao Leitor. (MOURA, 2020, p. 47-48)

Os editoriais de números 522 e 523 valorizam a leitura em Braille. O discurso empoderador registrou-se nos números 522 a 525, sendo que no número 522 está expressa a história das mulheres afegãs, no de número 524, há história de José Carlos da Silva Bahia Lopes, o Zumbi e no 525, o tema o preconceito engorda.

Outras *RBC*, selecionadas para o segundo momento, são de 2012, sendo as de números de 526, 527 e 528; e de 2013, as de números 529 e 526.

526: Editorial, Voz do leitor, Braille somente, IBC in foco: Boa chance à vista na massoterapia, Vida e saúde: Onde bate o coração de Eloá, Saúde em contraponto: Passe um dia sem carne, Carne vermelha faz muito bem, Sol na medida certa, Protetor solar para comer, Nossa casa: Geladeira exige ordem, Moda: Jeans, Arte e cultura: Teatro Carlos Gomes estreia projeto de inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva, Acessibilidade e inclusão: Melhor que GPS, RBC informa: Banco do Brasil apresenta nova linha de crédito: BB crédito acessibilidade,

527: Editorial, Memórias: A meu prezado pai o Senhor Manoel. Álvares de Azevedo, Prefácio do tradutor; Ditados populares: Dor-de-cotovelo, Motorista Barbeiro; IBC em foco: Participação do Instituto Benjamin Constant na Rio +20, Veja um resumo da declaração final da Rio +20, Curiosidades: De onde vem o hot-dog? Vida e saúde: 5 coisas para saber sobre..., Saúde em contraponto: Ultrassom em 3D, Nossa casa: Sobras têm prazo de validade, Culinária: Chocolate casa bem com bebidas fortificadas. Acessibilidade e inclusão: Cão-guia fica de novo fora de banco e gerente

pede desculpas em Niterói, Trigêmeas Surdocegas: Uma Lição de Amor, RBC Informae, Caixa oferece gratuitamente aos seus clientes extratos bancários em Braille.

528: Editorial, Esta senhora EM revista: crônica para uma homenagem, A pelada como ela é, Tributo: Entrevista com o Professor Paulo Felicíssimo Ferreira, Acessibilidade e Inclusão: Corrida com barreiras, IBC em Foco: Fórum pelo Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, Estimulação precoce: O que é? Culinária: Bolo de fubá de preguiçosa, Pão de queijo, Macarrão parisiense, Datas Comemorativas Vida e Saúde: Frutas e verduras reduzem o desejo de fumar, Glaucoma: sintomas sutis, riscos reais, RBC Informa: Cinema falado, Espaço do Leitor.

529: Editorial, Como ser o número um na vida de uma pessoa, Despedida do trema, Canção das flores, Eficiência já, Tributo: Professora Maria Helena - Vida plena de realizações. Acessibilidade e Inclusão: Museu abre repaginado para cegos, IBC em Foco: O IBC na Era das Sombras - Anos de Chumbo. Nossa Casa: Roupa bem cuidada, Vida e Saúde: Mais movimento para os cegos, Do que são feitos os iogurtes reguladores do intestino? Culinária – Receitas: Abacaxi refrescante, Bolo americano, Arroz com couve especial, Feijão assado, Carne com purê gratinado no forno, RBC Informa, Espaço do Leitor, Datas Comemorativas, Vocabulário. (MOURA, 2020, p. 54-55)

Neste bloco, estão presentes as ações institucionais e atuações do IBC: 526 – cursos profissionalizantes em massoterapia para a pessoa com deficiência visual; 527 – a participação da instituição na acessibilidade do evento Rio +20; 528 – o Fórum pelo Dia Nacional da luta da pessoa com deficiência.

Moura (2020) explica que:

Em síntese, o discurso institucional das RBC desse período reafirma o IBC como órgão de importância singular para as pessoas com deficiência visual, balizador de diretrizes para a atuação nessa área. De certa forma, isso propõe um enfrentamento às questões sobre inclusão que estavam sendo propostas na época, com a descentralização da educação de pessoas com deficiência visual, política pública que visava ao enfraquecimento das instituições especializadas. Sendo assim, a reiteração do termo “centro de referência” ao tratar do IBC traz consigo a memória dos tempos em que só havia uma instituição para tratar das questões da deficiência visual, em oposição ao momento atual.

Prosseguindo, a RBC, na esteira do caminho traçado pelas edições analisadas anteriormente, passa então a tratar do empoderamento da pessoa cega, em matérias como “Onde bate o coração de Eloá” (RBC 526) e “Trigêmeas Surdocegas: Uma Lição de Amor” (RBC 527). Nas duas matérias, são abordadas histórias de superação de dificuldades, um estímulo ao leitor para vencer suas próprias. Na primeira matéria, apesar de não abordar a deficiência visual, conta a história de Maria Augusta Silva dos Anjos, que viveu 42 anos com uma doença cardíaca que limitava seus movimentos. É uma superação dupla, pois o coração que fora transplantado foi retirado da jovem Eloá Cristina Pimentel, brutalmente assassinada em 2008, após ser mantida em cativeiro pelo ex-namorado Lindemberg Alves em São Paulo. Destacam-se no texto os períodos “liberdade que ela não conhecia” (SD33), “hoje vence com facilidade os 63 degraus” (SD34), em referência à escada do apartamento no qual Maria Augusta mora, “ia à escola carregada nos braços” (SD35) e “Os colegas se assustavam com a menina de dedos inchados, unhas e lábios roxos, que sofria desmaios frequentes. Alguns diziam que a doença era contagiosa e aconselhavam os demais a manter distância. Hoje, dizem que isso é bullying. Eu chamava de rejeição” (SD36) (Grifo nosso). As palavras e expressões grifadas poderiam ser perfeitamente empregadas em um texto que tratasse sobre deficiência visual.

Na segunda matéria, “Trigêmeas surdocegas: uma lição de amor”, aborda-se a história de superação das irmãs Zoe, Emma e Sophie, que nasceram sem a visão e a audição. O texto aborda, com detalhes, a saga de Liz e George Hooker, mãe e padrasto das crianças, com a busca de melhores condições para permitir o desenvolvimento intelectual das trigêmeas. No texto, destacam-se os trechos “uma instituição especializada que parecia dispor de poucos meios para ajudá-las” (SD37) e “libertar as trigêmeas — e outras crianças como suas filhas — daquela prisão.” (SD38) (Grifo nosso). Apesar de a matéria se referir à educação de pessoas com deficiência nos Estados Unidos, notam-se semelhanças em relação ao Brasil. As palavras e períodos grifados expõem uma dura realidade dessas pessoas, de ter acesso a uma educação adequada para permitir o desenvolvimento pleno das suas potencialidades. O verbo “libertar” e a expressão “daquela prisão” dão a dimensão da dificuldade de comunicação com a pessoa com surdocegueira. Nesse sentido, a matéria apresentada na RBC mostra as dificuldades e o caminho trilhado para a “libertação” das três meninas. Há um estímulo para que o leitor cego também busque sua liberdade das prisões impostas pela sociedade.

O empoderamento da pessoa cega também é visto nas entrevistas com professores cegos do IBC. A abordagem procura mostrar histórias de pessoas que superaram suas dificuldades e hoje são bem sucedidas. Nas revistas produzidas pela comissão editorial, destacam-se as entrevistas com os ex-professores do IBC, Paulo Felicíssimo Ferreira (RBC nº 528) e Maria Helena Franco Sena (RBC nº 529). A narrativa se inicia com uma infância difícil, com muitas barreiras para permitir o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual. Essas afirmações podem ser percebidas na narrativa de momentos trágicos em “Como uma das muitas vítimas do sarampo, perdi a visão com dois anos e dois meses de idade, havendo minha mãe falecido na mesma semana” (SD39) ou com o atravessamento de dificuldades financeiras durante os estudos, em “foi-me extremamente difícil romper com a intelectualidade e tornar-me vendedor ambulante, mas, ainda aqui, a vergonha da dependência econômica gritou mais alto” (SD40) (trechos da entrevista com o Prof. Paulo Felicíssimo). Apesar de o registro ter sido feito por terceiro, a narrativa em primeira pessoa permite uma identificação com o leitor, que também passou/passa por situações semelhantes.

Nas histórias dos dois professores há um elemento em comum. Suas trajetórias de vida são modificadas a partir da passagem pelo Instituto Benjamin Constant. A mudança de rumos pode ser percebida na (SD41): “Finalmente, uma luz no fim do túnel: seu pai, o senhor Oséias, tomou conhecimento da existência do Instituto e da sua importância para o cego em todo o Brasil”. A convergência das duas histórias no IBC retoma semanticamente o discurso 60 institucional da SD 27 “centro de referência na área” (trechos da entrevista com a Profª Maria Helena Franco Sena) (MOURA, 2020, p. 59-60)

Em relação às cartas dos leitores, como exemplo expõe-se:

Editorial da revista RBC nº 526: [...]sendo assim, de imediato, queremos provocar e interagir permanentemente com nossos leitores, sentir-lhes o seu pulsar vibrante, a sua capacidade crítica! (Grifo nosso) Isso poderá ser viável, se nos aproximarmos, a Revista e você, que desde já, poderá enviar sugestões, comentários, críticas que nos possibilitem crescer juntos. (Grifo nosso) Assim, aguardamos correspondências para os endereços constantes na capa desta edição. (MOURA, 2020, p. 60)

A linha principal da análise de Moura (2020) está sob o prisma de Michel Pêcheux, sendo que nas considerações finais da pesquisa, ele estabeleceu que:

A Revista Brasileira para Cegos, publicação em braille do Instituto Benjamin Constant voltada exclusivamente para as pessoas com deficiência visual, circula desde 1942, cumprindo sua missão de levar cultura e informação ao seu público específico.

Ao longo de mais de sete décadas, atravessou diversos períodos históricos, que vão desde a segunda grande guerra, passando pelas mudanças políticas sentidas pelo Brasil em todo esse período, sem falar na revolução tecnológica vivida desde os anos 40 até os dias atuais, que mudaram drasticamente a forma de interagir com o mundo e de acesso à informação. E a RBC esteve presente todo esse tempo, e ainda está, com sua importância ao levar o mundo das letras em braille, transmitindo informação e cultura à pessoa cega.

A RBC está intrinsecamente ligada à história da educação das pessoas com deficiência visual em território nacional. Com seu ponto de partida no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, passando pela invenção do Sistema Braille, atravessou o oceano, chegou ao Brasil trazida pela mente visionária de José Álvares de Azevedo, até culminar na fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos — atual Instituto Benjamin Constant. No IBC, surge a produção de impressos em braille, inicialmente para demandas internas. É nesse ponto que a RBC entra, oito décadas depois da fundação do IBC, como um pioneiro periódico em braille para pessoas cegas. O presente trabalho objetivou navegar pelo discurso da RBC a partir do seu nascedouro, em três momentos distintos, que são o discurso fundador da revista, da primeira edição, e mais dois momentos que marcam uma transição, da editoração por uma só pessoa para uma comissão editorial. O que se almejou foi aferir como o discurso sobre deficiência visual observado na primeira revista foi construído nos demais números, sob a forma de memória discursiva, se repetindo décadas à frente, e se esse discurso se subdividiria em institucional e empoderador da pessoa cega. A base teórico-metodológica desse percurso foi a análise do discurso da linha pecheutiana.

Os dois discursos sobre deficiência visual foram percebidos nas RBC analisadas. No campo das políticas públicas, aparecem tanto elogios ao governo, como na RBC nº 1, que trata da iniciativa de criar uma revista em braille direcionada ao público cego, quanto críticas, por exemplo, ao tratar de educação inclusiva na RBC nº 524. Percebeu-se também que o discurso institucional da RBC gira em torno da afirmação do IBC como centro de referência nas questões da visão. Isso se deve, entre outros fatores, ao pioneirismo da instituição e à defesa da manutenção dessa entidade secular, permanecendo viva no contexto das políticas públicas de educação. Vimos ainda que, no campo das políticas públicas sobre deficiência visual, o Brasil tem uma ampla legislação, com dois tratados internacionais, recepcionados como emendas constitucionais, além de leis ordinárias, como a Lei Brasileira de Inclusão. Entretanto, embora haja leis para proteger o direito da pessoa cega a ter acesso aos livros em formato acessível, predomina uma escassez desses materiais, que são produzidos predominantemente por instituições públicas ou sem fins lucrativos. O reduzido número de publicações no formato braille eleva a importância da RBC para o seu público.

Já o discurso empoderador da RBC contém exemplos de superação de dificuldades atravessadas por pessoas com ou sem deficiência visual. O importante aqui é mostrar para a pessoa cega que é possível transpor as barreiras apresentadas pela vida. As entrevistas com professores cegos, apresentadas na RBC, reforçam esse entendimento, ao abordar histórias de pessoas que tiveram um início de existência difícil, mas que venceram as limitações e conseguiram atingir o sucesso profissional. Nesse estudo, também foi abordada a relação do leitor com a sua revista: de gratidão, por receber gratuitamente uma publicação, que, para muitos, é o único acesso à informação impressa em braille; de posse, em relação à RBC, como parte do patrimônio coletivo das pessoas cegas a ser protegido e direcionado por seu público. Pelo que foi analisado, constata-se que a Revista Brasileira para Cegos, apresenta, desde o primeiro exemplar, discurso voltado para as questões sobre a deficiência visual. Esse discurso é um elemento em comum que a RBC tem com os seus leitores. Dentro dele estão inseridas a defesa/valorização do Sistema Braille como suporte de leitura/escrita da pessoa cega e a defesa/valorização do Instituto Benjamin Constant como centro de referência nacional no que tange à educação de pessoas com deficiência visual. Mais do que estudar o discurso da RBC, espera-se que este trabalho tenha contribuído para a divulgação da Revista Brasileira para Cegos no círculo acadêmico, como importante meio de comunicação e informação para as pessoas

cegas, estimulando novas pesquisas sobre as publicações em braille. Igualmente, com a análise desse periódico, mostrar que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade, com acesso igualitário à informação, em especial a veiculada em meio impresso. (MOURA, 2020, p. 67-68)

É possível observar até este momento que são escassas as produções acadêmicas na área citada, por essa razão pode-se pontuar que o presente estudo busca contribuir com a formação do contexto da pessoa com deficiência visual, pois a *Revista Brasileira para Cegos* acompanha o leitor – cego total – desde o primeiro ano escolar, perpassando por todo o seu período acadêmico, permanecendo na vida adulta e, nesse sentido, essa convivência pode exercer determinada influência do *ethos* institucional que evidencia a imagem e o posicionamento da revista sobre o contexto escolar, individual e social da pessoa com deficiência visual.

Assim, a presente pesquisa se estrutura em quatros capítulos. Indica-se as Considerações Iniciais discorrendo sobre a escolha do tema e a pesquisa dos bancos de dados de dissertações e teses. No primeiro capítulo, denominado “*Ethos*, discurso e argumentação: pressupostos teóricos”, é consolidada a concepção de Amossy (2016) sobre argumentação, que contribuiu com uma nova ótica de se perceber as relações discursivas sob a influência da interação social. A leitura de Maingueneau (2008) traz a compreensão de que a concepção de *ethos* envolve o social, o discursivo, o interativo e no contexto sócio-histórico, a efetivação de sua influência sobre o outro. Em Koch e Elias, (2021) são registrados os marcadores e articuladores argumentativos que tornam o texto uma tomada de posição ou despertam a adesão do outro. Em Moscovici (2015) denota-se a construção da representação social de uma pessoa ou de um objeto por meio dos processos de ancoragem e de objetivação. Goffman (2008) discorre sobre a representação do eu em um cenário em que podem atuar uma pessoa ou uma equipe influenciando o seu auditório. Por fim, para configurar o *corpus* desse estudo, recorreu-se a Van Dijk (1997) e às especificidades em relação aos editoriais.

No segundo capítulo, denominado “O Contexto da Revista Brasileira Para Cegos”, é retratada a fundação do Instituto Benjamin Constant e explicitado o seu papel como mantenedor dos alunos cegos; abordam-se o contexto da pessoa com deficiência visual, o contexto da *Revista Brasileira para Cegos* e seus editoriais e os materiais e os métodos, além disso, são especificados os editoriais do período de 2000 até 2021. Após ser devidamente demonstrado o método que suscitou a divisão em dois períodos distintos – com os editoriais de número 525 e 526 demarcando o fim de uma etapa e o início de outra – foram selecionadas categorias de escolha dos editoriais, baseando-se nos seguintes temas: 1 sobre o valor da escola especializada, 1 editorial sobre preconceito, 5 editoriais sobre inclusão, 1 editorial sobre diferença, 1 deficiente visual e 1 sobre responsabilidade e seus implícitos.

No terceiro capítulo, denominado “Análise do *corpus*: os editoriais da *Revista Brasileira para Cegos*”, são expostos os seguintes editoriais do primeiro período: sem número, de 2004; de número 504, de julho a dezembro de 2005; 512, de julho a setembro de 2008; 519, de abril a junho de 2010; e, por fim, a de número 524, de julho a setembro de 2011. Do segundo período compreende as edições de números: 532, de janeiro a março de 2014; 534, de julho a setembro de 2014; 542, de julho a setembro de 2016; 554, de julho a setembro de 2019; e 556, de janeiro a março de 2020.

No quarto capítulo, denominado de “Análise Comparativa”, é empreendida a análise comparativa, bem como são apresentadas as análises obtidas dos dois períodos.

Para finalizar, são tecidas as considerações finais da pesquisa. Na sequência, são apresentados as referências bibliográficas das obras utilizadas e o anexo dos editoriais.

1. *ETHOS*, DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo trata do suporte teórico e metodológico que embasa a presente investigação. Para tanto, recorreu-se a Amossy por afirmar que “o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si” (2016, p. 9), e acrescenta que tanto seu estilo quanto suas competências linguísticas e enciclopédicas constroem a representação da pessoa, e, menciona Charaudeau (2016, 2019), Maingueneau (2008), Auchlin (2001), Ducrot (1987), Goffman (2008), Menezes (2006), Halliday (1999), Fiorin (2015) para explicar sua abordagem em relação à construção do *ethos* no discurso;

Koch e Elias (2021) mencionam Ducrot para demonstrar a força da argumentação por meio dos operadores e articuladores argumentativos, além de explorar a intertextualidade e as estratégias de iniciar, desenvolver e concluir uma argumentação;

Moscovici (2015) preocupa-se com a inter-relação entre o sujeito e o objeto, e, da construção dos conceitos realizados pelos indivíduos na perspectiva individual e social em relação à formação das representações sociais;

Goffman (2008) desenvolve uma abordagem microssociológica com o intuito de proporcionar a representação do Eu como atores sociais com um papel único e de uma equipe;

E, por fim, a Van Dijk (1997), no tocante ao editorial e sua composição.

1.1 Discurso e Argumentação

A análise argumentativa do discurso, proposta por Amossy (2016), tem como base os fundamentos da arte retórica de Aristóteles, em relação às práticas discursivas, que enfatiza a influência da interação social para construir a figura de si na vida cotidiana, nas relações interpessoais e nas relações ritualizadas.

A autora ressalta a importância de se articular a argumentação e o discurso, pois tal ato conduz o auditório à adesão por meio do discurso, e, nesse sentido, demonstra o percurso “como a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130).

De acordo com Amossy (2016), o sujeito se mostra sem pronunciar uma única palavra sobre si, pois ele é um sujeito social. A autora acrescenta que as imagens que um indivíduo faz de si são assumidas em uma *doxa* – representações partilhadas –, e, nesse sentido, a autora amplia a informação ao afirmar que a comunidade avalia os indivíduos de acordo com modelos

pré-construídos, classificando-os. Ela assevera que: “na perspectiva argumentativa, o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais no setor da doxa na qual ele situa” (Amossy, 2016, p. 126). Sob esse contexto, “o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo” (AMOSSY, 2016, p. 126).

Amossy (2017) apresenta diferentes modalidades de argumentar, quais sejam: demonstrativa, pedagógica, patêmica, por coconstrução, negociada e polêmica. Em relação à demonstrativa, define-se por ser uma tese que é “[...] apresentada pelo locutor, num discurso monogerido ou poligerido, a um auditório cuja adesão ele quer obter por meio da demonstração razoável, do raciocínio articulado apoiado em provas” (Amossy, 2008, p. 2). E cita os exemplos do artigo científico, do editorial, etc. (2018); à pedagógica é quando “um locutor se coloca em posição superior e leva à reflexão um auditório que ocupa o lugar de aprendiz” (Amossy, 2008, p. 234). Assim cita os exemplo do livro didático ou manual escolar. Um lembrete que Amossy (2008) faz é acerca da distinção entre as modalidades, a qual deve ser considerada não só por meio dos papéis que os interlocutores desempenham, como também pela imagem e pelo modo como o locutor tenta persuadir o interlocutor de maneira colaborativa, instrutiva, racional ou apaixonada.

Já a argumentação patêmica é organizada “quando uma tese e um ponto de vista são apresentados no discurso monogerido ou num diálogo de modo a ‘tocar’ o auditório, para obter sua adesão” (Amossy, 2008, p. 234), cita os exemplos do discurso lírico ou a defesa do réu em relação aos jurados (2018); Nessa modalidade, o locutor apela para os sentimentos do interlocutor; na coconstrução, observa-se que “[...] os participantes coconstroem a resposta para o problema levantado em conjunto” (Amossy, 2008, p. 23) registra os exemplos da conversação familiar ou reunião de condomínio (2018); A negociada é referente a uma conversa familiar ou profissional, quando “os parceiros que ocupam posições divergentes, e mesmo conflituosas, se esforçam para encontrar uma solução comum para o problema que os divide, e, para chegar a um consenso através do compromisso” (AMOSSY, 2008, p. 235), e, cita os exemplos de negociações comerciais ou na conversa familiar (2018); Quanto à polêmica, é identificada nas representações de teses antagônicas, quando o locutor e o interlocutor defendem, radicalmente, diferentes pontos de vista, e, cita exemplos dos debates políticos ou filosóficos (2018).

A intertextualidade pode aumentar as possibilidades da construção argumentativa, sendo, deste modo, utilizada pelo locutor para influenciar o *páthos*. Na perspectiva de Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), ela envolve citações, paráfrases e alusões, além de sentimentos como cólera, temor, piedade e indignação que o locutor pode incitar em seu

interlocutor.

No que concerne ao *ethos*, Amossy (2016) expressa que, por meio do estereótipo, há a possibilidade de construção do *ethos* prévio, que Charaudeau (2016) explana como o composto das impressões a respeito do orador que o auditório já possui antes mesmo da enunciação atual, que vem do nível situacional e do acesso do auditório a um interdiscurso que lhe fornece dados acerca da elaboração dessas impressões. Além disso, o referido autor explicita que o *ethos* discursivo ou *ethos* presente é construído no instante da enunciação, no momento em que é atualizado pelo locutor na medida em que este se dirige ao auditório. Ao demonstrar a importância da noção de estereotipagem, o teórico a define como “[...] a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (Charaudeau, 2016, p. 127).

Amossy(2016) destaca que o *ethos* – designado pelos antigos para construir uma imagem de si – tem por objetivo assegurar a eficácia do orador, e este, na persuasão sobre o auditório.

Maingueneau (2008) percorre o mesmo caminho e faz o seguinte apontamento:

[...] escrevendo sua Retórica, Aristóteles pretendia apresentar uma *techné* cujo objetivo não é examinar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipo de indivíduos [...] A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. (Maingueneau, 2008, p. 13)

Ou seja, se o ouvinte aderir à impressão que o orador se propôs a construí-la, afirma-se que há uma persuasão realizada pelo *ethos*. O *ethos*, para esse teórico (Maingueneau, 2008), é um conceito híbrido, que envolve o social e o discursivo – além do interativo – para efetivar a influência sobre o outro, o que possibilita registrar as circunstâncias sócio-históricas específica de uma determinada época.

Auchlin (2001) aduz que, para compreender o *ethos*, deve-se observar o ritmo e a elocução, as escolhas lexicais e argumentativas, além do tipo de estrutura discursiva escolhida pelo orador. Já Ducrot (1987, p. 281) explana que “o *ethos* está ligado ao locutor como tal; é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável”. Encontra-se, também na teoria polifônica de enunciação, a integração do termo *ethos*. Esse abandona o sujeito falante real para enfatizar a instância discursiva do locutor. O locutor, como referente L do enunciador E – expressa as posições descritas no discurso, como também se responsabiliza por ele, e, dessa forma, diferencia L como ficção discursiva – sujeito da enunciação de λ – ser do mundo – daquele de quem se fala - sujeito do enunciado-.

Goffman (2008, p. 23) afirma que toda interação social é definida como “a influência recíproca que os parceiros exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física uns dos outros”, e esclarece que “tomando um participante particular e seu desempenho como um ponto de referência básico, podemos chamar aqueles que contribuem com os outros desempenhos de plateia, observadores ou coparticipantes”. Ademais, ressalta que o papel social ou de rotina são modelos de ações já estabelecidos durante a representação, sendo que essa rotina ou papel também pode ser representado em diferentes ocasiões.

Assim, a legitimidade do enunciador é construída na imagem de si no discurso, e, de acordo com Menezes o

[...] sujeito comunicante de uma enunciação fundamentalmente argumentativa acaba colocando em cena um conjunto de estratégias de legitimidade, credibilidade e captação que deve se voltar para um fazer-criar e um fazer-fazer – que os dá com um agenciamento importante dos procedimentos dos outros modos de organização do discurso e um maior dimensionamento da argumentatividade. (2006, p. 104)

Em relação ao discurso argumentativo, Charaudeau (2019) explica que a argumentação tem por base uma tese defendida pelo sujeito e sua oposição. Logo, esse movimento entre defesa e oposição permite a construção de explicações sobre asserções realizadas sobre o mundo, podendo tanto ser produto da experiência quanto de conhecimento. O autor define dois pontos fundamentais acerca do discurso argumentativo, quais sejam: a argumentação demonstrativa e a razão persuasiva.

Na primeira, encontra-se a lógica explícita de raciocínio, com o objetivo de convencer o outro acerca do caráter verdadeiro de uma explicação, partindo de premissas lógicas para uma conclusão derivada. Observa-se que, sob essa ótica, há dois tipos de raciocínio ao construir uma argumentação demonstrativa, a saber: o raciocínio indutivo – que parte dos fatos particulares para se chegar a uma conclusão ampliada – e o dedutivo – que parte de uma verdade estabelecida para provar a validade de um fato particular, ancorada em representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo.

Em relação à razão persuasiva, Charaudeau (2019) afirma que essa está centrada em um mecanismo que, intencionalmente, estabelece uma prova a partir de argumentos, baseados nas propostas que dizem respeito ao mundo e às relações de causa/consequência, que produzem a vinculação entre uma asserção e outra.

Atualmente, a argumentação está presente em todos os momentos de interação, mas, com diferentes objetivos, pois, ao utilizar a palavra, há sempre uma intencionalidade, pode ser de convencer alguém de algo, assim, toda situação comunicativa termina por exercer alguma influência sobre o ver e o pensar.

Amossy (2016) apresenta uma distinção entre uma estratégia de persuasão programada e a tendência do discurso de conquistar seus interlocutores. A primeira diz respeito à manifestação da intenção argumentativa, por exemplo, o discurso político e a publicidade; já na

segunda, há uma dimensão argumentativa, mas não apresenta uma intenção consciente de persuasão.

Assim, como a publicidade, os editoriais da Revista Brasileira para Cegos, objeto de pesquisa do presente estudo, veiculam informações com objetivos de conquistar a adesão do leitor, e, segundo Halliday (1999),

Geralmente os editoriais de jornais, ao emitirem opiniões sobre problemas da cidade ou fatos da vida pública nacional, têm a função retórica de reafirmar a posição daquela empresa jornalística e de reforçar as crenças dos leitores que já pensam como o editorialista. Dificilmente terão o poder persuasivo de convencer um oponente daquele ponto de vista a aceitar a “verdade” daquele editorial. (Halliday, 1999, p. 37)

Considera-se o editorial uma narrativa argumentativa que, segundo Charaudeau (2019), tem uma organização lógica que envolve três elementos: uma asserção de partida – A1; uma asserção de chegada – A2; e uma asserção de passagem que expressa uma relação de causalidade.

No que concerne à argumentação, há três elementos: o enunciador, o enunciatário e o discurso. Fiorin (2015) salienta que, para Aristóteles, a persuasão é o *ethos* do orador, o *páthos*, o auditório, e o *lógos*, o discurso. Também afirma que o enunciador constrói uma imagem de si, sendo esta nomeada de *ethos* do enunciador, e frisa que, quando o *ethos* consegue persuadir seu leitor ou auditório, é porque conseguiu transmitir confiança por meio da força do discurso.

O *ethos* é edificado por uma imagem de si para influenciar um determinado público. É ele que define a noção de comportamento para uma imagem do orador formada por um conjunto de normas éticas que regulam a conduta do indivíduo na vida social. Em 1980, o termo foi novamente priorizado por Ducrot (1987) e por Maingueneau (2008). Este último estudioso determina que “parece claro que esse interesse crescente pelo *ethos* está ligado a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias audiovisuais e da publicidade” (Maingueneau, 2008, p. 11).

O *páthos* refere-se à inscrição da afetividade no discurso e utiliza o elemento emocional com a finalidade de persuasão. Para tanto, é necessário conhecer seu público-alvo – alocutário – tanto no tocante à caracterização física quanto à natureza das emoções.

Amossy (2016) adota a ótica do pensamento passional e da racionalidade afetiva, ao afirmar que

O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc. Quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas. (Amossy, 2016, p. 20)

Um ponto principal para o orador é conhecer seu auditório, ou seja, o *páthos*, que é descrito como “a disposição do sujeito para ser isto ou aquilo” (Fiorin, 2015, p. 73). Esse *páthos* é uma imagem que o enunciador tem do auditório e suas especificidades, tais como em um auditório de leigos, especialistas, publicitários ou senadores.

O auditório possui suas especificidades, uma vez que carrega consigo diferentes conhecimentos, crenças, valores e emoções diversas. Fiorin (2015, p. 76) pontua que “o orador sempre escolhe e articula seus argumentos em função de um ponto de vista sobre o auditório”. Esse estudioso assevera também que a argumentação lida com o verossímil, e que, às vezes, pode parecer verdadeira para um determinado grupo, pois este está de acordo com a formação social de um determinado contexto, exemplo na discussão sobre a maioria penal.

Fiorin (2015) esclarece que a argumentação é uma questão de linguagem, portanto, lida com a pluralidade da polissemia – uma palavra tem mais de um significado –, as ambiguidades e a vagueza da linguagem, pois as formações discursivas demonstram interpretações e apreciações conflitantes.

Nesse sentido, a seleção das palavras revela um ponto de vista a respeito dos fatos. Além da seleção, há também a hierarquização e as conexões utilizadas em um posicionamento. Isso porque há diferenças entre “Pedro é um bom jogador, mas é um desagregador do grupo e Pedro é um desagregador do grupo, mas é bom jogador” (Fiorin, 2015, p. 83). O autor explicita que, no primeiro, é um fato, no segundo, é uma mera opinião.

Em relação à ambiguidade linguística, há dois tipos: as lexicais e as sintáticas. Conforme exemplo de Fiorin (2015), tem-se que:

“O cadáver do índio Galdino foi encontrado perto de um banco”, nessa oração o termo banco pode indicar um assento estreito ou um estabelecimento; e as sintáticas se referem a uma dupla interpretação, por exemplo: pessoas que não fazem exercício habitualmente têm problemas de saúde, dúvidas surgem com o advérbio habitualmente referente a exercícios ou a ter problemas de saúde. (Fiorin, 2015, p. 83-84)

Na perspectiva de Perelman (2004), o processo argumentativo se constrói entre o orador e o auditório. Desse modo, considera-se o *lógos* como sendo palavra e discurso, além de haver sua argumentação por meio da seleção linguística realizada na elaboração do texto, há também na apresentação dos seguintes atributos: léxico, sintaxe, fonética, marcadores como ritmo,

entonação e pontuação, dentre outros.

Não se pode esquecer a contribuição de Amossy (2017) acerca da influência do *páthos* no funcionamento discursivo. Para a autora, “impor-se a razão não significa minar a vontade que autoriza a ação” (Amossy, 2018, p. 196), então, a emoção como fator de legitimidade da persuasão não apresenta comprometimento de valor no ato linguístico. Amossy (2018) salienta que convencer está relacionado às faculdades intelectuais, já o verbo persuadir está ligado à emoção, e, segundo a autora, é relativo ao fato de conquistar a confiança do auditório por meio do seu sentimento.

Em Amossy (2018), também encontram-se dois caminhos em que pode surgir a emoção, a saber: no primeiro, quando a emoção é mencionada, afirma a autora que há a presença de *pathémata* – plural de *páthema*, em grego –, que são elementos com possibilidades de estimular uma emoção no público, conduzindo, portanto, a uma conclusão emocional, seja no léxico explícito, seja na construção discursiva; no segundo, quando a emoção é suscitada, a autora (2018) adere à proposta de Plantin (2010), que afirma que são enunciados que não apresentam a ideia explícita de emoção, mas que sugerem essa direção, pois haverá indícios emotivos.

Amossy (2008) pontua que as modalidades são geridas por meio de tons particulares, que marcam a tonalidade do discurso, e que o auditório pode perceber de maneira intuitiva.

Com o intuito de ampliar o arcabouço teórico deste capítulo, recorre-se a Koch e Elias (2021) e à sua contribuição acerca da classificação dos operadores e articuladores argumentativos e da intertextualidade, as quais serão abordados a seguir.

1.2 Marcadores Argumentativos

Para iniciar, são descritos, primeiramente, os operadores argumentativos, posteriormente, a intertextualidade, e, em seguida, os articuladores argumentativos para auxiliar na análise do *corpus*.

Os marcadores argumentativos são elementos linguísticos que orientam os enunciados em direção a uma determinada conclusão. Para Koch e Elias (2021, p. 64-74), há diferentes tipos de operadores argumentativos, os quais são elencados a seguir, juntamente com exemplos retirados dos editoriais analisados:

1º. Operadores que adicionam argumentos na mesma direção de uma conclusão: e, também, ainda, nem (e não), não só..., mas também, tanto... como, além de, além disso, dentre outros, encontrados em: “O Instituto Benjamin Constant é, e será sempre, um marco, um ponto

de partida para a longa jornada do aprimoramento pessoal” (*Revista Brasileira para Cegos*, s/n., 2005, p. 1);

2º. Operadores indicadores de argumento mais forte dentro de uma escala na mesma direção de uma conclusão: e, até, até mesmo, inclusive, também utilizados em orações negativas: nem, nem mesmo. Além do argumento de maneira sub-reptícia: aliás, exemplo: “Perene como uma catedral, muitos tentaram arrastá-lo a outro destino que não o digno destino de educar, ensinar, e integrar jovens cegos a uma sociedade nem sempre receptiva” (*Revista Brasileira para Cegos*, s/n., 2005, p. 1);

3º. Operadores que deixam subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes: ao menos, pelo menos, no mínimo, o exemplo destacado é: “A inclusão é feita, às vezes, de maneira inversa: pessoas de visão normal ocupando espaços que deveriam ser, no mínimo, divididos entre uns e outros, isto é, cegos e não cegos”. (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 519, 2010, p. 1);

4º. Operadores que contrapõem argumentos: mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (que), registrado em: “É a miscigenação e não o cruzamento entre raças semelhantes, que faz um povo forte” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 504, 2005, p. 1);

5º. Operadores que introduzem uma conclusão com relação aos argumentos apresentados em enunciados anteriores: logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, em decorrência, dentre outros, exemplificado em: “Portanto, caro leitor, não tenha vergonha de usar sua bengala, ler seu livro em Braille, fazer uso de sua reglete em público” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 554, 2019, p. 1);

6º. Operadores que introduzem uma justificativa ou uma explicação relativa ao enunciado anterior: porque, porquanto, já que, pois, que, visto que, como, registrado no fragmento: “Quanto ao corpo docente, a maioria esmagadora era de professores cegos, pois a excelência da transmissão dos conhecimentos de uma pessoa cega para outra é inigualável” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 519, 2010, p. 1);

7º. Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, visando a uma determinada conclusão: mais... (do) que, menos... (do) que, tão... quanto, encontrados em: “a inclusão, bem o sabemos, é um direito, fruto de conquista, jamais uma concessão e muito menos um modismo” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 532, 2014, p. 1);

8º. Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostos: ou... ou, quer... quer, seja... seja, afinal, registrados em: “O Instituto Benjamin Constant não tem feito outra coisa, ao longo de sua trajetória educacional, senão

incluir suas crianças e seus adolescentes, seja na escola dita regular, forjando futuros cidadãos, seja no mercado de trabalho, como profissionais, consumidores e contribuintes, seja na vida em comunidade” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 532, 2014, p. 1);

9º. Operadores que introduzem no enunciado conteúdos pressupostos: já, ainda, agora, exemplo: “Já há algum tempo, o IBC foi classificado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 532, 2014, p. 1);

10º. Operadores que funcionam em uma escala orientada para a afirmação da totalidade (um pouco, quase) ou para a negação da totalidade (pouco, apenas), está presente em: “Não basta, apenas, colocar uma criança deficiente em escolas ditas ‘normais’, sem que haja uma adequação séria por parte da escola que virá a recebê-la” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 512, 2008, p. 1).

Por meio dos marcadores argumentativos, é possível observar a força que têm os enunciados para defender fatos, ideias e posicionamento, facilitando, dessa forma, a persuasão do leitor ou auditório.

Na perspectiva de Koch e Elias (2021), além dos argumentos, outro fator importante é referente à intertextualidade, essa formada quando há um diálogo entre textos, ou seja, quando um texto está inserido em outro, mesmo sem revelar sua fonte; parte-se do princípio de que o leitor compartilhe desse conhecimento.

A intertextualidade endossa a construção dos argumentos formulados, e, para tanto, as citações são acompanhadas ou não de suas fontes. As citações diretas – quando há reprodução da fala – proporcionam um recurso de autoridade que reforça os argumentos utilizados na defesa ou na oposição de algo, registrado no fragmento: “O homem pensa, a mulher sonha (Vitor Hugo)”; ou como afirma Rachel Queiroz: “Deficientes somos todos nós: uma miopia, uma unha encravada” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 532, 2014, p. 1). Já em relação às citações indiretas, essas ocorrem quando “há uma adaptação das ideias apresentadas no texto fonte” (KOCH; ELIAS, 2021, p. 49), exemplificado em: “o príncipe dos sonhos tem que ser bonito, cheio do dinheiro, valorizar a gente, aceitar todas as nossas condições e ai dele se tiver um momento ‘sapo’ na vida! Está barrado para sempre” (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 556, 2020, p. 1).

Outra estratégia para argumentar é o lançamento de perguntas acompanhadas de respostas, ou, ainda, a indicação de um problema com a sua respectiva solução. Em relação à primeira: “Ficarão estas dentro de suas salas, impossibilitadas que estão para os jogos inteiramente visuais?” e a resposta é registrada na conclusão “Em uma escola especializada, brincam juntas daquilo que juntas podem brincar (*Revista Brasileira para Cegos*, nº 524, 2011,

p. 1); em relação a segunda: Que seria do mundo se não fossem as diferenças: as várias religiões, as diversas etnias, os múltiplos sistemas políticos? É a miscigenação, e não o cruzamento entre raças semelhantes, que faz um povo forte” (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, nº 504, 2005, p. 1).

Em um texto, é possível encontrar perguntas retóricas, utilizadas para envolver o leitor, como em: “O que motivaria esse tipo de atitude? Vergonha pela deficiência? Vergonha por precisar de ajuda? Um sentimento de inferioridade por ser cego ou pessoa com baixa visão?” (Revista Brasileira para Cegos, nº, 554, 2019, p. 1).

Além dos operadores, das intertextualidades e das citações, também estão presentes nos textos dos editoriais os articuladores textuais. Para Koch e Elias (2021), os articuladores de relações lógico-semânticas são utilizados para sinalizar simultaneidade, anterioridade, posterioridade, continuidade ou progressão: em relação ao tempo exato, pontual – “Quando a inclusão sequer havia sido cogitada (Revista Brasileira para Cegos, nº 519, 2010, p. 1); referente ao tempo progressivo – “No decorrer dos anos” (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, nº 504, 2005, p. 1). Exemplo no tocante a articuladores em uma relação de mediação ou finalidade: “Não há justificativa possível para que uns rejeitem outros em nome de alguma diferença” (Revista Brasileira para Cegos, nº 504, 2005, p. 1).

Após explicitadas as especificidades dos operadores e articuladores argumentativos sob a ótica de Koch e Elias (2021), discorrer-se-á sobre as representações sociais de Moscovici (2015).

1.3 A Representação Social

Moscovici (2015) resgata de Durkheim os fenômenos múltiplos, relacionados ao indivíduo e ao coletivo e, desta forma, abrange os grupos sociais em nível cognitivo e social. O autor não se restringiu somente a uma crítica negativa das fraquezas e limitações das formas predominantes da psicologia social, mas também formou uma alternativa positiva.

Observa-se que tanto a representação é a atribuição da posição ocupada pela pessoa no contexto social, quanto o pensamento é forjado em relação ao contexto social, assim como, é construído. Moscovici (2015) esclarece que:

Cada um de nós está obviamente cercado, tanto individualmente como coletivamente, por palavras, ideias e imagens que penetram nossos olhos, nossos ouvidos e nossa mente, quer queiramos quer não e que nos atingem, sem que saibamos, do mesmo modo que milhares de mensagens enviadas por ondas eletromagnéticas circulam no

ar sem que as vejamos e se tornem palavras em um receptor de telefone, ou se tornam imagens na tela de televisão. (Moscovici, 2015, p. 33)

O significado, para os indivíduos, é formado no contexto e no interior do grupo do qual participa e, nessa oportunidade, são emanadas informações acerca da representação do objeto ou do sujeito, sendo assim, pode-se distinguir se as mensagens são significantes ou não.

O estudioso alerta que

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhes são impostas por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções. (Moscovici, 2015, p. 35)

Seguindo tal ótica, o conhecimento é forjado por meio da interação e da comunicação, desde que relacionadas aos interesses humanos. Esse teórico interessou-se pelos seguintes aspectos: primeiramente, o modo como há mudanças na sociedade; posteriormente, como aqueles processos sociais pelos quais a novidade e a mudança ocorrem, na conservação e na preservação tornando-se parte da vida social (Moscovici, 2015).

Ademais, há também o conceito de representação social, que o autor retrata como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-la, e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (Moscovici, 2015, p. 21)

Além da representação social, esse estudioso define as diferenças entre a relação coletiva e social. Em seus termos:

as representações coletivas se constituem em um instrumento exploratório e se referem a uma classe geral de ideais e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que uso o termo “social” em vez de “coletivo” (Moscovici, 2015, p. 49)

Sob essa ótica, o social envolve fenômenos diferentes baseados no conhecimento, na comunicação e na interpretação nos grupos sociais.

Moscovici (2015) também relembra que

O que estamos sugerindo, pois, é que pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos

colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc., as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que tem um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias, apenas lhes fornecem o “alimento” para o pensamento”. (Moscovici, 2015, p. 45)

Nesse sentido, o estudioso entende as representações sociais como:

[...] conjuntos dinâmicos, seu *status* é o de uma produção de comportamento e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aquelas e estas e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior. (Moscovici, 1978, p. 50)

Após realizada a contextualização das definições da representação social, dedicar-se-á, agora, a retratar seus elementos, quais sejam: ancoragem, objetivação, universo consensual e reificado.

Segundo Moscovici (2015), para construir as representações sociais, há dois processos, a saber: a ancoragem e a objetivação. E cada um se desenvolve de maneira diferenciada.

O autor (2015) esclarece que o primeiro processo ancora as ideias estranhas, colocando-as em um contexto familiar. Afirma que a ancoragem é “um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriados [...]”. Logo, “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (Moscovici, 2015, p. 61).

Oliveira e Werba (2009) expressam que ancorar “é um movimento que implica, na maioria das vezes, em juízo de valor, pois, ao ancorarmos, classificamos uma pessoa, ideia ou objeto e com isso já o situamos dentro de alguma categoria que historicamente comporta esta dimensão valorativa.” (2009, p. 108). E acrescentam que “este processo é fundamental em nossa vida cotidiana, pois nos auxilia a enfrentar as dificuldades de compreensão ou conceituação de determinados fenômenos” (2009, p. 109). Assim tornam-se tangíveis e visíveis, pois, segundo as autoras “a imagem deixa de ser um signo e passa a ser uma cópia da realidade (2009, p. 109) Moscovici (2015, p. 63) esclarece que “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele”. Observa-se que, sob esse prisma, julga-se às características de uma pessoa, e, para tanto, utiliza-se do predicado. Quando aparece positiva é porque foi aceita, e, quando é negativa, é expressada por uma rejeição. Essa ação encontra-se presente em todas as classificações de coisas não familiares.

Em Jodelet, identifica-se que o processo de ancoragem “enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situá-los aos valores sociais e dar-lhes

coerência”. (2001, p. 38)

Para definir o segundo processo objetivação, Moscovici pontua que objetivar é “descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância”. (2015, p. 72)

Esse processo possui três elementos, quais sejam:

- A seleção e descontextualização que é o conjunto de informações dos indivíduos que são retirados a partir de conhecimentos já existentes anteriormente, por exemplo: valores e tradições;
- A formação do núcleo figurativo que envolve a criação do conceito;
- A naturalização dos elementos, onde esses são construídos, e, passam a ser identificados como elementos da realidade do objetivo. (Moscovici, 2015, p. 60)

Assim, ao abordar esses dois processos, Moscovici salienta que

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro; está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ele classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome; A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (2015, p. 78)

Além dos processos e etapas, o autor descreve duas operações que se envolvem no processo: a assimilação e a acomodação. A primeira é definida por ser um processo de inclusão de novos conhecimentos a outros já existentes; e, a segunda, quando há uma modificação das estruturas existentes ou quando ocorre a necessidade de criação de um novo esquema, talvez uma nova forma de compreensão (Moscovici, 2015).

Esse teórico social acrescenta ainda dois universos: o consensual e o reificado. Para distingui-los, recorre-se a Arruda (2002), pois esses universos apresentam intenções diferenciadas e não possuem uma ordem. Esse autor assevera que o consensual é o construído pela socialização de ideias, baseado na relação e na experiência cotidiana dos indivíduos de um mesmo grupo. Já em relação ao reificado, este tem por origem os saberes científicos, construídos com o apoio de um profissional capacitado, com conhecimentos técnicos e científicos mantidos por uma metodologia que o valide e objetive retratar uma realidade, independentemente da consciência dos indivíduos.

Moscovici (2015) detalha que esses dois universos apresentam três dimensões: a informação, o campo de representação e a atitudes. A primeira se refere à organização dos conhecimentos sobre um determinado objeto; a segunda designa uma imagem construída por meio de características do objeto social; e, a terceira, considera a orientação global do objeto

representado, quando cria a sua representação.

Para o presente estudo, o trabalho de Moscovici (2015) proporciona possibilidade de delinear as influências – tanto individual quanto de grupos sociais – nos paradigmas de classificação e nomeação baseadas nos valores, possibilitando, assim, construir uma imagem positiva ou negativa.

Nesse sentido, ancorado na linha teórica de Moscovici (2015), procura-se, a partir de agora, retratar a representação do Eu no contexto teatral de Goffman (2008), a fim de demonstrar tanto o *ethos* institucional realizado por apenas uma editorialista, como também a influência que uma comissão editorial exerce sobre o leitor.

1.4 A Representação do Eu

Sob a ótica de Goffman (2008), as relações sociais – especificadamente, as que ocorrem em um espaço limitado – são denominadas de representações teatrais. Seu foco é o papel representado pelo sujeito para impressionar os outros.

Esse papel social é construído diante de outros atores com seus respectivos papéis. Goffman (2008) enfatiza que a vida social é formada por atores e espectadores. A transmissão dessa impressão pode ser emitida de maneira intencional, ou ainda, por ações não verbais e não intencionais realizadas pelo ator.

O autor considera a vida social como um palco em que são encenados os papéis sociais, que são diversificados, pois o ator se diferencia em seus papéis, haja vista que esses são desempenhados de acordo com a situação vivenciada. Afirma também que a interação é uma influência recíproca entre os atores e os espectadores, sendo que aquela depende de uma definição prévia de hierarquia dos papéis e das expectativas diante deste jogo. O ator constrói o seu EU – *self* – e suas apresentações a fim de alcançar os objetivos formulados previamente, de maneira consciente ou inconsciente.

De acordo com a expressão apresentada, há dois recursos: a transmissão e a emissão. Ambas constroem uma expressão, e, quando a impressão é emitida sem que haja uma intenção prévia, desenvolve constrangimentos ou mal-entendidos. Goffman (2008) exemplifica com um professor que assume uma postura firme no primeiro dia de aula, a fim de denotar autoridade que, a depender da situação, poderá ser negociada posteriormente.

Em relação aos aspectos cênicos da fachada, distinguem-se as partes que compõem esse equipamento expressivo nomeada de fachada pessoal. Na fachada, distingue-se a função ou

categoria: vestuário, sexo, idade, características raciais, altura e aparência; atitude, padrões de linguagem, expressões faciais e gestos corporais. O autor enfatiza que

desses veículos de transmissão de sinais, como as características raciais, relativamente fixos e, dentro de certo espaço de tempo, não variam para o indivíduo de uma situação para outra. Em contraposição alguns desses veículos de sinais são relativamente móveis ou transitórios, como a expressão facial, e podem variar numa representação, de um momento a outro (Goffman, 2008, p. 31)

No intuito de facilitar, Goffman (2008, p. 31) distingue a fachada pessoal em: aparência e maneira. A primeira se refere “[à]queles estímulos que funcionam, no momento, para nos revelar o *status* social do ator.” Tais estímulos reforçam, também, o estado ritual temporário do indivíduo, isto é, seu empenho em uma atividade social formal, trabalho ou recreação informal, ou se realiza ou não uma nova fase no ciclo das estações, ou em seu ciclo de vida; a segunda se refere à maneira como os estímulos funcionam no momento, para transmitir a informação sobre o papel de interação que o ator desempenhará na situação que se aproxima.

Pode ocorrer que aparência e maneira se contradigam, mas há possibilidade, também, de coerência entre elas e o ambiente, quando fornece um meio de estimular a atenção e o interesse nas exceções.

Práticas diferentes possibilitam o uso social de uma mesma fachada, tendendo a se tornar institucionalizadas em termos das expectativas estereotipadas abstratas às quais se ligam, sendo assim, recebem um sentido e estabilidade para esse papel.

Entende-se que há uma diferença entre enunciadore e um auditório e uma equipe de enunciadore para um coenunciador. No segundo caso, a equipe desenvolve uma fachada de um grupo cooperativo na encenação de uma rotina particular e seu leitor. Isto é, a dominância dramática e diretiva exerce um papel de autoridade e de poder do grupo. Para tanto, inclui-se aqui a influência de um grupo sobre os leitores da revista.

Goffman (2008, p. 77) utiliza o termo “equipe” e a define como a equipe de representação – ou somente equipe – para se referir a qualquer grupo de indivíduos que cooperem na encenação de uma rotina particular. Seus membros constroem uma dada situação diante de outro, ou de outros, e raramente manterão sua impressão particular. Ocorre uma familiaridade quando o indivíduo se torna membro da equipe, assim, esses membros tendem a promover uma dependência recíproca, principalmente em uma equipe institucionalizada, na qual os membros tendem a cooperar na manutenção da situação em relação aos que estão acima e aos que estão abaixo deles.

Para tanto, ao encenar uma definição da situação, espera-se que todos os membros da

equipe sejam unânimes na posição que tomem, mantendo em segredo o fato dos resultados alcançados, a fim de não comprometer a impressão demonstrada pela equipe.

Especificamente em relação aos editoriais, objeto de estudo da presente pesquisa, o controle do cenário permite à equipe introduzir dispositivos estratégicos para especificar uma determinada informação que o leitor é capaz de adquirir. Assim, quando há um diretor, lhe é colocada a obrigação de trazer aos membros da equipe linha adotada pela instituição, distribuindo os papéis na representação e na fachada pessoal. O responsável deve, portanto, corrigir as inadequações dos papéis que encenam para o público-alvo, no caso em análise, o da *Revista Brasileira para Cegos*.

Nesse sentido, em uma equipe com vários componentes,

o caráter da realidade esposado pela equipe muda. Em lugar de uma rica definição da situação, a realidade pode se ver reduzida a uma delgada linha de ação, pois é possível esperar que a linha seja desigualmente simpática aos membros da equipe. Pode-se esperar observações irônicas, pelas quais um membro da equipe por pilhéria rejeita a linha enquanto a aceita seriamente. Por outro lado, haverá o novo fator da lealdade para com a equipe e os companheiros, que dará apoio à linha de ação da equipe. (Goffman, 2008, p. 83)

Também é possível destacar a falta de informação sobre o caráter da equipe. Aquela, quando ocorre, pode apresentar ao novo executante dificuldades em ratificá-la diante do público (Goffman, 2008). Quando uma organização autoritária em que um “grupo de superiores sempre dão mostras de ter razão e de que mantêm uma fachada unida, há geralmente uma regra severa, ou seja, que qualquer um deles não deve mostrar hostilidade ou desrespeito com relação a qualquer outro superior na presença de um membro da equipe subordinada” (Goffman, 2008, p. 87).

Goffman (2008) alerta que, em uma instituição social,

os indivíduos que atuam numa determinada equipe se diferenciarão entre si na maneira pela qual dividem seu tempo entre a simples atividade e a simples representação. Numa extremidade haverá indivíduos que raramente aparecem diante da plateia e estão pouco interessados nas aparências. Na outra extremidade estão aqueles que são chamados muitas vezes de “papéis puramente cerimoniais” cujos atores estarão interessados nas aparências que exibem e em quase nada mais. (Goffman, 2008, p. 98)

Com esses esclarecimentos do autor, é possível atribuir aos componentes da comissão editorial da *Revista Brasileira para Cegos* as ações do *ethos* institucional, assim sendo, sob essa ótica, proceder-se-á às análises dos argumentos elegidos.

A fim de compreender melhor os papéis do *ethos* institucional e do leitor, no próximo tópico, será abordado o gênero editorial sob ótica de Van Dijk (1997).

1.5 O gênero editorial

Os editoriais pertencem a um grupo de discursos de opinião, cuja funcionalidade se caracteriza por sua definição contextual de acordo com intenções e motivos do escritor, que além das expectativas dos receptores, tem uma esperança de que aquele expresse suas opiniões acerca do tema abordado.

Van Dijk (1997) elucida que o editorial tem uma estrutura esquemática composta por um título, um resumo da notícia ou de um evento, o desenvolvimento tanto do tema quanto das ações de seus atores e uma conclusão.

Em primeiro lugar, o título é apresentado sucintamente; em segundo lugar, há uma apresentação da notícia mais ou menos factual; em terceiro, o nível valorativo é demonstrado pela opinião do jornal ou revista, por meio dos valores e ideologias subjacentes e com as ações baseadas em uma normativa.

Na perspectiva de Beltrão

A opinião do editor corresponde à política editorial. Fundamenta-se nas convenções filosóficas do grupo empresarial; nas informações e relações que envolvem o tema proposto; na área de circulação do veículo; na experiência jornalística dos chefes de redação, que compõem os conselhos editoriais e nos interesses econômicos da empresa. Esse tipo de opinião é expresso pelos editoriais [...] (1980, p. 21)

Para Van Dijk (2005, p. 74),

O poder da mídia é geralmente simbólico e persuasivo, no sentido em que estes têm principalmente o potencial do controlar, até certo ponto, as mentes dos leitores ou telespectadores, mas não o de controlar diretamente as suas ações. Exceto nos casos de força física, coerciva, o controle da ação, que usualmente constitui o último objetivo do exercício do poder, é geralmente indireto, enquanto que o controle de intenções, planos, conhecimentos, crenças ou opiniões – ou seja, das representações mentais que monitoram atividades concretas – é pressuposto.

Tendo em vista seu poder e função, a mídia tanto exerce influência, em razão de ser um discurso de opinião, como também sofre influência das instituições de elite, dos empresários, de líderes e, principalmente, dos representantes de jornais e de revistas.

Van Dijk (2005, p. 80) afirma que:

O controle estratégico do conhecimento constitui um elemento crucial ao controle da compreensão do discurso. Para além do conhecimento, há outras formas cruciais no que hoje em dia genericamente se designa como cognição social, tais como esquemas de opiniões socialmente conhecidas como atitudes. Enquanto o controle do conhecimento influencia a compreensão, o controle das atitudes influencia a avaliação.

Jornais ou revistas expressam uma opinião institucional, ainda mais quando são escritos por um só editor, que reflete a opinião da instituição. Sendo assim, uma opinião específica sobre qualquer determinado evento é derivada das representações sociais ao invés de uma experiência pessoal.

Por meio do editorial, os usuários da língua podem expressar suas opiniões sobre diferentes tipos de discurso, como na argumentação ou em qualquer outro discurso em que se expresse concordando ou não, por meio da persuasão. A funcionalidade desse gênero se caracteriza por sua definição contextual em relação às intenções e motivações do orador ou escritor.

Observam-se em sua estrutura os fundamentos sociocognitivos, por meio do uso da primeira pessoa, mas o jornal tem sua atenção voltada a eventos públicos e impessoais e, por meio da opinião, expressa suas condições sociais, econômicas, culturais ou políticas compartilhadas pelas diferentes elites; além de estruturas sintáticas e modos de argumentação que expressam um estilo diferenciado entre eles.

Van Dijk (1997) especifica que as opiniões são distintas em termos analíticos. Assim sendo, elas são representações mentais, além de possuírem uma manifestação discursiva. Deve-se esclarecer aqui que há diferentes modos utilizados ou aplicados nos contextos sociais. O autor afirma, também, que a opinião compartilhada pode estar livre do contexto, embora a forma como é utilizada seja contextualmente variável. Por essa razão, há uma estabilidade relativa das opiniões e atitudes sociais com seus usos contextuais e individuais.

O estudioso expressa, também, que

A ideologia é o quadro partilhado, baseado no grupo que está subjacente a esta coerência. A ideologia fornece os blocos básicos constituintes, os princípios de seleção de normas e valores relevantes, bem como a organização estrutural das representações sociais. As ideologias de grupos dominantes controlam o desenvolvimento das representações sociais, a formação de modelos, a produção da ação e o discurso dos membros dos grupos de tal forma que o grupo manterá o poder e reproduzirá a sua hegemonia a grupos dominados. (Van Dijk, 2005, p. 113)

Para se estabelecer a verdade de uma crença, é necessário recorrer a uma evidência, mesmo em se tratando de ponto de vista próprio, fundamentado em experiências pessoais. Muitos predicados cujo uso se baseia nos critérios de conhecimento são utilizados para avaliar. Por isso, é breve, tal como uma crença, ou demonstrativo de uma opinião em um determinado contexto, mas que, em outro contexto, pode revelar um outro tipo de conhecimento, mesmo sendo aplicado pela mesma pessoa.

Quando uma atitude aparece com uma proposição, pontua-se que é resultado da aplicação das normas ou dos valores e, portanto, é uma crença avaliativa ou opinativa. Essa

proposição surge como parte do conhecimento social, que representa um fato para algumas pessoas, enquanto para as outras, representa avaliações positivas ou negativas (VAN DIJK, 1997), já que as proposições

[...] podem ser proposições de crenças, as macroproposições podem representar opiniões, como é tipicamente, o caso nos editoriais – local e globalmente, - um editorial expressará opiniões locais e globais, respectivamente, como se torna claro habitualmente nos sumários. Assim de forma mais genérica, podemos esperar com toda a certeza que os editoriais expressem – pressuponham ou impliquem – opiniões também à nível global e macro. (Van Dijk, 2005, p. 202)

Van Dijk (1997) relembra que, para compreender um texto, há a necessidade de construir não só uma representação textual na memória, como também a construção de um modelo mental episódico. Assim, toda e qualquer significação e interpretação é relativa aos modelos pessoais do indivíduo.

O discurso traz um modelo de representação subjetiva do texto e cognitiva para o conceito de referência e referente. O texto coerente tem sentido para alguns usuários da língua por ter um modelo mental, já que o que dá sentido ao discurso é o modelo que o ser humano constrói.

Van Dijk (1997) defende que é necessário estudar o detalhe acerca de como se expressam as opiniões e de que forma se comunicam, além dos efeitos sociais que dizem respeito aos discursos de opinião. Muitos fenômenos sociais, tais como a opinião pública, o sexismo, o racismo e muitas outras representações socialmente compartilhadas.

O discurso de opinião não se reduz a uma lista de expressões subjacentes, elas tendem a se estruturar em modos específicos. A característica mais marcante desses discursos é que as opiniões se sustentam em uma sequência de argumentos. Nos editoriais, uma das considerações fundamentais que explicam o conceito de argumentação é a das limitações comunicativas da expressão de opinião, pois os receptores exigem que elas sejam defendidas e respaldadas de uma ou de outra maneira.

Quando se representa uma opinião como parte do modelo mental de um evento, a seleção de informações a partir daquele modelo estará incluída no conteúdo do discurso que tenderá, com toda probabilidade, a formar uma representação semântica daquela opinião.

Por fim, com Amossy (2016), Koch e Elias (2021), Moscovici (2015), Goffman (2008) e Van Dijk (1997, 2005) completam o aporte teórico que embasam a análise empreendida neste estudo. Assim, na sequência, apresenta-se o contexto de produção da *Revista Brasileira para Cegos* metodologia adotada para esta pesquisa.

2 O CONTEXTO DA REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS

A *Revista Brasileira para Cegos* possui uma parceria ímpar com o Instituto Benjamin Constant (IBC), por este motivo, será apresentado o histórico dessa instituição, complementando-o com o contexto da pessoa com deficiência visual, com o da Revista Brasileira para Cegos e pela apresentação dos materiais e métodos

2.1 O Instituto Benjamin Constant

Primeiramente, é preciso ressaltar que as produções textuais do ano de 1854 estão transcritas de acordo com o original, ou seja, foi conservada a escrita relativa ao contexto social da época.

A fundação do Instituto se deu em 1854, época do imperador D. Pedro II, por meio do decreto de criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. O regente declara:

Hei por bem, em virtude da autorização concedida no § 2º. do Art. 2º. do Decreto nº. 781 de dez do corrente mez, crear nesta Corte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o qual se regerá provisoriamente pelo Regulamento que com este baixa assignado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meo Conselho, Ministro e Secretário d'Estado dos negocios do imperio assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de setembro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz e José Thomas Nabuco d'Araujo [...] (Brasil, 1854, p. 295-300)

Assim, no dia 17 de setembro de 1854, foi inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, com a presença do Imperador e das demais autoridades da corte. Os nomeados para compor o corpo dirigente do instituto foram: diretor – Xavier Sigaud; Vice e capelão – Cônego Dr. José Caetano Fernandes Pinheiro e o professor José Alvares de Azevedo.

A fim de caracterizar esse espaço, resgatou-se uma parte do discurso do Dr. Xavier Sigaud, publicado no Jornal do Comércio n. 2419, datado de 20 de setembro de 1854, assim transcrito do original:

Senhor, quando V. M. Imperial pronunciou estas memoráveis palavras "A cegueira não é mais uma desgraça", suscitou uma questão grave e digna de ser tratada. V. M. formulou nestas poucas palavras a grande máxima digna de ser inscrita como divisa no portão do edificio do Imperial Instituto dos Meninos Cegos que a generosa proteção de V. M. acaba de fundar, manifestando deste modo o seu incessante zelo pela criação de instituições úteis, que servem ao mesmo tempo para civilizar o país e diminuir as misérias e os sofrimentos da humanidade. [...]
O Instituto tem por fim educar meninos cegos e prepará-los segundo sua capacidade individual, para o exercício de uma arte, de um ofício, de uma profissão liberal. É, pois, uma casa de educação e não um asilo, e muito menos um hospício; um tríplice especialidade: música, trabalhos, ciência, eis o que constitui sua organização especial. O Instituto está aberto aos meninos cegos de todas as classes da sociedade. [...]

Não é na época em que tantos ilustres cegos justificam os benefícios da educação recebida, que se porá em dúvida a utilidade da fundação do Instituto. [...]

Nos últimos 50 anos, a Alemanha, a França, a Inglaterra, os Estados Unidos têm multiplicado as escolas para educação de tantos infelizes; o número das escolas de cegos chega hoje a 140. Os sacrifícios feitos pelos governos e associações de caridade foram recompensados pelos mais belos resultados. Quem duvidar disso, pode ler o que tem escrito o célebre poeta Antônio Feliciano de Castilho, a obra do deputado de Bruxelas, Mr. de Rodenback, e o discurso do jovem monarca do Hanover, todos três atacados de cegueira.

A Providência deu ao cego o desejo ardente de saber e lhe proporcionou as faculdades de aprender; ao lado da necessidade, colocou os meios de satisfazê-la. Os cegos ouvem mais do que nós, porque vivem mais consigo; têm melhor memória do que nós, porque são obrigados a confiar mais nessa faculdade, não tendo, tanto como vós, o recurso de sinais próprios para auxiliá-la. Adquirem, assim, uma razão mais precoce, sentem mais depressa as vantagens do trabalho, dão-se a ele com mais vontade, tiram de seus estudos deduções ou juízos mais desenvolvidos e seus progressos são geralmente mais rápidos. E, pois, se há um grau de instrução que é de direito natural para todos os entes e de que não é lícito privar um menino, é um ato bárbaro privar dele um cego. Se a instrução é de direito natural para todos, é para o cego de direito divino.

Creio aqui reproduzido, em parte, o pensamento moral e generoso de V. M., quando quis instituir no Brasil uma casa de educação para pobres crianças, que até hoje têm sido barbaramente abandonadas e condenadas à mais profunda ignorância, ou voltadas à mendicância. O que me restava em forças e energia intelectual, sacrifiquei-o ao cumprimento desta obra de caridade, e se tomo a palavra neste dia solene, é principalmente com o fim de agradecer a V. M., em nome dos meninos cegos, o real e insigne benefício, que abrindo-lhes uma carteira, lhes proporciona os meios de poderem, um dia, ser úteis à pátria." [...]

[...] Esforçou-se por desvanecer o preconceito que supõe no cego a atrofia de todas as faculdades; procurou dar vida à Instituição; mandou publicar, pela imprensa, extensos artigos explicando os métodos especiais do ensino dos cegos e os resultados colhidos em outras nações; -- ajudava-o nessa cruzada da caridade e da ciência, o douto Cônego Fernandes Pinheiro --; dava a maior publicidade aos exames dos alunos, convidando para este ato grande concurso de assistentes; porfiava por apresentarem os discípulos provas de sua aptidão e aproveitamento; assim foi destruindo os infundados prejuízos da idéia da inutilidade dos cegos, cooperando para que esses, por si mesmos, protestassem e provassem que, para viver, não precisavam estender a mão à caridade pública; e conseguiu que todos compreendessem que os cegos podiam ler, escrever, contar, estudar música e instruir-se nos preceitos da religião católica.

Curta, porém profícua, foi a atuação do Dr. Sigaud à frente dos destinos da novel Instituição, já que lhe couberam os trabalhos iniciais de arregimentação dos alunos, a composição do seu corpo funcional, vencendo as primeiras barreiras, que naturalmente se antepunham a uma obra de tamanho vulto para a época. Falecido em 10 de outubro de 1856, teve o incansável Dr. Sigaud, para sucessor, o Dr. Cláudio Luiz da Costa. (Jornal do Comércio, n. 2419, 1854)

Cláudio Luiz da Costa, nomeado diretor pelo Decreto de 15 de outubro de 1856, contribuiu para o progresso da escola com a reformulação do regulamento, implementando a abertura de oficinas tipográfica e de encadernação, e, também da inclusão no curso de: escrita, catecismo, explicação do Evangelho, gramática nacional, francês, aritmética, álgebra (equações de segundo grau), geometria, princípios gerais de mecânica, física, química, história e geografia; em relação ao ensino profissional, foram incluídas: música vocal e instrumental, harmonia, regras de contraponto e de instrumentação, arte tipográfica, encadernação e afinação de piano, esses para os alunos; já para as alunas, música e trabalhos de agulha.

No período da República, a escola foi renomeada por Instituto Nacional dos Cegos. Nesse período, houve um aumento no número de alunos e, para tanto, foi construída – em um prédio de estilo neoclássico, no Rio de Janeiro –, a atual sede, e, por meio de decreto, seu nome foi alterado para Instituto Benjamin Constant.

No intuito de caracterizar o contexto educacional do IBC, inicia-se com o regulamento provisório do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual IBC) e algumas alterações subsequentes, ocorridas até o ano de 2023.

A seguir, são transcritos os artigos dos “dispositivos legais” que foram “extraídos de uma seleção dos documentos oficiais que determinaram sua natureza, suas finalidades, projetaram sua estrutura e normalizaram seu funcionamento” (HILDEBRANDT, 2004, p. 1).

Em seu capítulo I, estão disponibilizadas sua finalidade e organização, de acordo com os seguintes artigos:

Art. 1º. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos tem por fim ministra-lhes: a instrução primária, a educação moral e a religiosa, o ensino de música e de alguns ramos de instrução secundária e de ofícios fabris.

Art. 2º. O Instituto ser dirigido por um diretor subordinado ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império que inspecionará o estabelecimento por si ou por comissário de sua nomeação.

Art. 3º. Terá desde já o seguinte pessoal: um professor de primeiras letras; um de música vocal e instrumental; e o das artes mecânicas que forem preferidos com atenção à idade e aptidão dos alunos; um médico; um capelão; um inspetor de alunos por turma de 10 meninos e, segundo o número destes, os empregados e serventes que forem indispensáveis.

Art. 4º. Oportunamente serão designados os professores que se tornarem necessários à proporção que se for desenvolvendo o plano de estudos adiante declarado. (Hildebrandt, 2004, p. 2).

No capítulo II, são estabelecidas as funções do diretor e também dos demais empregados:

Art. 5º. Ao diretor compete: a inspeção do Instituto e cumprir-lhe velar em que os meninos confiados a sua guarda sejam tratados com desvelo a fim de nada lhes faltar no que é concernente, tanto a sua educação como ao ensino e à caridade que para com eles se deve observar.

Art. 7º. Visitará diariamente as aulas, salas de estudo e enfermaria, dando conta mensalmente ao governo do que ocorrer.

Art. 8º. Presidirá as refeições dos alunos, velando em que seja sã e abundante.

Art. 9º. Assistirá com eles às missas que se celebrarem no estabelecimento, presidirá os exames nas épocas marcadas e proporá ao governo as medidas que lhe parecerem importantes à manutenção e progressão do Instituto.

Art. 10. O diretor deverá morar no estabelecimento donde só pode ausentar-se em hora em que a sua presença não seja ali indispensável. (Hildebrandt, 2004, p. 2).

No capítulo III, encontram-se as normas para admissão, bem como as condições e os documentos exigidos para tal:

Art. 19. O número de alunos não excederá de trinta nos três primeiros anos. Neste número se compreendem até dez que serão admitidos gratuitamente quando forem reconhecidamente pobres.

Art. 20. A estes o governo fornecerá sustento, vestuário e curativo.

Art. 21. Os que não forem reconhecidamente pobres pagarão ao estabelecimento uma pensão anual arbitrada pelo governo no princípio de cada ano, a qual não poderá exceder de quarenta mil, além de uma joia no ato da entrada até duzentos mil, marcada pela mesma forma.

Art. 22. O Instituto ministrará a todos os alunos os livros e instrumentos necessários para o ensino.

Art. 23. A admissão no Instituto dependerá de autorização do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, devendo o pretendente juntar ao requerimento: I – certidão de batismo ou justificação de idade; II – atestado do médico do estabelecimento do qual conste ser total a cegueira; III – No caso de ser gratuita a admissão, atestado do pároco e duas autoridades do lugar da residência do aluno, provando a sua indigência; nesta hipótese a certidão de batismo poderá ser suprida por informação escruta do pároco e daquelas autoridades.

Art. 25. Não poderão também ser admitidos: I – os menores de seis anos e maiores de quatorze; II – Os escravos.

No capítulo IV, estão as disciplinas, os exames e os prêmios para os melhores classificados:

Art. 26. As matérias do ensino nos três primeiros anos serão: leitura, escrita, cálculo até frações decimais, música e artes mecânicas adaptadas à idade e força dos meninos. A leitura se compreender o ensino do catecismo.

Art. 27. No quarto ano, ensinar-se-á: gramática nacional, língua francesa, continuação da aritmética, princípios elementares de geometria, música e ofícios mecânicos.

Art. 28. Do quinto ano em diante, terá lugar, além das matérias do artigo precedente do ensino de geometria plana e retilínea, de história e geografia antiga, média e moderna e leitura explicada dos evangelhos.

Art. 29. No último ano, o estudo limitar-se-á à história e geografia nacional e aperfeiçoamento da música e dos trabalhos mecânicos para o que maior aptidão tiver mostrado os alunos.

Art. 31. O curso do Instituto será de oito anos e, dentro deste prazo, nenhum aluno gratuito poderá dali ser retirado sem licença do ministro e secretário de estado dos negócios do império.

Art. 32. Aos alunos que se destinarem a ofícios mecânicos poder-se-á mandar ensinar além das matérias dos artigos anteriores, geometria descritiva e princípios gerais de mecânico.

Art. 33. Seguir-se-á no Instituto, até nova ordem do governo, o método de pontos salientes de Louis Braille adotado pelo Instituto de Paris.

Art. 34. Os professores examinarão, nos três últimos dias do mês, os respectivos alunos e informarão no primeiro dia do mês seguinte ao diretor o que observarem tanto em relação ao adiantamento como ao procedimento moral de cada discípulo. Haverá também exames em cada aula de três em três em presença do diretor. Haverá, além disso, no fim do ano exames públicos em dia determinado pelo Ministro e Secretário de estado dos Negócios do Império em sua presença ou do comissário por ele nomeado. (Hildebrandt, 2004, p. 2-3).

No último capítulo, estão elencadas as finalidades dos estudos, a saber:

Art. 37. O aluno que concluir o curso de oito anos e não se achar suficientemente habilitado poderá requerer que lhe seja prorrogado aquele prazo por mais dois anos.

Art. 38. Os alunos pobres, quando completarem seus estudos, terão o destino que o governador julgar conveniente se não forem empregados como repetidores na conformidade dos artigos 40 e 41.

Art. 39. O mesmo se praticará com a idade de vinte e dois anos, ainda que não tenham terminado o curso dos estudos, salvo se obtiverem licença o Ministro e Secretário de Estados Negócios do Império para continuarem no Instituto por mais algum tempo.

Art. 40. O que durante o curso se houver distinguido será preferido para o cargo de repetidor e, depois de dois anos de exercício neste emprego, para o de professor do Instituto.

Art. 41. Ainda quando esteja completo o número de repetidores, o governo poderá mandar adir a essa classe com o respectivo vencimento os alunos que, por seu procedimento, talento e estudo, se reconhecer que são aproveitáveis para o magistério.

Art. 42. Depois de aberto o Instituto, o governo expedirá instruções especiais para o regimento interno e econômico, fiscalização da respectiva despesa e tudo quanto for concernente à disciplina das aulas, à forma dos exames e à marcha do estabelecimento. (Hildebrandt, 2004, p. 3).

Observa-se que o Instituto proporciona oportunidade para meninos, em sua maioria, pagantes; implicitamente, percebe-se a exclusão do sexo feminino e dos não católicos. A maioria das classes desprivilegiadas não fazem parte do corpo estudantil do Instituto, pois apenas um terço teve essa oportunidade.

Foi somente em 18 de dezembro de 1854 que o Instituto passou a admitir meninas. Nesse sentido, alguns capítulos foram inseridos no decorrer dos anos:

Título III – Da disciplina

Capítulo XV: Da separação dos alunos

Ar. 43. As meninas cegas, seja qual for a sua idade, serão completamente separadas dos meninos. Terão à parte aulas, casa de trabalho, lugar de recreação e passeio, refeitório e dormitório. Uma das mestras, debaixo das ordens do diretor, fará as vezes deste na parte do edifício do Instituto que lhes for exclusivamente destinada. [...]

Capítulo XIX: Dos prêmios

Art.61. Haverá anualmente três prêmios: o de letras, o de música e o de ofícios par meninas e outros tantos para as meninas. Consistirá cada prêmio em um objeto útil ao aluno cujo valor não excederá de 20\$000. Esses prêmios serão adjudicados pelos julgadores do mérito àqueles que, nas respectivas classes deram melhor conta de si.

Art. 62. Haverá também anualmente um prêmio de procedimento excelente e outro igual para meninas que mais se distinguirem durante o ano por sua docilidade, circunspeção, prudência e aplicação. Consistirá igualmente cada um desses prêmios em objeto útil de valor acima declarado e na sua adjudicação deverão interferir, além dos referidos julgados a todos os repetidores e inspetores, votando em escrutínio secreto que será apurado pelo comissário. [...]. (Brasil, 1854)

Atualmente, ou seja, em 2024, o instituto atende crianças e adolescentes cegos, surdo-cegos, com baixa visão e com deficiência múltipla, sendo uma referência para questões de deficiência visual. Além de capacitar profissionais e assessorar instituições públicas e privadas nessa área, reabilita pessoas que perderam ou que estão em processo de perda da visão.

O Instituto Benjamin Constant tem por compromisso a produção e difusão da pesquisa acadêmica no campo de Educação Especial e, por meio da imprensa no sistema Braille, edita e imprime livros e revistas, incluindo a *Revista Brasileira para Cegos* sobre a qual a presente pesquisa discorre.

2.2 Contexto da pessoa com deficiência visual

Antes de registrar a análise do editorial, faz-se necessário se debruçar sobre o coenunciador, leitor ou público-alvo da *Revista Brasileira para Cegos*.

Para tanto, discorre-se assim o contexto familiar e social da pessoa com deficiência visual desde seu nascimento. Elegeu-se, desse modo, como teóricos, Cobo, Rodríguez e Bueno (2003), Amaral (1995) e Schwartzman (1999) em relação à constatação da cegueira, bem como Goffman (1978) a respeito da estigmatização da pessoa com deficiência visual.

Cobo, Rodríguez e Bueno (2003) salientam que

Quando os pais descobrem que seu filho é deficiente visual grave, todo um mundo de fantasia criado durante nove meses se desfaz. A primeira impressão passa por um atordoamento geral, não conseguindo entender os motivos pelos quais isso aconteceu com eles, com seu filho. Esse sentimento é vivido como mais “terrível” se a criança for cega. (Cobo; Rodríguez; Bueno, 2003, p. 124).

Esses autores afirmam que a aceitação ou não do filho cego dependerá do equilíbrio psicológico dos pais, e que tanto esses quanto os irmãos formam um clima psicossocial básico para o desenvolvimento de afetividade.

Nesse sentido, há famílias com fortes sentimentos de desespero, ansiedade, culpa, e, que “desde o primeiro momento, a inestimável relação família-criança pode parecer forçada e anormal, dando como resultado um bebê tratado contraditoriamente por pais que amam a criança, mas que odeiam e rechaçam sua deficiência” (Cobo; Rodríguez; Bueno, 2003, p. 124).

Os autores informam, ainda, que a família repete as atitudes socialmente dominantes em relação à cegueira, e, dessa maneira, julga a pessoa cega pelo temor e respeito que a cegueira lhe inspira. Pontuam que

A sociedade sempre teve uma atitude ambivalente para com os cegos, ignorando-os na maioria dos casos ou venerando-os e acreditando que são possuidores de poderes especiais. A sociedade em geral considera o cego como uma pessoa amarga, condenada e indefesa. Uma vida de cegueira é considerada uma vida de escuridão e horror, o que, em alguns casos, desperta atitudes de piedade, comiseração e, às vezes, generosidade. Tal comportamento exerce poderosa influência sobre o cego, sua autoimagem e sobre seu papel social. Isso é mais prejudicial que benéfico para ele, e, mais nocivo para sua personalidade que qualquer outro elemento na situação social. Normalmente, o vidente sente o cego como uma pessoa incompetente e inativa, incapaz de produzir. (Cobo; Rodríguez; Bueno, 2003, p. 125)

Cobo, Rodríguez e Bueno (2003) destacam, também, que a atitude do vidente é mais pesada, pois os obstáculos são criados por eles, fazendo, assim, com que os cegos se sintam seres inúteis e isolados dentro do contexto social. Afirmam que

o sentimento de inferioridade se instala na pessoa cega desde o momento em que é capaz de reconhecer sua impotência para ver e compreender que a visão é uma capacidade que normalmente todos os outros possuem. Isso cria um sentimento de insegurança em si mesmo, ao deparar-se com barreiras para atingir determinados objetivos (Cobo; Rodríguez; Bueno, 2003, p. 125).

Um outro fator influenciado pelo sentimento de inferioridade é a presença ou ausência da autonomia e a consequente necessidade de proteção.

Amaral (1995) e Schwartzman (1999), após realizarem estudos com familiares da pessoa com deficiência, ressaltam que o nascimento de um bebê com necessidades especiais traz reações fortes – tais como amor e ódio, alegria e sofrimento – e que essas reações acarretam aceitação e rejeição, euforia e depressão.

A reação dos pais, primeiramente, é de luto, o qual, segundo os autores, é subdividido em cinco estágios: no primeiro, há o choque, porque os pais não compreendem o que está acontecendo. Algumas pessoas veem suas crenças anteriores abaladas e se questionam “por que eu?”; no segundo, surge a negação, que tem uma duração variada; no terceiro, a reação emocional é intensa, fase em que os pais se deparam com emoções e sentimentos como a tristeza pela perda do bebê imaginado, a raiva contra quem comunicou o diagnóstico, a ansiedade e insegurança, além da impotência frente a uma situação inalterada; no quarto, diminuem a ansiedade e insegurança, pois os pais reconhecem o filho, apesar de sua anomalia, e iniciam a possibilidade de afetividade; no quinto, há uma reorganização familiar, já que os pais devem ressignificar a deficiência e repensar o sentimento de culpa pela anomalia da criança.

Amaral (1995) e Schwartzman (1999) ressaltam que no contexto social, os pais procuram um culpado e apresentam reações como choro, raiva e negação; dessa forma, eles se fecham em sua dor e negam qualquer contato exterior. Em um momento posterior, começam a perceber as necessidades do filho e perdem o medo de serem inadequados, quando buscam auxílio e informação, já que pais e filhos começam a criar vínculos.

Na adolescência, desenvolve um mundo de fantasia que depende das relações que mantém com os videntes, e o “fato de o cego viver num mundo de videntes faz com que tenha que procurar ajuda e informações visuais. Quer sejam espontâneas quer solicitadas, representam uma redução da sua própria expressão, e, assim é registrada emocionalmente” (COBO; RODRÍGUES; BUENO, 2003, p. 126). Portanto, o cego aprende a aceitar as atividades dos seus amigos videntes.

Cobo, Rodríguez e Bueno (2003) pontuam também que as pessoas com deficiência visual são uma minoria no âmbito do seu contexto social, sendo obrigados a adquirir os ideais e os modelos dos videntes, bem como adotar uma postura respeitosa e mútua com eles, mas

essas, geralmente, não são recíprocas.

A definição aqui adotada de estigma que acompanha a pessoa com deficiência visual é a de Goffman (1978), que se refere ao indivíduo que não está hábil para ser aceito socialmente, pois os valores sociais orientam essa classificação, sendo essa determinada historicamente. Em seus termos:

o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar na normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (Goffman, 1978, p. 13).

O autor complementa seu raciocínio ao asseverar que “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito” (Goffman, 1978, p. 13).

Na perspectiva de Goffman (1978), o estigma é classificado em três categorias diferentes: na primeira, estão incluídas as abominações do corpo, tais como deformidades físicas; na segunda, são as culpas de caráter individual, tais como paixões, crenças falsas e rígidas; na terceira, estão os estigmas tribais de raça, nação e religião, que são divulgados por meio da linguagem.

Em relação à pessoa com deficiência visual, Goffman (1978, p. 15) sublinha que: “tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, imputar ao interessado alguns atributos desejáveis, mas não desejados, frequentemente de aspecto sobrenatural, tais como ‘sexto sentido’ ou ‘percepção’”. Ademais, acrescenta que:

Alguns podem hesitar em tocar ou guiar o cego, enquanto que outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de uma Gestalt de incapacidade, de tal modo que o indivíduo grita com o cego como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo, como se ele fosse aleijado. Aqueles que estão diante de um cego podem ter uma gama enorme de crenças ligadas ao estereótipo. Por exemplo, podem pensar que estão sujeitos a um tipo único de avaliação, supondo que o indivíduo cego recorre a canais específicos de informação não disponíveis para os outros. (Goffman, 1978, p. 15)

O autor também declara que:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” (Goffman, 1978, p. 11-12).

Assim, Goffman (1978, p. 59) afirma que “é por meio de nossa visão que o estigma dos outros se torna evidente com maior frequência, talvez o termo visibilidade não crie muita distorção. Na verdade, o termo mais geral ‘perceptibilidade’ seria mais preciso, e ‘evidenciabilidade’ mais preciso ainda”.

Nesse sentido, observa-se que:

as atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferentes, tais como os de classe social. (Goffman, 1978, p. 14-15)

O autor salienta que a pessoa estigmatizada tem reduzidas suas possibilidades em todas as esferas, sejam escolar, familiar, trabalhista e operacional. Observa-se ainda que crenças, atitudes, valores e julgamentos influenciam na manutenção da pessoa estigmatizada.

Há também situações de acobertamento que a pessoa estigmatizada adota como uma técnica adaptativa. A pessoa com deficiência visual

[...] algumas vezes, têm o rosto desfigurado na região dos olhos, diferenciam-se entre si em função desse fato. Os óculos escuros, algumas vezes usados para oferecer voluntariamente uma prova de cegueira podem, ao mesmo tempo, ser usados para acobertar a existência de uma desfiguração facial – nesse caso revela-se a cegueira, ao mesmo tempo em que se oculta a deformidade (Goffman, 1978, p. 114)

Outro acobertamento que pode surgir quando uma pessoa com deficiência visual – subnormal - se constrange quando precisa ler um livro, de modo que ela o aproxima muito dos olhos, demonstrando visibilidade da cegueira.

Para Goffman,

As pessoas cegas algumas vezes aprendem a olhar diretamente para o seu interlocutor, ainda que seu olhar não signifique visão, porque assim evita fixar o olhar no espaço, ou inclinar a cabeça ou, ainda, violar, sem saber, o código relativo aos sinais de atenção por meio dos quais se organiza a interação social (1978, p. 115).

As estereotípias se aplicam na pessoa com deficiência visual que, em decorrência da falta da visão, tem defasagem na aquisição básicas de apreensão, de pegar objetos, de engatinhar, de olhar e de regras sociais, assim sendo, ela as substitui por cargas motoras (Bueno, 2003).

Além do acobertamento, o autor aponta o encobrimento do estigma, quando esse não é visível, sendo somente conhecido pela pessoa, o qual procura ocultar. Essa situação ocorre

quando: “[...] uma pessoa cega que entra num táxi escuro com alguém pode descobrir que, por um momento, lhe foi atribuída a capacidade de ver ou um homem cego, de óculos escuros, sentado num bar escuro, pode ser tomado, por um recém-chegado, por alguém que enxerga” (Goffman, 1978, p. 87). Às vezes, a pessoa procura esconder uma deficiência, como: “quando uma pessoa quase cega que finge ver tropeça num banquinho ou derrama bebida na camisa” (Goffman, 1978, p. 950).

Assim, após registro do contexto individual, familiar e social da pessoa com deficiência visual, leitor da *Revista Brasileira para Cegos*, inicia-se o contexto RBC.

2.3 A Revista Brasileira para Cegos

Para iniciar a abordagem do histórico da revista, recorreu-se ao primeiro editorial, datado de abril de 1942, o qual relata a sua finalidade e objetivos (transcrição do original):

Editorial

A "Revista Brasileira para Cegos" -- primeira iniciativa oficial no gênero -- visa levar cultura, informação e distração pela leitura, a todos os cegos do Brasil.

Distribuída gratuitamente, será uma modalidade de assistência do governo aos brasileiros que não dispõem dos olhos. Seu aparecimento nesta semana de homenagens ao Presidente Vargas e a maneira dos cegos se associarem a essas justíssimas manifestações de apreço ao homem que, com raro denodo, larga viscosidade política e elevado patriotismo, tem sabido conduzir o Brasil para os seus verdadeiros destinos.

A existência da primeira Revista oficial para os cegos do Brasil, ficara assim para sempre ligada ao "Dia do Presidente". *etras*, 2010. p. 57-80. (*Revista Brasileira para Cegos*, n. 1, 1942).

Por meio do referido editorial, percebe-se que a revista está sob a tutela do governo federal e será, graciosamente, distribuída às pessoas com deficiência visual. Atualmente, seus exemplares são oferecidos em todo o território nacional e também a alguns países da América do Sul, África e Europa. Ela tem por finalidade atingir os deficientes visuais e atender às instituições sem fins lucrativos que se dedicam a esse público específico.

Por meio da consulta às revistas analisadas para compor o *corpus* desta pesquisa, pode-se observar que, a partir de 2000, há registro dos nomes dos responsáveis – diretor geral e responsável pelos editoriais – nos próprios editoriais, especificados no capítulo das análises. Nesse ano de 2000, o texto do editorial pontua que o fundador da revista foi o professor José Espínola Veiga, tendo por responsável Kate de Queiróz Costa; o editorial tem o título “500 anos de Brasil”, mas sem assinatura. Essa ação perdura até a edição de número 525, mas, a partir da 509, é apresentado um revisor geral, o professor Paulo F. Ferreira.

Em abril de 2012, ocorreu uma alteração em relação aos responsáveis pela revista, nomeados de “comissão editorial”; por apresentar diferentes editorialistas, optou-se por nomeá-los nos respectivos editoriais. A última edição publicada foi a de número 563, de outubro e dezembro de 2021. Nesse período, a revista era – e, ainda é – mantida pelo Ministério da Educação.

Em 2011, as edições de números 522 a 525 registraram o fim de um período de 19 anos que apenas uma pessoa com deficiência visual era responsável pelo editorial do periódico. Em 2012 e em 2013 – especificamente as edições de número 526 a 529 –, tem-se a comissão editorial formada por pessoas cegas e videntes.

Desde a fundação da revista, os artigos tinham como seções: Editorial, Temas diversos, Histórias interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Informática IBC, Noticiário especializado, Troca de ideias e ao leitor.

A partir da edição número 526, de abril de 2012, houve alterações. Assim sendo, as novas seções assim se constituíram: Editorial, Voz do leitor, IBC IN FOCO, Vida e Saúde, Saúde em contraponto, Nossa Casa, Moda, Arte e Cultura, Culinária, Acessibilidade e Inclusão e RBC informa. A partir da edição número 528, entrou a seção Espaço do leitor, e de número 532, foi acrescentada a seção Humor, mantida até 2021.

Atualmente, a comissão editorial, é composta por diferentes diretores e diversos editorialistas, por essa razão, em todos os editoriais, serão especificados o diretor e os componentes da comissão editorial.

Na *Revista Brasileira para Cegos* não há propaganda externa, somente aquelas que se referem ao Instituto Benjamin Constant e ao Ministério da Educação, já que esses são os responsáveis por ela. Os funcionários são admitidos somente por seleção ou por concurso público. Apenas na seção Espaço do leitor é que são permitidas propagandas, tendo por fonte o próprio assinante.

2.4 Materiais e Métodos

Apresenta-se a metodologia desta pesquisa, iniciando pelo registro da descrição das etapas do estudo e suas respectivas seções. A abordagem adotada no estudo é qualitativa.

O material é composto por editoriais que “[...] expressa a opinião oficial da empresa jornalística sobre os fatos sociais [...]” (MELO, 1987, p. 79), possui uma categoria opinativa e, por meio da argumentação, transmite mensagens que perpassam a sociedade, promovendo, assim, uma linha de controle sobre seus leitores.

A partir desta ideia, trabalhar-se-á com editoriais da *Revista Brasileira para Cegos*, cuja primeira edição foi disponibilizada em 1942, e, a última, em 2022. Ela é elaborada sob o sistema Braille, o que, consequentemente, limita sua abrangência às pessoas deficientes visuais alfabetizadas e que possuam o domínio deste código. Atualmente, há alguns números disponibilizados no *site* da Revista¹.

Os editoriais serão apresentados, primeiramente, em um quadro, com a presença do número 1 da RBC para identificar sua missão e todos os editoriais dentro do período de 2000 a 2021; Após os editoriais selecionados, sendo cinco do período em que a editorialista Kate de Queiróz Costa exercia esse papel, e, cinco do período em que uma comissão editorial teve essa tarefa.

As categorias de análise estipuladas são: a presença do *ethos* discursivo dividido em institucional, prévio e empírico; as proposições de argumentação; as representações sociais, além da intertextualidade, do papel social e das crenças partilhadas.

O formato das análises segue a estrutura do editorial segundo van Dijk, assim dividido: título, resumo/apresentação da notícia, desenvolvimento e conclusão; Após é realizada a comparação entre os títulos, os resumo/apresentação, os desenvolvimentos e conclusões do primeiro período; em sequência são comparados esses elementos ao do segundo período; e, finalmente, é realizada a comparação entre os dois períodos compreendendo as análises dos títulos, resumos/apresentação, desenvolvimento e conclusões.

Um fator decisivo que levou à opção por esses editoriais foi a possibilidade de se esclarecer o posicionamento sócio-histórico e político a respeito do *ethos* institucional e de seu público-alvo por meio do papel de coenunciadores.

O presente estudo tem como tema “A representação social da pessoa com deficiência visual como coenunciador: sob a ótica dos editorialistas da RBC”, análise do *ethos* institucional nos editoriais da *Revista Brasileira para Cegos*.

O questionamento a ser respondido pela análise é: quais as representações sociais da pessoa com deficiência visual construída pelos editorialistas da RBC? e quais as expressões com valores qualificativos selecionados para avaliar positiva ou negativamente a representação social da pessoa com deficiência visual?

A hipótese a ser ou não confirmada é: o *ethos* institucional construído nos editoriais da RBC, elaborados por uma representante do IBC, apresenta divergência em relação aos editoriais elaborados pela comissão editorial sob a supervisão do MEC, no que tange à construção da representação social da pessoa com deficiência visual.

¹ Disponível em: www.rbc.org.com.br. Acesso em: 10 jan. 2022.

O total de editoriais é de 74, o período entre 2000 a 2021, listados no Quadro ,1 a seguir:

Quadro 1 - Números, editorialista e ano dos 74 editoriais (2000 até 2021)

Número	Editorial	Título	Editorialista	Ano/Mês
1	1	Sem título	Sem assinatura	1942
2	492	500 anos de Brasil	Sem assinatura	2000/jul.-set.
3	493	Liberdade	Sem assinatura	2000/out.-dez.
4	494	Século XXI – Ano 2001, para quem?	Sem assinatura	2001/jan.-jun.
5	495	Aos nossos leitores-voluntários	Sem assinatura	2001/jul.-dez.
6	496	Aos nossos assinantes	Sem assinatura	2002/jan.-jun.
7	497	Ler é preciso	Sem assinatura	2002/jul.-dez.
8	498	Algumas mudanças	Sem assinatura	2003/jan.-jun.
9	499	Esclarecimento	Sem assinatura	2003/jul.-set.
10	500	RBC número 500	Sem assinatura	2003/jul.-set.
11	501	Quem quer passar além do bojador tem que passar além da dor	Sem assinatura	2004/jan.-abr.
12	502	Agradecemos	Sem assinatura	2004/jul.-dez.
13	503	Carta aberta a um amigo morto – Edison Ribeiro Lemos, mestre, amigo	Sem assinatura	2005/jan.-jun.
14	504	Preconceito	Sem assinatura	2005/jul.-dez.
15	505	Constatação	Sem assinatura	2005/jul.-dez.
16	506	Onde a solução?	Sem assinatura	2006/jul.-dez.
17	507	O cego e a Arte. Há algo mais inerente a uma pessoa cega que a arte?	Sem assinatura	2007/jan.-abr.
18	508	Convivência	Sem assinatura	2007/maio-ago.
19	509	Esclarecimentos aos leitores	Sem assinatura	2007/set.-dez.
20	510	Mais uma vez ao leitor	Sem assinatura	2008/jan.-mar.
21	511	Superação	Sem assinatura	2008/abr.-jun.
22	512	Inclusão	Sem assinatura	2008/jul.-ago.
23	513	A distância que separa...	Sem assinatura	2008/out.-dez.
24	514	Louis Braille, nosso irmão, nosso mestre	Sem assinatura	2009/jan.-mar.
25	515	Alterações em nossa escrita	Sem assinatura	2009/abr.-jun.
26	516	Nosso planeta azul	Sem assinatura	2009/jul.-set.
27	517	A Louis Braille	Sem assinatura	2009/ou.t-dez.
28	518	Um ano novo	Sem assinatura	2010/jan.-mar.
29	519	O IBC e a inclusão	Sem assinatura	2010/abr.-jun.
30	520	Reabilitação	Sem assinatura	2010/jul.-set.
31	521	Eleição	Sem assinatura	2010/out.-dez.
32	522	Aos leitores da RBC	Sem assinatura	2011/jan.-mar.
33	523	Livro impresso <i>versus</i> computador	Sem assinatura	2011/abr.-jun.
34	524	A indesejável inclusão	Sem assinatura	2011/jul.-dez.

35	525	Adeus	Sem assinatura	2011/out.-dez.
36	526	Editorial	Comissão editorial	2012/abr.- Esp. 1
37	527	Edição Esp. do Ministério da Educação	Comissão editorial	2012/ago.
38	528	Editorial – prezado leitor	Comissão editorial	2012/dez.
39	529	Caro leitor	Comissão editorial	2013/jan.-abr.
40	530	Caro leitor, chegamos ao número 530 da RBC	Comissão editorial	2013/maio-ago.
41	531	Caro leitor	Comissão editorial	2013/set.-dez.
42	532	A desconstrução da inclusão	Comissão editorial	2014/jan.-mar.
43	533	Braille digital	Comissão editorial	2014/abr.-jun.
44	534	Nota da comissão editorial	Comissão editorial	2014/jul.-set./Esp.
45	535	Editorial	Comissão editorial	2014/out.-dez.
46	536	Editorial	Comissão editorial	2015/jan.-mar.
47	537	Editorial	Comissão editorial	2015/abr.-jun.
48	538	Editorial	Comissão editorial	2015/jul.-set.
49	539	Editorial	Comissão editorial	2015/out.-dez.
50	540	Editorial	Comissão editorial	2016/jan.-mar.
51	541	Editorial	Comissão editorial	2016/abr.-jun.
52	542	Editorial	Comissão editorial	2016/jul.-set.
53	543	Editorial	Comissão editorial	2016/out.-dez.
54	544	Editorial	Comissão editorial	2017/jan.-mar.
55	545	Editorial	Comissão editorial	2017/abr.-jun.
56	546	Editorial	Comissão editorial	2017/jul.-set.
57	547	Editorial	Comissão editorial	2017/out.-dez.
58	548	Editorial	Comissão editorial	2018/jan.-mar.
59	549	Editorial	Comissão editorial	2018/abr.-jun.
60	550	Editorial	Comissão editorial	2018/jul.-set.
61	551	Editorial	Comissão editorial	2018/out.-dez.
62		Introdução	Comissão editorial	2019/ Especial
63	552	Editorial	Comissão editorial	2019/jan.-mar.
64	553	Editorial	Comissão editorial	2019/abr.-jun.
65	554	Editorial	Comissão editorial	2019/jul.-set.
66	555	Editorial	Comissão editorial	2019/out.-dez.
67		Editorial	Comissão editorial	2020 Especial
68	556	Editorial	Comissão editorial	2020/jan.-mar.
69	557	Editorial	Comissão editorial	2020/abr.-jun.
70	558	Editorial	Comissão editorial	2020/jul.-set.
71	559	Editorial	Comissão editorial	2020/out.-dez.
72		Editorial	Comissão editorial	2020/ Especial
73	560	Editorial	Comissão editorial	2021/jan.-mar.
74	561	Editorial	Comissão editorial	2021/abr.-jun.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A *Revista Brasileira para Cegos* iniciou sua trajetória em 1942. Diversos foram os seus editorialistas, mas o período que despertou o interesse de pesquisa foi especificamente o de 2000 a 2022. Para tanto, foi separado em duas etapas, quais sejam: a primeira, quando Kate de Queiróz Costa assumiu a responsabilidade pela produção do editorial; e a segunda, quando uma comissão editorial, indicada pelo IBC e pelo Ministério de Educação (MEC), recebeu essa tarefa.

O público-alvo é composto por pessoas com deficiência visual total, adultos e que dominam o sistema Braille, haja vista a revista ser disponibilizada somente sob tal sistema.

Foram selecionados 10 editoriais – sendo 5 de cada etapa – que versassem sobre os seguintes temas: diferença, exclusão, inclusão, preconceito e/ou deficiente visual. Ambos os períodos foram analisados. Ressalta-se que, para demarcar os dois períodos analisados, foram transcritos os editoriais de despedidas de Kate de Queiróz Costa e o de acolhimento da comissão editorial.

Em relação ao primeiro período, é apresentado o editorial da edição de número 525, de outubro a dezembro de 2011:

Adeus!

Estamos nos despedindo de nossos assinantes, pois *renovar é preciso*.

Cumprimos com muita alegria a honrosa missão de editar as revistas RBC e Pontinhos. Porém, é chegada a hora de novas ideias incrementarem a editoração das revistas.

Durante os 19 anos em que fomos responsáveis pela coordenação das revistas Braille do IBC trabalhamos com pessoas capazes e absolutamente dedicadas. Por isso nosso mais profundo reconhecimento.

Muito agradecemos às nossas: transcritora e revisora; aos impressores e encadernadores; ao nosso revisor-geral professor Paulo Felicíssimo Ferreira que, voluntariamente corrigiu os erros de português e históricos das revistas; aos diretores do IBC que se sucederam ao longo dos anos e sempre nos confiaram a editoria das mesmas; aos Correios que distribuíram e entregaram em cada domicílio RBC e Pontinhos; finalmente, sensibilizados, agradecemos aos nossos leitores-voluntários que dedicaram muito de seu tempo à pesquisa de textos, contribuindo assim para que suas revistas chegassem até você com qualidade de conteúdo.

A todos um futuro de sabedoria e prazer com as novas revistas. (*Revista Brasileira para Cegos*, n. 525, 2011)

Do segundo período demarcado, é citado o editorial da edição de número 526, de abril de 2012 uma edição especial – em volume único:

Saudamos nossos assinantes, reais e potenciais, pelo prestígio e confiança que sempre vêm nos conferindo, ao longo de edificantes 70 anos da RBC, a serviço da informação e da cultura. Atravessamos gerações, sem estarmos a salvo de crises, que graças ao empenho e talento de seus servidores, aos quais, dedicamos um preito de gratidão, sem distinção, foram sendo todos transpostos. A exemplo da RBC, surgida em abril de 1942, sob a liderança e inspiração do nosso Professor Veiga, temos desde 1959, a nossa revista Pontinhos, voltada para o público infanto-juvenil, interessado em se educar e se informar, visando a conquista da cidadania. Essas duas publicações,

produzidas na Imprensa Braille de nosso IBC, foram, e certamente continuarão sendo, produto do esforço de quem nelas trabalhou e trabalha, e do desejo de seus assinantes, que ultrapassam as fronteiras nacionais. Esse fato é motivo de orgulho de nossa instituição especializada, pioneira no ensino de crianças e adolescentes cegos, na América Latina, e hoje, centro de referência na área. Para coroar esses 70 anos de vida a serviço da informação e da cultura de qualidade, direcionada para o nosso público cego, incorporamos a este número, a primeira edição da RBC, transcrita em Braille, no ano de 1942, no inesquecível mês de abril, incluindo também a sua capa, recuperada da versão original.

Na esteira da modernidade, e em conformidade com os objetivos que as conceberam, trabalharemos coletivamente para atender aos desejos de nossos leitores assinantes, com um olhar para o futuro. Sendo assim, de imediato, queremos provocar e interagir permanentemente com nossos leitores, sentir-lhes o seu pulsar vibrante, a sua capacidade crítica!

Isso poderá ser viável, se nos aproximarmos, a Revista e você, que desde já, poderá enviar sugestões, comentários, críticas que nos possibilitem crescer juntos.

Assim, aguardamos correspondências para os endereços constantes na capa desta edição.

Vamos juntos descobrir, que vale a pena ler, já que vale a pena pensar.

Comissão editorial (*Revista Brasileira para Cegos*, n. 526, 2012)

Observa-se no editorial da edição número 525 (referente à primeira etapa) que somente o Instituto Benjamin Constant é mencionado. Já no editorial da edição número 526, há o registro do Ministério da Educação (MEC).

No Diário Oficial da República Federativa do Brasil, consta que o IBC, para promover à educação das pessoas cegas e de visão reduzida, será dirigido pelo Diretor-Geral, o qual será escolhido pelo Ministério do Estado da Educação e Desporto dentre os servidores do quadro do Instituto Benjamin Constant que detenham título de graduação superior, e, que estejam em efetivo exercício há, no mínimo, cinco anos (BRASIL, 1998).

A seguir, discorre-se acerca das categorias de análise que foram assim definidas: as representações partilhadas, proposições da argumentação e os *ethos* institucional, prévio e empírico, além da intertextualidade, do papel social e das crenças. Para tanto, foram analisados os editoriais em ordem temporal.

No que concerne à seleção dos editoriais, referiu-se aos que versassem sobre o tema de exclusão e inclusão, deficiente e pessoa cega. Os editoriais foram devidamente subdivididos em dois grupos, de acordo com o *ethos* institucional:

Quadro 2 - Números, títulos, sem assinatura e anos dos cinco editoriais selecionados para o primeiro período

1	s/n.	Sem título	Sem assinatura	2005
2	504	Preconceito	Sem assinatura	2005/jul.-dez.
3	512	Inclusão	Sem assinatura	2008/jul.-set.
4	519	O IBC e a Inclusão	Sem assinatura	2010/abr.-jun.
5	524	A indesejável Inclusão	Sem assinatura	2011/jul.-set.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Quadro 3 - Números, títulos, comissão editorial e anos dos cinco editoriais selecionados para o segundo período

1	532	A desconstrução da Inclusão	Sem assinatura	2014/jan.-mar.
2	534	IBC 160 anos – uma trajetória em busca da inclusão das pessoas cegas.	Comissão editorial	2014/jul. -set.
3	542	Sem título	Comissão editorial	2016/jul.-set.
4	554	Identidade	Comissão editorial	2019/ jul. -set.
5	556	Responsabilidade	Comissão editorial	2020/jan. -mar.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

O caráter qualitativo está na importância de realizar, interpretar e categorizar as manifestações de julgamento.

Assim, feita a devida apresentação dos passos metodológicos, passa-se ao capítulo que tratará da análise do corpus: os editoriais da *RBC*.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*: OS EDITORIAIS DA REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS

Este capítulo apresenta o contexto dos editoriais selecionados para análise, mencionando seus responsáveis e respectivos cargos ou funções, além de sua formação profissional e educacional.

A *Revista Brasileira para Cegos* iniciou sua trajetória em 1942. Diversos foram os seus editorialistas, mas o período que despertou o interesse da pesquisa foi o de 2000 a 2022. Para tanto, tal período foi dividido em duas etapas, quais sejam: a primeira, quando Kate de Queiróz Costa assumiu a responsabilidade pela produção do editorial; e a segunda, quando uma comissão editorial, indicada pelo Instituto Benjamin Constant e pelo Ministério de Educação (MEC), desenvolveu essa tarefa.

Foram selecionados, então, 10 editoriais – 5 de cada etapa – que versassem sobre os seguintes temas: diferença, exclusão, inclusão, preconceito e/ou deficiente visual.

3.1 Análise dos editoriais

No intuito de evidenciar cada período, são apresentados os editoriais das duas etapas. Do primeiro período foram: o primeiro (sem número), que comemora o sesquicentenário do Instituto Benjamin Constant, cuja data de publicação é 2004; o segundo (de número 504), com o título “Preconceito”, de 2005; o terceiro (de número 512), com o título “Inclusão”, de 2008; o quarto (de número 519) com o título “O IBC e a Inclusão”, de 2010; e o quinto (de número 524), intitulado “A Indesejável Inclusão”, de 2011; da segunda etapa foram: o primeiro (de número 532), com o título “A desconstrução da Inclusão”, de 2014; o segundo (de número 534), intitulado “O IBC 160 anos”, de 2014; o terceiro (de número 542), sem título, de 2016; o quarto (de número 554), sob título “Identidade”, de 2019; o quinto (de número 556), intitulado “Responsabilidade”, de 2020.

3.1.1 Análise dos editoriais do primeiro período de 2004 a 2011

Editorial sem número, cuja publicação é de julho a dezembro de 2005.

Editorialista: Kate de Queiróz Costa, nascida no estado do Amazonas, vidente que, após um deslocamento de retina, perdeu a visão. Estudou no Instituto Benjamin Constant e, posteriormente, desempenhou, desde 1992, a função de revisora, professora e responsável pelos

editoriais da Revista Brasileira para Cegos e da Revista Pontinhos, permanecendo até dezembro de 2011. Seu falecimento ocorreu em 2020.

O primeiro editorial da *Revista Brasileira para Cegos* selecionado para análise é um suplemento, que não possui número, datado de 2004, publicado quando da comemoração do sesquicentenário da Fundação do Instituto Benjamin Constant. Em seu conteúdo, é possível ler:

TÍTULO	Ausente
Tema	Aniversário do IBC

O título apresenta a função de “atrair a atenção ao relato mencionado no(s) tema(s) que podem interessar ao leitor” (VAN DIJK, 1983, p. 85-86). Parret (1997) destaca que o título demonstra um ponto de vista, ao mesmo tempo em que seduz o leitor.

Nesse editorial não há um título, e, tem por tema o Instituto Benjamin Constant. O *ethos* institucional/prévio/empírico não registrou o título, possibilitando, ao seu leitor, o ato de inferir acerca do editorial.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	A Revista Brasileira para Cegos orgulha-se em participar das comemorações dos 150 anos do Instituto Benjamin Constant.
----------------------------	--

Na apresentação, consta o verbo “orgulhar-se”, a fim de demonstrar um sentimento valorativo positivo, ancorado em crenças, atitudes e estereótipos sociais e individuais. O *ethos* institucional constrói sua argumentação no intuito de cativar o leitor, esperando que ele compartilhe desse sentimento.

DESENVOLVIMENTO	D1. Referência Nacional, primeira escola para cegos da América Latina, o Instituto Benjamin Constant é, e será sempre, um marco, um ponto de partida para a longa jornada do aprimoramento pessoal. D2. Farol, cujos raios poderosíssimos indicarão sempre a direção exata do porto seguro onde abrigar-se.
------------------------	---

DESENVOLVIMENTO	D3. Perene como uma catedral, muitos tentaram arrastá-lo a outro destino que não o digno destino de educar, ensinar, encaminhar e integrar jovens cegos a uma sociedade nem sempre receptiva D4. Marco, farol, catedral, entrelaçando-se em uma única estrutura de belas colunas jônicas e magnífica escadaria. Entrelaçando-se, também, em nossas vidas, desde o convívio imprescindível com os companheiros cegos -- que somente uma escola especializada pode proporcionar -- aos primeiros momentos de nossa aprendizagem, exercida através do apoio de excelentes professores, também oriundos desta Casa.
-------------------------------	---

Em D1, há o uso de expressões com valor qualificativo – “nacional”, “primeira escola” “marco”, “um ponto de partida”, “longa jornada”, “aprimoramento pessoal” – referentes ao IBC, demonstra, por meio de imagens positivas, o intento de demarcar a validade, ou seja, de convencer o leitor a aderir aos seus argumentos e proposições para comprovar o valor da instituição. As metáforas utilizadas são mecanismos retóricos – tropos – que “pelo próprio fato de mostrar e dissimular o sentido ao mesmo tempo, o tropo mantém uma relação natural com uma atitude interpretativa que postula a existência de um sentido oculto[...]” (Maingueneau, 2014, p. 135)

Em D2, há o emprego: do substantivo “farol” para referenciar o IBC; de “raios poderosíssimos” para descrever uma escala avaliativa maior para qualificar o instituto; do advérbio “sempre”; dos adjetivos “exata, seguro”; e do verbo “abrigar-se”, a fim de construir um discurso valorativo por meio dessas metáforas, de modo a transmitir atributos pela afetividade.

Em D3, é iniciado com o adjetivo “perene”, comparando o IBC a uma catedral. O editorialista usa em sua argumentação uma outra escala valorativa de afetividade e aduz no sentido adverso – “muitos tentaram arrastá-lo a outro destino que não o digno destino de educar, ensinar, encaminhar e integrar jovens cegos a uma sociedade nem sempre receptiva”: escala valorativa “muitos”; o uso do verbo “arrastar” (conduzir à força) a fim de demonstrar a imposição sobre o instituto, – ao mesmo tempo, constrói assim seus argumentos e proposições no intuito de cativar os leitores, valorando negativamente esse destino proposto como não adequado.

Em D4, retoma as referências feitas ao IBC – marco, farol, catedral – metáforas que, se entrelaçadas com afetividade, indicam uma ancoragem positiva. O *ethos* institucional

demonstra autoridade em influenciar os leitores acerca das qualidades, prudência, virtude e benevolência do IBC para justificar a credibilidade e a confiança no instituto, como também, pelo motivo de conhecerem o *ethos* prévio e o empírico da editorialista como ex-aluna do IBC.

CONCLUSÃO	Não há palavras que definam a plenitude do sentimento que dedicamos ao Instituto Benjamin Constant, sentimento este capaz de doar-lhe nossos gratos corações! (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, s/ n., 2004)
------------------	--

Observa-se que a ação da estratégia da opinião aqui defendida é “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (Amossy, 2011, p. 30), ou seja, a “tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir” (idem, 2011, p. 30).

Por meio das expressões e ancoragens em todo o editorial, o *ethos* institucional constrói uma representação social de modo a positivar o IBC, utilizando-se de conotação extremamente emotiva e de imagens que enfatizam o caráter, a honestidade, a gratidão e a perseverança daquele instituto. A objetivação, para Moscovici (2015) corresponde “[...]reproduzir um conceito em uma imagem [...]”, assim para expressar o Instituto Benjamin Constant de não ser apenas uma escola ou instituto, recorre-se aos termos para definir sua imagem em “referência nacional, marco, farol, perene, catedral” reforçando a intenção por parte do texto de transformar o instituto na única escola para os cegos. Contudo expõe uma situação de ameaça de “muitos” que tentam outro caminho. Sendo assim, a representação social é ancorada e objetivada de maneira afetiva e emotiva pelo *ethos* institucional.

É construída uma narrativa de transformação do IBC, para demonstrar que ocorreu uma metamorfose da ancoragem da representação social do instituto. Ciampa (1984) afirma que, quando interagimos com alguém, somos representantes de nós mesmos, com nossas diferentes identidades e constantes mudanças (metamorfoses); logo, é possível afirmar que a nossa identidade é uma totalidade. Em suas palavras: “Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto uma” (Ciampa, 1984, p. 61). Os dois processos que ocorreram – ancoragem e objetivação – estão embasados nos valores, crenças, conhecimentos e práticas sociais que os indivíduos têm como parte de sua cultura. Moscovici (2015, p. 78) explicita que, “sem representações, sem a metamorfose das palavras em objetos, é absolutamente impossível existir

alguma transferência”.

A editorialista Kate de Queiróz Costa demonstra uma incontestável aparência afetiva, emotiva e defensora do IBC em um cenário educativo, expressando seu posicionamento, bem como realça um ato de ameaça por parte daqueles que arrastam o instituto a outro destino, sendo assim, o *ethos* institucional reproduz uma imagem negativa desse ato.

O segundo editorial, da edição de número 504, de julho a dezembro de 2005, (ou seja, do primeiro período), diz:

TÍTULO	Preconceito
Tema	Diferenças

O referido editorial tem como título o preconceito em que o *ethos* institucional expressa seu interesse ideológico em torná-lo visível.

Allport (1954) retrata o preconceito como uma atitude negativa em relação a uma pessoa, ancoradas nas crenças, em função de seu grupo ter características negativas. Com Myers observa-se que o preconceito é uma atitude, sendo esta “[...] uma combinação distinta de sentimentos, inclinações à ação e crenças, o que pode ser facilmente lembrado como o ABC das atitudes: afeto (sentimentos), intenção comportamental (behaviour) (predisposição para ação) e cognição (crenças)” (MYERS, 2014, p. 247). Destaca, também, que as crenças ancoradas por avaliações negativas dos preconceitos denominam-se estereótipos. Esses são “generalizações decorrentes da necessidade humana de simplificação do mundo. Consistem em crenças, extremamente generalizadas e imprecisas, sobre os atributos pessoais de um grupo” (Myers, 2014, 248).

O *ethos* institucional expressa que a pessoa com deficiência visual é alvo por apresentar diferenças, e, propõe por tema as “diferenças”, sendo essas responsáveis pelo preconceito, que foram construídas por outros grupos sociais ancorados nos valores negativos que aquelas representam. Com esses argumentos, procura cativar seus leitores e despertar sua atenção acerca desse julgamento valorativo.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	“O homem pensa, a mulher sonha” (Victor Hugo). Lamentavelmente, este era o conceito que se fazia sobre a mulher no século XIX. No decorrer dos anos, no entanto, o preconceito recrudescer, como, por exemplo, com o exacerbado nazismo, aniquilando o progresso, a digna caminhada...
----------------------------	---

Inicia a apresentação com dizeres de Victor Hugo, pensador francês, crítico, poeta, dramaturgo, romancista, político e artista plástico, para demonstrar, por meio dessas citações, não só a preocupação com as desigualdades sociais, mas também a denúncia da luta em prol dos direitos civis. Essa intertextualidade é utilizada com o intuito de reforçar o posicionamento de *ethos* institucional, demonstra que este está embasado em um literato que todos conhecem (*ethos* prévio) e que não está sozinho em sua argumentação, ancorando-se, portanto, em crenças, valores, atitudes sociais e individuais, no intento de promover a adesão dos coenunciadores para que continuem a leitura acerca do tema.

Para Koch e Elias (2021, p. 49):

A citação direta é uma estratégia muito eficiente: fazemos esse tipo de citação para argumentar a favor ou contra algo, para dar mais credibilidade ao que dizemos, para atribuir ao outro a responsabilidade pelo que foi dito e, conseqüentemente, nos eximirmos de eventual responsabilidade, para impressionar o outro e muitas outras razões.

Também, encontra-se em Marcuschi (1991) a afirmação de que, ao se apresentar ou citar o pensamento de alguém, expõe-se uma informação que indica uma tomada de posição diante do exposto.

A editorialista se utiliza do advérbio “lamentavelmente” para expressar sua opinião acerca da continuidade do preconceito. Assinala que o responsável é o “nazismo”, bem como enfatiza – por meio de adjetivos subjetivos afetivos e avaliativos (Koch; Elias, 2021), como “exacerbado” e “digna”, além do emprego dos verbos de julgamento (Koch; Elias, 2021) “recrudescer”, “aniquilando” – a fim de indicar seus malefícios, buscando cativar o leitor a aderir a esse posicionamento social.

DESENVOLVIMENTO	D1. Que seria do mundo se não fossem as diferenças: as várias religiões, as diversas etnias, os múltiplos sistemas políticos?... É a diversidade que enseja o crescimento pessoal, o progresso dos povos. É a troca de experiências que gera o conhecimento das várias
------------------------	---

	tecnologias em prol de toda a humanidade. É a miscigenação, e não o cruzamento entre raças semelhantes, que faz um povo forte. D2. Há ainda o preconceito que sofremos nós, os “deficientes”, apesar de “eficientes”. Como diz Rachel de Queiroz: “Deficientes somos todos nós: uma miopia, uma unha encravada...”
--	--

Em D1, afirma que somente a miscigenação, a diversidade e as diferenças têm condições de solucionar o problema. A editorialista convida os seus assinantes a participarem da seguinte reflexão: “que seria do mundo se não fossem as diferenças: as várias religiões, as diversas etnias, os múltiplos sistemas políticos?”. Neste ponto, o *ethos* institucional busca angariar o apoio dos deficientes visuais, apontando um cenário de possibilidades diversificadas, afirma que essa é a solução procurada. Expressa os benefícios desse posicionamento por meio dos dizeres “fortalecer o crescimento pessoal e o progresso dos povos”, com o uso de verbos e de adjetivos subjetivos. Utiliza-se, ainda, da argumentação para defender seu posicionamento em relação à diversidade, mas, em contrapartida, afirma que a miscigenação é “que faz um povo forte”, procurando convencer o seu público-alvo de que o cruzamento entre raças iguais não possibilitaria a diminuição do preconceito.

Em D2, o *ethos* empírico, prévio e o institucional utilizam o pronome “nós” para se inserir nesse grupo minoritário de pessoas com deficiência visual, alvo de preconceitos em razão de suas diferenças. Destaca que, mesmo sendo eficientes, mesmo assim, os outros grupos sociais não reconhecem, escolhe mais um literato para reforçar tal posicionamento: a escritora Raquel de Queirós, para mostrar e embasar dizeres ancorados pelo *ethos* prévio acerca da informação que se tem sobre a imagem preexistente da autora.

CONCLUSÃO	Não há justificativa possível para que uns rejeitem outros em nome de alguma diferença. Perante Deus, Alá, Jeová, ou outra força cósmica que nos reja, somos todos iguais. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 504, 2005)
------------------	---

Na conclusão, reafirma seu posicionamento, expressando para seus leitores que a rejeição ao diferente não tem justificativa e, portanto, somente a miscigenação é que possibilita conquistar os benefícios de acordo com seus valores, crenças e atitudes sociais e individuais.

A editorialista destaca sua argumentação por meio da seguinte afirmação: “não há justificativa possível para que uns rejeitem outros em nome de alguma diferença”. Ela se posiciona contra o preconceito em relação às diferenças que o social aplica, e, espera que seu leitor aceite a argumentação de avaliar as diferenças sem preconceito.

O *ethos* institucional constrói seus argumentos e proposições acerca da diferença e do preconceito, e, nesse intuito, pontua uma valoração negativa e, com aquela, indica a valoração positiva, enfatizando a sua opinião em um discurso sobre a diferença sem a ótica do julgamento, a fim de construir uma representação social da *RBC* como formal e comprometida com seus leitores.

O terceiro editorial é o da edição de número 512, de julho a setembro de 2008:

TÍTULO	Inclusão
Tema	Inclusão Educacional

O título do editorial “Inclusão” tem como tema a inclusão educacional, com a finalidade de abordar o título e o tema, colocam-se as definições adotadas pelo contexto social de 2008, para tanto retomam-se dos conceitos de estigma e estereotipia, depois, Goffman com a inclusão social, e, após Mantoan para explicar a inclusão escolar.

Goffman esclarece que os estigmas são “[...] sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem apresentava” (1978, p. 11), e, acrescenta que “[...] a sociedade estabelece os meios de categorizar os indivíduos e os atributos considerados comuns, aceitáveis e naturais dentro de cada uma dessas categorias” (1978, p. 12). Esse autor coloca que o indivíduo estereotipado possui características indesejadas socialmente, para tanto, há a necessidade de uma política de inclusão, assim sendo, a inclusão social tem por alvo transformar a exclusão social por meio de ações políticas (públicas, civis ou privadas) que contribuam para a inclusão do grupo excluído.

Mantoan explica que a inclusão escolar “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular” (2003, p. 16). Além de propor “[...] um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades” (Mantoan, 2003, p. 16).

O *ethos* institucional, prévio e empírico busca o interesse do leitor em continuar a leitura e aderir ao argumento adotado.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	“Inclusão social, sim – inclusão educacional, não” Manifestação dos surdos da FENEIS.
----------------------------	--

A apresentação procura desenvolver a curiosidade do leitor e incentivá-lo a ler todo o editorial. Está registrado entre aspas sob a forma de citação direta, juntamente com a fonte da informação, a fim de indicar que a Instituição FENEIS possui autoridade e credibilidade para expressar sua opinião a respeito do tema.

DESENVOLVIMENTO	D1. . Infelizmente, temos de aceitar que a inclusão educacional de crianças deficientes é um fato real e, diante disso, não há o que discutir, mas há o que melhorar. D2. Não basta, apenas, colocar uma criança deficiente em escolas ditas "normais", sem que haja uma adequação séria por parte da escola que virá a recebê-la, como: espaço físico adaptado, professores com formação em educação especial e, principalmente, integração entre todos os que estudam, deficientes ou não, preparando-os para um convívio cooperativo e harmonioso.
------------------------	---

Em D1. O texto tem início com o advérbio “infelizmente”, no intuito de expressar uma avaliação afetiva em relação à inclusão educacional: além disso, registra a frase “temos de aceitar, não há o que discutir”, indicando uma imposição por parte do governo federal, não desejada pelo instituto, haja vista que a opinião da instituição especializada no assunto (IBC) não é considerada; assim, o *ethos* institucional provoca seu leitor a se posicionar aceitando os argumentos propostos. Por meio do fragmento textual “mas há o que melhorar”, descortina-se o fato de que essa inclusão proposta não está adequada à pessoa com deficiência visual.

Em D2, há o seguinte trecho: “Não basta, apenas, colocar uma criança deficiente em escolas ditas ‘normais’”, em que há uma avaliação afetiva endossada pelo advérbio “apenas”, que expressa uma opinião baseada em crenças, atitudes e valores individuais e sociais de um grupo minoritário, diferenciando-a dos outros grupos sociais, de forma a demonstrar que existem outros argumentos mais valorativos que aquele. O verbo “colocar” complementa a oração e, por meio dele, a editorialista Kate de Queiróz Costa procura evidenciar que o

estudante com deficiência visual acaba inserido no contexto escolar sem que ocorram as devidas adaptações de integração. Outro trecho observado foi: “escolas ditas ‘normais’”. Em relação ao verbo “ditas”, pode-se afirmar que há uma conotação de objeção em relação a sua designação; já a palavra “normais” está entre aspas para destacar a palavra no texto, deixando claro que a responsabilidade de sua interpretação é do leitor.

Para Maingueneau (1997, p. 91), as aspas

[...] constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. O sujeito que utiliza as aspas é obrigado, mesmo que disso não esteja consciente, a realizar uma certa representação do seu leitor e, simetricamente, oferecer a este último uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através destas aspas.

A editorialista apresenta, assim, os seguintes argumentos com o intuito de ancorar seu posicionamento em relação à inclusão educacional: 1º - “espaço físico adaptado”; 2º - “professores com formação em educação especial”; e 3º - “principalmente, integração entre todos os que estudam, deficientes ou não, preparando-os para um convívio cooperativo harmonioso”. Há aqui uma escala gradativa, iniciando pelo menor até se chegar ao maior. De maneira implícita, o *ethos* institucional deixa transparecer que na escola regular não há adaptação, os professores não têm especialização e não realizam a ação integrativa.

CONCLUSÃO

É imprescindível a transmissão dos conhecimentos de uma instituição especializada, como o IBC, para as escolas que tenham, em seus quadros, essas crianças, a fim de normatizar o ensino desses alunos e garantir-lhes sua integração, sem que seqüelas interfiram em seu crescimento intelectual e social. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 512, 2008)

Na conclusão, é apresentada: a escola especializada como a primordial nesse contexto, o que se infere do trecho “é imprescindível a transmissão de uma instituição especializada, como o IBC, para que as escolas tenham, em seus quadros, essas crianças”. O *ethos* institucional e o *ethos* empírico concordam com os argumentos, uma vez que a escola regular não sabe como trabalhar com o estudante com deficiência visual, e que, sem ela e sem a ancoragem de crenças, valores, atitudes e opiniões desse grupo minoritário, não haverá a devida integração. No próximo segmento textual, afirma: “a fim de normatizar o ensino desses alunos e garantir-lhes sua integração”. Tal passagem expressa que as regras da escola especializada são as mais condizentes para esse fim. O trecho “sem que sequelas interfiram em seu crescimento

intelectual e social” deixa claro que se crianças com deficiência visual forem para a escola regular, elas não terão um crescimento intelectual e nem social, algo que somente a escola especializada pode fornecer.

O *ethos* institucional constrói uma representação social da escola especializada com imagens positivas, ao passo que, a escola regular, com imagens negativas. Moscovici (2015, p. 63) afirma que “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele”.

A editorialista da *RBC* expressa uma imagem negativa para a face da inclusão educacional atual, com um cenário escolar afetivo e de ameaça, pois recategoriza negativamente a escola regular, uma vez que pontua que esta não tem condições de efetivar a inclusão

O quarto editorial é da edição de número 519, de abril a junho de 2010:

TÍTULO	O IBC e a inclusão
Tema	Inclusão Educacional

O referido editorial tem como título “O IBC e a Inclusão” e, como tema, a inclusão educacional. A editorialista defende a inclusão educacional sob a ótica do IBC, e, desvaloriza a visão da inclusão educacional da escola regular defendida pelo MEC.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	A1. Quando a inclusão sequer havia sido cogitada, éramos aproximadamente quatrocentos alunos. Hoje, não passam de cem. A2. Quanto ao corpo docente, a maioria esmagadora era de professores cegos, pois a excelência da transmissão dos conhecimentos de uma pessoa cega para outra é inigualável.
----------------------------	--

Em A1. é estabelecida uma relação de temporalidade, indicando o tempo anterior e o tempo de hoje², sem nomear qual seria especificamente o tempo anterior, mas apenas o do presente (2010), o de inclusão: “quando a inclusão sequer havia sido cogitada, éramos aproximadamente quatrocentos. Hoje, não passam de cem”. No primeiro trecho do segmento, é destacado o número de alunos (400); o *ethos* institucional está ancorado na opinião, crenças

² O tempo de hoje, especificado, refere-se ao ano de 2010.

e valores de que tal quantidade está relacionada à qualidade da Instituição, e que, nessa época, a editorialista – por meio do verbo “éramos” (ou seja, nós) – se inclui como ex-estudante do IBC (*ethos* empírico). No presente, pontua que “Hoje, não passam de cem”, conotando que, em decorrência da inclusão nas escolas regulares, houve uma perda significativa do número de crianças com deficiência visual no instituto.

Em A2, o *ethos* institucional se posiciona de maneira valorativa em relação aos professores, ancorado nas crenças, atitudes e opiniões individuais e sociais do grupo minoritário, que se pode observar por meio do trecho: “quanto ao corpo docente, a maioria esmagadora era de professores cegos, pois a excelência da transmissão dos conhecimentos de uma pessoa cega para outra é inigualável”. Salienta também que, no período anterior, somente os professores cegos tinham possibilidade de transmitir conhecimento; e reforça tal posicionamento por meio do uso de termos como “excelência” e “inigualável”, demonstrando seu favoritismo, havendo, portanto, o encontro entre o *ethos* institucional e o empírico. Nesse sentido, procura cativar o leitor para aderir ao seu posicionamento e incentivá-lo nessa luta.

DESENVOLVIMENTO	D1. Tristes as crianças cegas que não usufruem dos ensinamentos de uma professora também cega desde às primeiras letras. D2. Na vida prática, a questão do detalhe faz a diferença. Quantas vezes já ouvimos: “a carne estará no ponto quando ficar dourada”; uma pessoa cega dirá a outra: “quando ficar macia, cheirando forte, etc., etc.”. D3. A inclusão é feita, às vezes, de maneira inversa: pessoas de visão normal ocupando espaços que deveriam ser, no mínimo, divididos entre uns e outros, isto é, cegos e não cegos. D4. A inclusão que se faz necessária é a social; mas esta é uma utopia.
-------------------------------	---

Em D1, há o trecho: “Tristes as crianças cegas que não usufruem dos ensinamentos de uma professora também cega desde as primeiras letras.” Novamente, a editorialista demonstra um julgamento valorativo em relação às crianças cegas – “tristes” – que somente têm aulas ministradas por professores videntes, indicando, implicitamente, que esses estudantes não estão incluídos.

Em D2, o *ethos* institucional explicita seu argumento pontuando com a inclusão e também com a não inclusão: “Na vida prática, a questão do detalhe faz a diferença. Quantas

vezes já ouvimos: “a carne estará no ponto quando ficar dourada””. Por meio desse trecho, a editorialista demonstra que a pessoa vidente se utiliza da sensação visual que a pessoa com deficiência visual não possui em sua cultura, dificultando, portanto, a compreensão da descrição; já “uma pessoa cega dirá a outra: “quando ficar macia, cheirando forte, etc., etc.”, evidenciando que uma professora cega usará informações baseadas em sensações táteis e olfativas, as quais fazem parte de sua cultura, como também, nas crenças, valores e opiniões das pessoas com deficiência visual. Dessa forma, reforça seu posicionamento ao leitor, ao empregar termos de seu contexto social.

Em D3, é demonstrada a valoração em relação à inclusão, especificamente no segmento: “A inclusão é feita, às vezes, de maneira inversa: pessoas de visão normal ocupando espaços que deveriam ser, no mínimo, divididos entre uns e outros, isto é, cegos e não cegos.” A editorialista constrói um discurso por meio de argumentos e proposições visando cativar seus leitores a aderir ao seu posicionamento, por meio de uma escala de valores.

Em D4, a editorialista enfatiza que a inclusão social é necessária, mas apresenta uma objetivação de utopia para demonstrar seu posicionamento e fazer com que seu leitor passe a aderi-lo. Observa-se que “a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite” (Fiorin, 2004, p. 52).

CONCLUSÃO	Tolerância zero à manipulação sobre a vida do cego, pois ele sabe à perfeição o que lhe convém, o que o faz feliz, digno e apto ao enfrentamento dos obstáculos que surgirem diante de sua vida. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 519, 2010)
------------------	--

Na conclusão, lê-se o seguinte fragmento: “Tolerância zero à manipulação sobre a vida do cego”, em que o *ethos* institucional apresenta uma ancoragem negativa por meio do substantivo “manipulação”, evidenciando que a atual inclusão é imposta, e, portanto, a pessoa com deficiência visual não deve aderi-la.

A representação social construída em relação ao IBC é de uma escola primorosa e única para a pessoa com deficiência visual, ao passo que a escola regular é inadequada.

O quinto editorial, publicado na edição de número 524, é de julho a setembro de 2011:

TÍTULO Tema	A Indesejável Inclusão Escola especializada versus escola regular
------------------------------	--

O editorial com o título “A indesejável inclusão” destaca o adjetivo “indesejável”, demonstrando um posicionamento do *ethos* institucional, prévio e empírico com um julgamento valorativo negativo, e por tema, a escola especializada versus a escola regular para indicar a ameaça contra a inclusão adotada pelo IBC. Assim busca a atenção e a curiosidade do leitor em ler editorial, e, se possível, aderir a esse posicionamento externado.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	Numa visão futurista, D. Pedro II percebeu a importância de se encaminharem cegos e surdos a ocupar seus espaços junto numa sociedade outrora ainda mais conservadora e preconceituosa. O que fez D. Pedro? Comprometeu-se com a fundação de escolas especializadas que atendessem e encaminhassem cegos e surdos para uma vida plena de conhecimentos, facilitando assim o convívio dessas pessoas com os demais membros dos vários grupos sociais.
----------------------------	--

No primeiro parágrafo, a editorialista expressa um juízo de valor – “Numa visão futurista” – referindo-se a D. Pedro II, um argumento único que o coloca como um defensor da inclusão. Ela continua: “percebeu a importância de se encaminharem cegos e surdos a ocupar seus espaços junto numa sociedade outrora ainda mais conservadora e preconceituosa”. No período imperial, os deficientes visuais estavam, em sua maioria, confinados em suas casas, em isolamento social, já outros, abandonados nas ruas ou internados em asilos (Lanna Júnior, 2010), pois estavam ancorados em estigmas e estereótipos individuais e sociais da época. Um outro destaque para o argumento valorativo diz respeito aos adjetivos e ao advérbio “mais”, revelando uma escala de afirmação da totalidade no segmento textual: “ainda mais conservadora e preconceituosa”. Há também uma pergunta retórica – “O que fez D. Pedro?” – de forma a conduzir e a despertar a curiosidade do leitor sobre a resposta, o que evidencia a intencionalidade de direcionar seu público alvo a aderir a um ponto de vista. Em seguida, a editorialista apresenta a resposta: “comprometeu-se com a fundação de escolas especializadas”, destacando o argumento de compromisso com o grupo. Já no trecho “que atendessem e encaminhassem cegos e surdos para uma vida plena de conhecimentos, facilitando assim o

convívio dessas pessoas com os demais membros dos vários grupos sociais”, o *ethos* constitucional se utiliza do adjetivo “plena”, em uma escala de afirmação da totalidade que direciona a uma conclusão e a uma resposta a fim de sanar as dificuldades dos cegos e surdos, evidenciando, assim, a ação promovida pelo imperador.

DESENVOLVIMENTO	D1. Entretanto, numa visão retrógrada e totalmente oposta à do velho imperador, querem destruir esses espaços vitais, que contribuíram, ao longo de 156 anos, para a formação, socialização e a verdadeira inclusão de cegos e surdos. D2. Analisemos, apenas sob um aspecto, a desastrosa *inclusão de hoje*, deixando de lado a excelência do ensino especializado. D3. Estamos nos referindo aos intervalos e recreios, quando crianças sem deficiência brincam de mil coisas inacessíveis às crianças com deficiência. Ficarão estas dentro de suas salas, impossibilitadas que estão para os jogos inteiramente visuais?
-------------------------------	--

Em D1, inicia-se pelo conectivo argumentativo, “entretanto”, cujo objetivo é direcionar o leitor ao posicionamento anterior e aceitar a opinião já expressa, e, agora, seguem os argumentos contrários: “Numa visão retrógrada e totalmente oposta à do velho imperador”. Verifica-se que há o uso dos adjetivos “retrógrada” e “oposta”, de modo que o *ethos* institucional conduz seus argumentos com uma valoração afetiva negativa em relação às ações do presente com as do imperador, ancorando-se nos valores e crenças individuais e sociais atuais. A editorialista demonstra um posicionamento contrário e induz os leitores a aceitá-lo, considerando que eles não tenham condições de avaliar os argumentos. O adjetivo “velho” conota uma sabedoria que se desenvolve com o passar dos anos, ancorada nas crenças, julgamentos e atitudes individuais e sociais.

Nesse segmento textual “querem destruir esses espaços vitais que contribuíram, ao longo de 156 anos, para a formação, socialização e a verdadeira inclusão de cegos e surdos”, o *ethos* institucional se utiliza do verbo “destruir” no intuito de sinalizar uma ação destruidora, direcionando o leitor, em uma escala valorativa, para emocionar e comover seu público-alvo. O adjetivo “vitais” reforça o argumento da editorialista em relação a uma posição contrária à inclusão atual. “Ao longo de 156 anos” está ancorado nas crenças, valores e atitudes individuais e sociais de que a duração da permanência de uma instituição por tanto tempo indica valor e

seriedade. No trecho “para a formação, socialização e a verdadeira inclusão de cegos e surdos”, o *ethos* institucional reafirma seu posicionamento quando cita as valorizações desse espaço e, por meio do adjetivo “verdadeira”, salienta que a atual é falsa.

Em D2, *ethos* institucional segue no mesmo sentido, agora apresentando uma exemplificação a fim de demonstrar a relevância, e, reafirmação do título, o que se verifica pelo fragmento textual a seguir: “Analisemos, apenas sob um aspecto, a desastrosa inclusão de hoje, deixando de lado a excelência do ensino especializado”. Essa técnica argumentativa de exemplificação fornece credibilidade acerca do que é dito e convida o leitor a participar e a compartilhar tal argumento. O advérbio “apenas” representa uma escala valorativa e, dentre ela, escolheu-se um. Em “A desastrosa ‘inclusão de hoje’”, o *ethos* institucional demonstra julgamento e opinião próprios, ancorados em suas crenças, atitudes e valores individuais – *ethos* prévio – na e da instituição que representa. Procede à comparação entre a escola especializada e a regular, denotando que a primeira é excelente em seu ensino especializado e conotando o valor inverso à atual, o que confirma seu posicionamento, induzindo, novamente, seu leitor a aceitar e a aderir a esse ponto de vista.

Em D3, ademais, apresenta outra escala de valores de totalidade em: “estamos nos referindo aos intervalos e recreios”, demonstrando apenas um exemplo. E continua: “quando crianças sem deficiência brincam de mil coisas inacessíveis às crianças com deficiência”, direciona o olhar do leitor para o foco destacado, procurando, desse modo, envolvê-lo afetivamente no assunto. E, então, faz uma pergunta: “Ficarão estas dentro de suas salas, impossibilitadas que estão para os jogos inteiramente visuais?”, pergunta retórica feita no intuito de conduzir o argumento até o leitor e, assim, cativá-lo.

CONCLUSÃO	Em uma escola especializada, brincam juntas daquilo que juntas podem brincar. (<i>Revista Brasileira para Cegos</i> , n. 524, 2011)
------------------	--

No final, apresenta a resposta: “em uma escola especializada, brincam juntas daquilo que juntas podem brincar”. Nota-se, por parte do *ethos* institucional, uma defesa insistente em relação à escola especializada e contrária à escola regular e à inclusão atual.

A representação social construída pela editorialista em relação ao IBC é a de uma instituição inclusiva e competente na formação dos alunos cegos e de excelente sistema de ensino. No tocante a representação social de seu leitor, é definida por companheirismo e de parceiros em compartilhar crenças, atitudes e valores.

3.1.3 Análise dos editoriais do segundo período de 2014 a 2020

Em cada editorial é apresentado um quadro com as informações acerca da direção e dos componentes da comissão editorial, a fim de preencher o *ethos* empírico de cada editorialista.

Editorial n. 532 - de janeiro a março de 2014

Diretora-geral do IBC: Maria Odete Santos Duarte, formada em fonoaudiologia em 2001 pela Faculdade Veiga de Almeida, foi técnica administrativa da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e, em 1991 ingressou no IBC tomando posse do cargo de assessora da direção-geral e, atualmente, exerce a direção-geral.

Comissão Editorial

- Ana Paula Pacheco da Silva tem graduação em Pedagogia/UFRJ, especialização em Neuropsicopedagogia e psicomotricidade e mestrado pela Universidade de Must. Chefe de Divisão de Capacitação de Recursos Humanos do Departamento técnico especializado do IBC. Participa da comissão editorial do instituto;
- João Batista Alvarenga é revisor de texto no sistema Braille no IBC e membro do conselho editorial das revistas em Braille;
- Leonardo Raja Gabaglia é graduado em Jornalismo e participa da comissão editorial do IBC;
- Maria Cecília Guimarães Coelho foi ex-secretária e Agente Administrativa no IBC, além de participar da comissão editorial do instituto;
- Vitor Alberto da Silva Marques foi ex-aluno do IBC, graduado em História e docente do instituto, além de participar da comissão editorial do IBC;

Colaboradores

- Daniele de Souza Pereira é bacharel e licenciada em Letras pela UFRJ. Assistente em Administração do IBC e membro da Comissão Editorial das revistas no sistema Braille;
- Marlene Maria da Cunha foi técnica em assuntos educacionais, possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, é mestra em Geografia e doutora em Geografia Humana pela USP, além de professora adjunta do IBC, é também membro da comissão editorial. Atualmente está aposentada;
- Paula Rianelli é jornalista e membro da comissão editorial;
- Paulo Felicíssimo Ferreira é ex-aluno do IBC, graduado em Português/Inglês pela Universidade Gama Filho. É professor do IBC e membro da comissão editorial.

TÍTULO	A desconstrução da Inclusão
tema	Inclusão educacional

O editorial tem como título “A desconstrução da Inclusão”, assim o *ethos* institucional demonstra um posicionamento contrário e uma representação negativa da ótica da nova inclusão a ser adotada pelo MEC, e, com o substantivo “desconstrução” apresenta um juízo de valor. Seu tema é a inclusão educacional, que pode atrair a pessoa com deficiência visual a continuar sua leitura e aderir a esse posicionamento ideológico.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	Desta vez, fomos estimulados a nos deter neste tema bastante efervescente, em função das controvérsias que tem provocado, ante o confronto aberto entre diferentes visões. Pode-se constatar que o processo inclusivo adquire múltiplas facetas: a inclusão escolar, a profissional e a social, que engloba as demais, porquanto, sem ela, as outras ficam comprometidas.
----------------------------	---

Na apresentação, o *ethos* institucional procura justificar a escolha do tema por meio do seguinte trecho: “Desta vez, fomos estimulados a nos deter neste tema bastante efervescentes, em função das controvérsias que tem provocado, ante o confronto aberto entre diferentes visões”. Então, edifica sua argumentação por meio da exposição de proposições favoráveis e contraditórias, a fim de chamar a atenção do leitor tanto para estimulá-lo a continuar a leitura como também para cativá-lo.

A comissão editorial constrói suas proposições por meio: dos adjetivos “efervescente, aberto e diferente”; do advérbio “bastante”; dos verbos “ter provocado”; e dos substantivos “confronto” e “visões”, no intuito de destacar os pontos mais relevantes para discorrer acerca de seu posicionamento. Em seguida, observa-se a afirmação de um fato por intermédio do seguinte trecho: “o processo inclusivo adquire múltiplas facetas: a inclusão escolar, a profissional e a social, que engloba as demais, porquanto sem ela, as outras ficam comprometidas”. Aqui o *ethos* institucional utiliza o termo “múltiplas facetas” com o desígnio de orientar seu leitor a aderir ao posicionamento assumido pela comissão e de reafirmar seu posicionamento ao empregar o operador argumentativo “porquanto” para justificar ou explicar que a mais importante é a inclusão escolar e que, “sem ela, as outras ficam comprometidas”, de modo a conceber uma imagem positiva da inclusão escolar ancorada em crenças, valores e

atitudes sociais e individuais acerca da valoração do estudo.

DESENVOLVIMENTO	D1. O setor acadêmico do MEC tem discutido, exaustivamente, a inclusão escolar, havendo já optado pela matrícula obrigatória das crianças com deficiência, desde os 4 anos de idade, nas chamadas escolas regulares, reservando as denominadas escolas especiais para os programas de Atendimento Educacional Especial (o conhecido AEE), que incluiriam aquelas com deficiências severas. D2. Já há algum tempo, o IBC foi classificado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao MEC, inicialmente nesta categoria de atendimento escolar, o que provocou forte reação dos pais, de grande parte dos professores e parcela significativa da opinião pública, levando-os a se mobilizarem na defesa do IBC e do INES como escolas de currículos comuns aos das demais, apenas com as preocupações e especificidades do Ensino para as crianças cegas, de baixa visão ou surdas. D3. A desconstrução desta ideia de inclusão escolar deve ser a prioridade natural de quem pensa uma educação de qualidade para todos, indistintamente. Tanto o IBC e o INES, como Instituições Federais de Ensino, quanto as entidades privadas, que desempenham idêntico papel no oferecimento da escolaridade às pessoas com deficiência, devem ser preservados, pelo respeito ao direito de as famílias escolherem o ambiente educacional desejável para os filhos, garantindo-se, assim, seu espaço próprio e permitindo a coexistência pacífica dos dois modelos escolares, igualmente importantes. D4. Como se pode depreender do exposto, não basta matricular uma criança com deficiência numa escola regular; ela terá de sentir-se incluída em suas dependências e com os colegas de classe. D5. Recentemente, a Associação dos Ex-Alunos e a Associação de Docentes do Instituto Benjamin Constant, a Sociedade Pró-Livro Espírita em Braille e o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar do Cego subscreveram e enviaram à Senhora Diretora-Geral do Instituto, Maria Odete Santos Duarte, também Presidente do Conselho Diretor, órgão colegiado da Instituição, documento informativo sobre o atual projeto político para a educação inclusiva, solicitando-lhe fosse ele reenviado ao referido Conselho, para um posicionamento quanto à importância e abrangência de seu conteúdo. D6. O Conselho, partilhando a preocupação das entidades de cegos, elaborou com elas um documento encaminhado aos senadores da República, propondo a preservação das escolas especializadas, tendo em vista
-------------------------------	--

DESENVOLVIMENTO	a proximidade da votação da Meta 4, integrante do Plano Nacional de Educação (PNE), a vigorar até o ano de 2020. D7. Um outro ponto abordado na produção do texto foi o de alterar a faixa etária de quatro para zero ano, já que este período é essencial para o início do processo do desenvolvimento educacional de toda e qualquer criança, sem excluir aquela com deficiência visual. D8. Propôs-se, ainda, que seja mantida na redação final, transcrita no parágrafo seguinte, a expressão "preferencialmente nas escolas regulares", relativamente às matrículas. D.9. Meta 4: "universalizar, para a população de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados." D10. O texto foi aceito no Senado com a expressão "preferencialmente em escolas regulares", porém com faixa etária a partir dos 4 anos. Aguardamos, para 2015 e com muita expectativa, a votação desta matéria na Câmara, onde por certo será objeto de grande embate político pelos que fazem contraponto à proposta já aprovada. D11. Há um princípio basilar a ser acentuado no processo de inclusão das pessoas com deficiência: Uma Escola Inclusiva reclama uma sociedade igualmente inclusiva. O Instituto Benjamin Constant não tem feito outra coisa, ao longo de sua trajetória educacional, senão incluir suas crianças e seus adolescentes, seja na escola dita regular, forjando futuros cidadãos, seja no mercado de trabalho, como profissionais, consumidores e contribuintes, seja na vida em comunidade.
-------------------------------	--

Em D1, o *ethos* institucional destaca que “O setor acadêmico do MEC tem discutido, exaustivamente, a inclusão escolar, havendo já optado pela matrícula obrigatória das crianças com deficiência, desde os 4 anos de idade”. Sua argumentação se desenrola com o uso do advérbio “exaustivamente”, comprovando a importância do tema e desenvolvendo uma imagem positiva ancorada em crenças, valores e atitudes sociais e individuais a respeito do estudo, ao

mesmo tempo em que desenvolve uma imagem negativa do órgão federal por incluir a matrícula obrigatória que, explicitamente, indica um poder que todos devem acatar, sem distinções. No próximo segmento textual, é registrado: “nas chamadas escolas regulares, reservando as denominadas escolas especiais para os programas de Atendimento Educacional Especial (conhecido AEE), que incluiriam aquelas com deficiências severas”. As escolas especiais são assim classificadas por apresentar funções diferenciadas em relação às das escolas regulares.

Em D2, há uma argumentação do antes e do depois. O operador argumentativo “já” evidencia uma mudança de estado: antes não era uma escola especial, e, em um determinado momento, foi classificada como tal, ancorada nas diferentes funções. Essa argumentação apresenta uma escala gradativa entre a escola regular e as escolas especiais, ancorada em crenças, valores e atitudes individuais e sociais discriminatórios e estigmatizados em relação ao instituto e a seus pares. Sob esse contexto, o *ethos* institucional procura conduzir seu leitor nesse preito, em busca de sua adesão, expressando que “provocou forte reação dos pais, de grande parte dos professores e parcela significativa da opinião pública”, o que os levou “a se mobilizarem na defesa do IBC e do INES como escolas de currículos comuns aos das demais, apenas com as preocupações e especificidades do Ensino para as crianças cegas, de baixa visão ou surdas”. Verifica-se que o *ethos* institucional utiliza uma escala valorativa no que se refere aos apoios recebidos, iniciando com os pais, depois, a categoria dos professores e, por fim, chega à opinião pública, no intuito de demonstrar uma imagem positiva do instituto ancorada e objetivada por este ser construtor da inclusão e detentor intelectual sobre as pessoas com deficiência visual. Essa defesa ocorreu por terem os institutos “currículos comuns aos das demais”; há o uso de outro operador – “apenas” – para mostrar uma escala de afirmação da negação da totalidade: “apenas com as preocupações e especificidades do Ensino para as crianças cegas, de baixa visão ou surda”.

Em D3, observa-se que a comissão editorial concebe uma imagem negativa sobre a inclusão (referente ao ano de 2014), ancorada nos valores e atitudes dos especialistas do IBC. Utiliza a argumentação para defender o papel educacional dos institutos e o direito da família na escolha da escola adequada para seus filhos, estando ancorado em crenças, valores, opiniões emocionais e desejos sociais. Reafirma com o uso dos adjetivos “desejável, próprio, pacífica e importantes”; e o articulador modaliza o texto com o emprego do advérbio “igualmente”.

Em D4, no segmento textual: “como se pode depreender do exposto, não basta matricular uma criança com deficiência numa escola regular; ela terá de sentir-se incluída em suas dependências e com os colegas de classe”, o *ethos* institucional desenvolve uma imagem negativa das escolas regulares, ancorada em crenças, opiniões e atitudes sobre o

desconhecimento específico que ela possui; ou seja, o intuito é direcionar e cativar o leitor a seu favor, por meio de uma prévia conclusão acerca da argumentação.

Em D5, observa-se que as entidades mencionadas consideram o IBC uma instituição de confiança ao demarcar seu posicionamento em relação à inclusão escolar. O *ethos* institucional utiliza os substantivos “importância e abrangência” para externar uma imagem positiva ancorada nas crenças, valores, atitudes, julgamentos e desejos sociais e individuais das entidades em relação ao IBC, pois esse instituto, culturalmente, possui uma representação, por ser patrimônio intelectual e sólida instituição. Para tanto, D6, D7, D8, o *ethos* institucional subdivide as propostas, a fim descrever as ações demarcadas pelo IBC e apoiadas pelas entidades solicitantes.

Em D6, o *ethos* institucional argumenta ancorando-se na imagem positiva do IBC, construída pelas entidades a respeito de ser uma escola inclusiva para “a preservação das escolas especializadas”.

Em D7, é mantida a valoração positiva do instituto em defesa da alteração etária, argumentando com um conteúdo pressuposto de que “este período é essencial para o início do processo do desenvolvimento educacional de toda e qualquer criança, sem excluir aquela com deficiência visual”, ao mesmo tempo em que se mantém distante, não se inserindo na informação. É utilizado o operador argumentativo “já que” visando justificar o enunciado anterior, a fim de reforçar a proposta de continuidade das instituições federais de ensino.

Em D8, o *ethos* institucional argumenta acerca da opção de escolha por parte dos pais, ancoradas nas crenças, valores, opiniões afetivas e desejos sociais e individuais, ao mesmo tempo em que reforça a continuidade da existência das escolas especializadas.

Em D9, é transcrita a redação final do documento enviado aos Senadores da República, em que se percebe que o *ethos* institucional mantém a defesa da IBC.

Para prosseguir, faz-se necessário um preâmbulo a respeito da meta 4, quando foi regulamentada pelo Plano Nacional de Educação, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional referente ao período de 2014 a 2024, por meio da Lei nº 13.005, de 2014.

Pontuam-se, de forma apenas indicativa, as Leis e os Decretos que impulsionaram o desenvolvimento da inclusão da pessoa com deficiência visual.

Iniciou-se com a Lei nº 8069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), versando sobre o atendimento educacional especializado às crianças com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1994, houve a Política Nacional de Educação Especial, que colocava a integração instrucional somente aos alunos com

deficiência que possuíssem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares. Em 1996, foi implementada a Lei nº 9394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que trouxe consigo o atendimento por parte de serviços de apoio especializado na escola regular. Em 1999, há o Decreto nº 3.298 – referente à Lei nº 78531, de 1989 – que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no contexto socioeconômico, considerando que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Em 2001, há a Lei nº 10.175, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), colocando a Educação Especial como modalidade de Educação Escolar em todos os níveis de ensino. Em 2001, a Resolução CNE/CEB nº 2 traz o texto do Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, recomendando que as matrículas sejam estendidas a todos os alunos, inclusive os educandos com necessidades educacionais especiais. Em 2002, há a Resolução CNE/CP nº 1, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, graduação plena em Educação Especial. Em 2002 ainda, é sancionada a Lei nº 10.436, que reconhece como meio legal a comunicação e expressão pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Em 2006, há o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que expressa a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas. Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no âmbito da Educação Inclusiva, que abrange a infraestrutura de acessibilidade nas escolas. Ainda em 2007, é aprovado o Decreto nº 6094, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do MEC, que apregoa a inclusão do aluno com deficiência no sistema público de ensino. Em 2008, há a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que busca promover uma educação de qualidade para todos os alunos.

Em 2011, há o Decreto nº 7611, que estipula que a Educação Especial é de ensino gratuito e compulsório. Ainda em 2011, foi aprovado o Decreto nº 7.480, que vincula a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Em 2012, a Lei nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) ressalta a ênfase na meta 4, preferencialmente, na escola regular. E, ainda em 2014, há o Plano Nacional de Educação, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2021, por meio da Lei nº 13.005, de 2014.

Esse sucinto panorama foi registrado visando contextualizar a época em que foi

publicado tanto o editorial da edição número 532 quanto o documento que é ressaltado no corpo textual. Nesse sentido, retorna-se às análises.

Em D10, há o seguinte segmento: “O texto foi aceito no Senado com a expressão ‘preferencialmente em escolas regulares’, porém com faixa etária a partir dos 4 anos”. E prossegue: “Aguardamos, para 2015 e com muita expectativa, a votação desta matéria na Câmara, onde por certo será objeto de grande embate político pelos que fazem contraponto à proposta já aprovada”.

A argumentação acima é realizada sobre dois itens: “O texto foi aceito no Senado com a expressão ‘preferencialmente em escolas regulares’ em que *ethos* institucional evidencia o aceite de acordo com o pedido dos responsáveis das crianças com deficiência visual; e no trecho “porém com faixa etária a partir dos 4 anos”, em que utiliza o operador argumentativo “porém”, que expressa uma contrajunção, a fim de ressaltar que não houve responsabilidade por parte do Instituto, como também não houve um engajamento na decisão do Senado, ancorada em uma imagem negativa.

No seguinte segmento textual: “Aguardamos, para 2015 e com muita expectativa, a votação desta matéria na Câmara, onde por certo será objeto de grande embate político pelos que fazem contraponto à proposta já aprovada”, a comissão editorial argumenta uma imagem positiva acerca da futura mudança, por meio dos advérbios “muito”, “certo” e do adjetivo “grande”.

Em D11, o *ethos* institucional argumenta que “Há um princípio basilar a ser acentuado no processo de inclusão das pessoas com deficiência”, com o intuito de demonstrar o engajamento na proposição, utilizando o adjetivo “basilar”, bem como o verbo “acentuado”, para formar uma imagem positiva ancorada nas crenças, valores e atitudes sociais e individuais. Também há o registro do segmento textual: “. Neste ponto, o *ethos* institucional constrói sua argumentação sobre a imagem positiva da escola inclusiva; contudo, não deixa de ressaltar a necessidade de uma sociedade também ser inclusiva. Reafirma a imagem positiva do IBC por esse realizar, desde o início de sua trajetória, a inclusão de seus estudantes, indistintamente nas diversas esferas sociais.

CONCLUSÃO	A inclusão, bem o sabemos, é um direito, fruto de conquista, jamais uma concessão e muito menos um modismo. Todos nós propugnamos por ela, sempre respeitando, democraticamente, a diversidade e a pluralidade de ideias. (<i>Revista Brasileira para Cegos</i> , n. 532, 2014)
------------------	--

Na conclusão, o *ethos* institucional expressa “A inclusão, bem o sabemos, é um direito, fruto de conquista, jamais uma concessão e muito menos um modismo”, construindo uma escala de totalidade maior em “bem o sabemos”, ancorando-se nas experiências e vivências adquiridas ao longo do percurso do IBC. Reafirma também que “é um direito, fruto de conquista, jamais, uma concessão e muito menos um modismo”, visando formar uma imagem positiva acerca da persistência e da luta do IBC em prol da inclusão. Especificamente no trecho “jamais uma concessão e muito menos um modismo”, é usado o advérbio “jamais” a fim de demonstrar sua não aceitação, assim como o uso dos substantivos “concessão” e “modismo”, explicitamente, expressa não ser algo ofertado pelo governo ou efêmero, procurando configurar uma imagem negativa no intuito de induzir o leitor a aceitar as proposições feitas. Em “Todos nós propugnamos por ela, sempre respeitando democraticamente, a diversidade e a pluralidade de ideias” – é usado para ressaltar e ancorar a imagem positiva da inclusão em valores afetivos e em desejos dos deficientes e de seus familiares.

Editorial n. 534 - julho a setembro de 2014

Diretora-geral do IBC: Maria Odete Santos Duarte, formada em fonoaudiologia em 2001 pela Faculdade Veiga de Almeida, foi técnica administrativa da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e, em 1991 ingressou no IBC tomando posse do cargo de assessora da direção-geral e, atualmente, exerce a direção-geral.

Comissão Editorial

- Ana Paula Pacheco da Silva tem graduação em Pedagogia/UFRJ, especialização em Neuropsicopedagogia e psicomotricidade e mestrado pela Universidade de Must. Chefe de Divisão de Capacitação de Recursos Humanos do Departamento técnico especializado do IBC. Participa da comissão editorial do instituto;
- Daniele de Souza Pereira é bacharel e licenciada em Letras pela UFRJ. Assistente em Administração do IBC e membro da Comissão Editorial das revistas no sistema Braille;
- João Batista Alvarenga é revisor de texto no sistema Braille no IBC e membro do conselho editorial das revistas em Braille;
- Leonardo Raya Cabaglia tem graduação em Jornalismo e é membro do conselho editorial da *Revista Brasileira para Cegos*;

- Maria Cecília Guimarães Coelho é ex-secretária do IBC, agente administrativo dessa instituição e participa de sua comissão editorial;

- Vitor Alberto da Silva Marques, ex-aluno do IBC, graduado em História e docente dessa instituição, além de participar de sua comissão editorial.

Colaboradores

- Eduarda Bayma Milfonf é professora do IBC e participa da comissão editorial.

- Maria Salete Semitela de Alvarenga, ex-aluna do IBC, é professora e exerce a função de vice-presidente da Associação dos ex-alunos do IBC, além de ser membro da comissão editorial;

- Marlene Maria da Cunha foi técnica em assuntos educacionais, possui graduação em geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, é mestra em Geografia e doutora em Geografia Humana pela USP; professora adjunta do IBC e membro da comissão editorial. Atualmente está aposentada;

- Paulo Felicíssimo Ferreira, ex-aluno do IBC, graduado em Português/Inglês pela Universidade Gama Filho. É professor do IBC e membro da comissão editorial.

TÍTULO	IBC 160 anos -- uma trajetória em busca da inclusão das pessoas cegas
Tema	Inclusão

O editorial tem por título “IBC 160 anos” e um subtítulo “uma trajetória em busca da inclusão das pessoas cegas”, e, como tema, a inclusão.

O *ethos* institucional constrói sua argumentação resgatando o histórico do IBC para, então, ancorar e objetivar a luta pela inclusão, convidando o leitor a continuar a leitura e, também, a aderir aos argumentos propostos.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	17 de setembro de 2014 poderia ser um dia como outro qualquer. Para as pessoas cegas, contudo, é uma data emblemática, por adquirir uma dimensão relevante de luta, em seu sentido mais amplo, pela inclusão de cada uma delas em todas as esferas possíveis de atuação. Ora, este processo ainda é, e sempre será, resultado das ações diretas, ininterruptas e decisivas do Instituto Benjamin Constant, inaugurado como Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, quando seus
----------------------------	--

RESUMO/APRESENTAÇÃO	primeiros dirigentes plantavam na América Latina, sem rótulos, as sementes geradoras de uma sólida instituição educacional voltada aos indivíduos privados da visão, concretizando o sonho de José Álvares de Azevedo, menino de espírito ousado que, aos nove anos, deixou o Rio de Janeiro para estudar no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, trazendo-nos de lá o sistema de leitura e escrita em relevo, mui justamente reconhecido, em todo o mundo, pelo sobrenome de seu inventor, Louis Braille.
----------------------------	---

Na apresentação, a comissão editorial enfatiza o trecho: “Para as pessoas cegas, contudo, é uma data emblemática, por adquirir uma dimensão relevante de luta, em seu sentido mais amplo, pela inclusão de cada uma delas em todas as esferas possíveis de atuação”. O *ethos* institucional apresenta a informação como fato, mas não se inclui e se coloca distante, o que se pode observar nos excertos “para as pessoas cegas” e “de cada uma delas”. Utiliza os adjetivos “emblemática”, “relevante” e “amplo” para se valer de seus argumentos e, assim, indicar a relevância do IBC. Ao mesmo tempo, registra uma certa reserva no seguinte trecho textual: “em todas as esferas possíveis de atuação”, pontuando que não há como a pessoa sem visão preencher os requisitos para todas as esferas. O *ethos* institucional valoriza positivamente o IBC, ancorando-se nas crenças, valores, atitudes e julgamentos afetivos individuais e sociais, mas mantém-se distante e diferenciado em relação aos seus leitores.

No próximo segmento, lê-se: “quando seus primeiros dirigentes plantavam na América Latina, sem rótulos, as sementes geradoras de uma sólida instituição educacional voltada aos indivíduos privados de visão”. O *ethos* edifica sua argumentação na construção da representação social do IBC como uma “sólida instituição educacional”, além de expressar o “resultado das ações diretas, ininterruptas e decisivas do IBC”, promovendo uma valoração positiva da participação efetiva do instituto, reafirmada pelo uso dos adjetivos “diretas, ininterrupta e decisiva”.

DESENVOLVIMENTO	D1. Nossos leitores não precisam assustar-se! Não seremos enfadonhos e piegas. A despeito da importância dos fatos do passado, pretendemos revivê-los apenas como forma de reverenciar o protagonismo de personalidades cegas que, graças à persistência, lograram conquistar seu espaço, utilizando-se do IBC para se afirmarem como pessoas, como membros integrados a uma comunidade, como trabalhadores em diferentes campos de atividade, pensando, sentindo e agindo, em busca de melhor qualidade de vida, para si e sua família, assim alcançando o *status* de cidadãos plenos de direitos.
------------------------	--

DESENVOLVIMENTO	D2. Observando o passado e vivenciando o presente de nossa instituição, podemos constatar que o IBC, mesmo contrariando as concepções e previsões acadêmicas notoriamente equivocadas, prosseguirá desempenhando seu papel de construtor da inclusão, servindo como fonte de água ainda limpa, livre dos vírus e bactérias dos ganhos fáceis de organizações pouco exemplares. D3. Desta água corrente do saber, traduzido pelo valioso patrimônio intelectual de que o IBC é detentor há mais de um século e meio, por certo muitas instituições similares e as chamadas escolas regulares, públicas e privadas, beberão, naturalmente. D4. Parece-nos que, hoje, o termo "inclusão" se transformou em algo midiático, uma espécie de modismo, tornando-se lugar-comum. A ideia nada tem de moderna; é antiga, sedutora, incontestável, imprescindível! Quem, em sã consciência, pode combatê-la? D5. Hoje ela vestiu-se de nova roupagem ideológica, tendo como fundo o pragmatismo econômico que sentencia que as chamadas "escolas especiais" são impregnadas de um viés segregador, assim perdendo a razão de continuarem existindo como escolas.
-------------------------------	--

Em D1, inicia-se com o trecho: “Nossos leitores não precisam assustar-se! Não seremos enfadonhos e piegas”. O “nós” utilizado se refere aos componentes da comissão editorial e da *RBC*, a fim de expressar uma divisão entre o *ethos* institucional e o grupo minoritário de seus leitores, aquele conduzindo esses a aderir às proposições feitas.

No próximo segmento, nele o *ethos* argumenta que, antes do IBC, a pessoa sem visão não era considerada pessoa, ou seja, era excluída da comunidade, não era produtiva e tampouco considerada como ser pensante, sentimental e ativa. A premissa apresentada é, portanto, sobre a representação social do instituto como ator de ações protagonistas, sendo baseada nas crenças, valores e atitudes individuais e sociais daquele contexto.

Em D2, o *ethos* institucional compara o passado com o presente. Nesse sentido, desenvolve uma representação social do IBC como construtor da inclusão, com uma imagem positiva, e, também, com uma imagem negativa para as concepções e previsões a respeito do instituto pelo contexto social de seus pares. Reafirma, então, o seu posicionamento por meio do seguinte segmento textual: “notoriamente equivocadas”. O *ethos* institucional destaca que o instituto é uma “fonte de água ainda limpa, livre dos vírus e bactérias dos ganhos fáceis de organizações pouco exemplares”, acrescentando, assim, uma imagem negativa para aquelas

julgadas contaminadas.

Em D3, está expresso: “Desta água corrente do saber, traduzido pelo valioso patrimônio intelectual de que o IBC é detentor há mais de um século e meio, por certo muitas instituições similares e as chamadas escolas regulares, públicas e privadas, beberão, naturalmente”. O *ethos* institucional continua com a imagem positiva do instituto, por esse ter persistido ao longo de um século e meio em construir seu patrimônio intelectual, que somente ele pode proporcionar essa fonte, a fim de que “muitas instituições similares e as chamadas escolas regulares, públicas e privadas, beberão, naturalmente”. O *ethos* institucional edifica a representação social do instituto como órgão inclusivo e, as outras escolas similares, como dependentes.

Em D4, a comissão editorial expressa que: “Parece-nos que, hoje, o termo ‘inclusão’ se transformou em algo midiático, uma espécie de modismo, tornando-se lugar-comum. A ideia nada tem de moderna; é antiga, sedutora, incontestável, imprescindível! Quem, em sã consciência, pode combatê-la?”. O *ethos* institucional constrói aqui sua argumentação por meio da proposição: “a inclusão se transformou em algo midiático, uma espécie de modismo, tornando-se lugar-comum”, empregada para expressar um posicionamento contrário; assim como também utiliza o adjetivo “midiático” para se referir aos meios de comunicação e à divulgação acerca de tal tema como algo inédito. O *ethos* institucional, por meio de adjetivos, como “antiga”, mostra a inverdade dos fatos, e “sedutora”, “incontestável”, “imprescindível!” demarca a definição ostentada pelo IBC, de maneira a evidenciar uma ancoragem da longevidade do instituto, tornando visível seu protagonismo sobre o tema, e, ao mesmo tempo, cativando seu leitor a aderir ao posicionamento exposto.

Em D5, o *ethos* institucional enfatiza “Hoje ela vestiu-se de nova roupagem ideológica, tendo como fundo o pragmatismo econômico que sentencia as chamadas ‘escolas especiais’ são impregnadas de um viés segregador, assim perdendo a razão de continuarem existindo como escolas”. Assim, observa-se que a argumentação se dá em torno da ancoragem de uma imagem negativa para a atual inclusão (referente ao ano de 2014), destacando que, sob a ótica ideológica e do pragmatismo econômico, as instituições educacionais são consideradas escolas especiais, o que evidencia uma discriminação por parte da esfera federal. Por meio dessa argumentação, há o intuito de persuadir o leitor a assumir a defesa do instituto.

	Tal realidade não se confirma nem resiste a qualquer análise científica, já que instituições como o IBC e o INES (esta especializada na educação de surdos) vão abastecer, com seus conhecimentos, as escolas regulares, sem deixarem de exercer sua função
--	---

CONCLUSÃO	principal de escolarizar as crianças cegas e de baixa visão, em observância ao princípio democrático da liberdade de escolha do modelo de ensino por parte de seus pais ou responsáveis. A Comissão Editorial (<i>Revista Brasileira para Cegos</i> , n. 534, 2014)
------------------	---

A comissão editorial faz sua argumentação realçando a inverdade impetrada pela esfera social, mostrando que a detenção de conhecimento acerca desses institutos será necessária para o desenvolvimento das escolares regulares, as quais são desconhecedoras das especificidades das crianças cegas ou de baixa visão, e, que, ao mesmo tempo, continuarão com seus papéis sociais, principalmente contanto com a escolha dos familiares. O uso do operador argumentativo “nem” enfatiza a conclusão anterior; há também a inserção do adjetivo “democrático”, a fim de realçar uma valoração positiva ancorada nas crenças, valores e atitudes sociais e individuais.

O *ethos* institucional arquiteta a representação social do IBC como único detentor de conhecimento específico, e a representação social de seu leitor como de uma pessoa passiva que recebe a informação, e que deve, portanto, ser redirecionada pela persuasão a aderir aos argumentos elencados.

Editorial n. 542 - de julho a setembro 2016

Diretor-Geral do IBC: João Ricardo Melo Figueiredo, ex-aluno do IBC, graduado em Letras, mestre em Linguística e doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor da Educação Básica e do programa de Mestrado Profissional.

Comissão editorial

- Daniele de Souza Pereira é bacharel e licenciada em Letras pela UFRJ. Assistente em Administração do IBC e membro da Comissão Editorial das revistas no sistema Braille;
- João Batista Alvarenga é revisor de texto no sistema Braille no IBC e membro do conselho editorial das revistas em Braille;
- Leonardo Raja Gabaglia tem graduação em Jornalismo;
- Maria Luzia do Livramento, graduada em pedagogia e especializada em Educação Especial Inclusiva. Professora do IBC e participa da comissão de audiodescrição deste Instituto;
- Raffaella de Menezes, doutora em educação em 2019 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ e professora do ensino fundamental do IBC;

- Raquel Chagas de Araújo, pós-graduada em biblioteconomia pela UFRJ, foi coordenadora da biblioteca do IBC e participou do editorial do instituto;
- Regina Célia Caropreso, professora de matemática, aposentada e professora do ensino básico, técnico e tecnológico do IBC.

TÍTULO	Ausente
Tema	Diferença

O editorial, sem título registrado discorre sobre o tema diferença. O *ethos* institucional não manifesta sua opinião pelo título, e, aguarda que o público-alvo da revista demonstre interesse na leitura por conhecer o *ethos* prévio da equipe de editorialista.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	"Divergência de opinião jamais deve ser motivo para hostilidade." A frase, atribuída a Gandhi, nos leva a refletir sobre as dificuldades de se conviver com as diferenças. É importante nos conscientizarmos de que vivemos num mundo globalizado, onde o reconhecimento da interdependência é regra fundamental para o bem-estar das pessoas e a comunhão dos povos, negando, assim, a superioridade dos valores culturais de qualquer indivíduo, grupo social ou nação.
----------------------------	---

Primeiramente, aparece a intertextualidade com o pensamento de Mahatma Gandhi – indiano, advogado anticolonialista que teve por interesse os direitos civis e a liberdade – que o *ethos* institucional utiliza para embasar seu posicionamento – e, assim, demonstrar sua imagem – e o da equipe no percorrer deste caminho. Segundo Goffman (2008, p. 80), “[...] os indivíduos membros de uma mesma equipe se encontrarão, em virtude deste fato, em importante relacionamento uns com os outros”. Ademais, acrescenta que:

cada um é obrigado a confiar na boa conduta e no comportamento de seus companheiros, e vice-versa. Há, por conseguinte, um vínculo de dependência recíproca unindo os membros da mesma equipe aos outros. Quando estes membros têm posições e categorias formais diferentes numa instituição social, como frequentemente acontece, vemos que a dependência mútua criada pelo fato de que eles pertencem à mesma equipe provavelmente atravessará as clivagens sociais e estruturais na instituição, fornecendo desse modo uma fonte de coesão para esta. Onde as condutas sociais dos funcionários e sua linha de conduta tendem a dividir uma organização as equipes de representação tendem a unificar as divisões. (Idem, 2008, p. 80-81)

Observa-se, portanto, que a equipe editorial se mostra coesa em relação ao *ethos* institucional (GOFFMAN, 2008), além de convidar o leitor, juntamente com aquela, a refletir sobre as dificuldades de convivência sob o contexto da diferença.

Defende a ideia, ancorada por crenças, valores e atitudes sociais, de que a interdependência é a solução para o bem-estar das pessoas e para a comunhão dos povos, o que fica registrado no seguinte trecho: “É importante nos conscientizarmos de que vivemos num mundo globalizado, onde o reconhecimento da interdependência é regra fundamental para o bem-estar das pessoas e a comunhão dos povos”. Os editorialistas procuram cativar seu público-alvo argumentando sobre os benefícios, bem como afirmando que não deve haver valores culturais superiores uns aos outros. Com a argumentação, valoriza positivamente por meio do segmento: “regra fundamental para o bem-estar das pessoas e a comunhão dos povos”.

A comissão editorial utiliza o pronome “nós” para incluir o leitor, convidando-o a continuar a leitura do editorial e, nesse sentido, conseguir a sua adesão à afirmação “refletir sobre as dificuldades de se conviver com as diferenças”. Reforça também a valoração negativa a respeito da seguinte frase “superioridade dos valores culturais”; além do uso do verbo “negando”, a fim de destacar seu posicionamento.

DESENVOLVIMENTO	D1. Infelizmente, cresce o número de casos de hostilidade, motivados pela não aceitação de ideias, comportamentos ou costumes alheios aos nossos, posição inadmissível, pois gera, muitas vezes, ações violentas, que diariamente ceifam vidas em toda parte. D2. As diferenças são desrespeitadas de várias maneiras, das mais veladas às mais agressivas, de que são exemplos: as piadas e os gracejos relacionados aos grupos sociais minoritários, a invisibilidade e consequente exclusão social da pessoa deficiente, a intolerância religiosa, a violência contra a mulher, física ou por discriminação profissional, o *bullying* e as guerras.
-----------------	---

Em D1, ao empregar o advérbio “infelizmente”, marca uma valoração e um julgamento afetivo em relação aos argumentos anteriores. Ao mesmo tempo em que procura conduzir o leitor para apoiar sua proposição, constrói também sua argumentação quando pontua “cresce o número de casos de hostilidade”, valorizando-a negativamente, ancorados em valores, julgamentos e atitudes individuais e sociais. O desenrolar da argumentação demarca os motivos de tal posicionamento: “não aceitação de ideias, comportamentos ou costumes alheios aos

nossos”. Nesse trecho, observa-se a presença do pronome possessivo “nossos”, referindo-se à comissão editorial e ao seu público-alvo. O próximo segmento – “ideias, comportamentos ou costumes alheios aos nossos” – é usado para frisar aqueles como um único grupo diferenciado, sendo que os outros é que são os responsáveis pelas “ações violentas” e que “ceifam vidas”. O *ethos* institucional emprega o adjetivo “inadmissível” para frisar seu posicionamento e demonstrar uma valoração negativa, ancorado em atitudes e pelos valores culturais.

Em D2, o *ethos* institucional afirma: “as diferenças são desrespeitadas de várias maneiras, das mais veladas às mais agressivas”. O intuito é introduzir uma escala de importância: iniciando com as veladas – que estão escondidas – chegando até às mais agressivas – explícitas. Observa-se aqui o uso da terceira pessoa do plural para descrever as ações, também em escala de importância, ao mencionar: “as piadas, os gracejos aos grupos sociais minoritários até a invisibilidade, provocando a exclusão social da pessoa deficiente, intolerância religiosa, a violência contra a mulher – física ou por discriminação profissional, o *bullying* e as guerras”. Há a ausência do pronome “nós” representativo do *ethos* institucional e do leitor, o que destaca, portanto, que o *ethos* é diferenciado, que não pertence ao contexto, eximindo-se de sua participação social.

O *ethos* institucional apresenta uma valorização negativa para a frase “as piadas e os gracejos” relacionados aos grupos sociais minoritários, sendo aqueles ancorados em estigmas, estereótipos, crenças e julgamentos sociais e individuais. No trecho “a invisibilidade e consequente exclusão social da pessoa deficiente”, o *ethos* institucional constrói sua argumentação iniciando pelo termo “invisibilidade”, relatando uma valoração negativa de tal ação que resulta na exclusão social do deficiente e acrescentando uma conclusão: a exclusão social do deficiente visual. Mantém sua argumentação por meio dos trechos “intolerância religiosa”, “a violência contra a mulher, física ou por discriminação profissional, o *bullying* e as guerras”, de maneira a construir uma escala argumentativa da mais simples – piadas e gracejos – até as mais complexas – *bullying* e guerra.

CONCLUSÃO	É tempo de repensarmos nossas opiniões e crenças relativas ao ser humano! Vocabulário Invisibilidade social: Condição daquele cuja diferença a sociedade superestima, de modo a torná-lo desprovido de qualquer valor como pessoa. Diretor geral: João Ricardo Comissão editorial (<i>Revista Brasileira para Cegos</i>, n. 542, 2016)
-----------	---

Na conclusão, expressa uma opinião com a oração “É tempo de repensarmos nossas opiniões e crenças relativas ao ser humano”, utilizando o pronome “nós”, que convida o leitor a aderir às ideias ali expressas.

O cenário social construído apresenta dois grupos, quais sejam: no primeiro, os representantes do poder e a minoria; e, o segundo, representativo da instituição, orientando o seu público-alvo a refletir sobre as diferenças, expressando que as pessoas com deficiência visual são as responsáveis pela atitude do grupo social.

A relação estabelecida entre o Ministério da Educação, o Instituto Benjamin Constant e a equipe editorial, ao mesmo tempo em que se insere na aceitação da diferença, distancia-se do público-alvo, realçando a diferença entre o *ethos* institucional e seus leitores, pois esses são pessoas que devem ser controladas e orientadas.

O *ethos* institucional constrói uma argumentação acerca da interdependência, demonstrando a representação social da RBC e da comissão editorial como reconhecedores da pessoa com deficiência visual em sua plenitude, mas, simultaneamente, expressa que a representação social de seu leitor – visto como alguém dependente, carente e vulnerável – ainda persiste, mesmo assim, são responsabilizados pelas diferenças dos outros grupos sociais.

Por fim, observa-se que as pessoas com deficiência visual – único público-alvo da revista – convive diariamente, no contexto social, com a diferença, mas, mesmo assim, são orientadas a refletir sobre o assunto e a rever suas opiniões, atitudes e crenças.

Editorial n. 554 - de julho a setembro de 2019

Diretor-geral do IBC: João Ricardo Melo Figueiredo, ex-aluno do IBC, graduado em Letras, mestre em Linguística e doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor da Educação Básica e do programa de Mestrado Profissional.

Comissão Editorial

- Carla Maria de Souza é graduada em Letras - Português/Literatura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Mestre em Educação pela PUC-RJ, professora do IBC e membro da comissão editorial;

- Heverton de Souza Bezerra da Silva, ex-aluno do IBC, graduado em Matemática pela Universidade Estácio de Sá, professor do IBC desde 2014, ministra cursos de soroban e é coordenador da comissão editorial;

- João Batista Alvarenga é revisor de texto no sistema Braille no IBC e membro do conselho editorial das revistas em Braille;

Colaboração

- Daniele de Souza Pereira é bacharel e licenciada em Letras pela UFRJ. Assistente em Administração do IBC e membro da Comissão Editorial das revistas no sistema Braille;
- Regina Célia Caropreso, professora de matemática, aposentada e professora do ensino básico, técnico e tecnológico do IBC.

TÍTULO	Identidade
Tema	bengala

No editorial de título “Identidade”, o *ethos* institucional discorre sobre o tema bengala. Manifesta opiniões sobre a identidade da pessoa com deficiência visual, estimulando um direcionamento prévio acerca da bengala conduzindo o leitor a compartilhar dessa linha ideológica.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	A bengala talvez seja um dos instrumentos que mais identifica as pessoas cegas, por isso exerce, ao mesmo tempo, os papéis de heroína e vilã. Ela garante uma boa orientação, protege de diversos acidentes, permite que os transeuntes saibam que uma pessoa cega se aproxima, podendo assim oferecer ajuda. No entanto, nem todos os cegos se sentem à vontade com esta identificação.
----------------------------	--

Na apresentação, observa-se a construção da argumentação empregando a terceira pessoa do singular, a fim de transmitir uma informação ao seu leitor sem se responsabilizar pelo fato. A orientação argumentativa é desenvolvida por meio do operador “mais”, no intuito de demonstrar o item mais evidente de uma escala de intensidade, por meio do segmento textual: “A bengala talvez seja um dos instrumentos que mais identifica as pessoas cegas”. O *ethos* institucional utiliza-se do operador “por isso” para indicar uma conclusão acerca do fragmento: “por isso exerce, ao mesmo tempo, os papéis de heroína e vilã”. Evidencia a metamorfose da bengala para “heroína” e “vilã”, e, continua com sua argumentação ancorada em crenças, julgamentos e valores afetivos individuais e sociais.

Visa demonstrar seu posicionamento, ancorado em uma valoração positiva por meio do segmento “Ela garante uma boa orientação, protege de diversos acidentes, permite que os transeuntes saibam que uma pessoa cega se aproxima, podendo assim oferecer ajuda”. O *ethos* institucional utiliza os seguintes verbos: “garante”, “protege”, “permite”, “saibam” e “realçando”. Com os três primeiros, procura transmitir segurança e, com os dois últimos, busca tornar visíveis os invisíveis. Os termos “boa”, “diversos” e “ajuda” reafirmam a valoração positiva para o uso da bengala. Mas operador argumentativo “no entanto”, no início da frase, demonstra uma conclusão contrária, já que “nem todos os cegos se sentem à vontade com esta identificação”; neste caso, a valoração é negativa devido às crenças, atitudes e julgamento individuais e sociais afetivos. O operador “nem” demarca um acréscimo ao primeiro fragmento e explicita uma escala de totalidade de que alguns não se utilizam da bengala sob a justificativa de que não querem ser percebidos pelos outros grupos sociais.

DESENVOLVIMENTO	D1. Arriscamo-nos a dizer que muitas pessoas preferem não se locomover sozinhas para não serem vistas com uma bengala ou aventuram-se a sair sem ela, tornando-se vítimas de acidentes facilmente evitáveis. D2 No caso das pessoas com baixa visão, tudo parece ainda mais confuso. A sociedade, desinformada, não entende que esses indivíduos também precisam de ajuda e eles, por sua vez, sentem-se constrangidos em pedi-la. D3. O que motivaria esse tipo de atitude? Vergonha pela deficiência? Vergonha por precisar de ajuda? Um sentimento de inferioridade por ser cego ou pessoa com baixa visão?... D4. Haverá algum problema real no fato de as pessoas à nossa volta saberem que temos alguma deficiência? Ou isto é uma criação da nossa cabeça? D5. A sociedade tem seus conceitos e preconceitos. Somos criados nesta mesma sociedade e não percebemos o quanto essas ideias nos atingem. Todavia, cabe a cada um de nós refletir sobre nosso próprio valor independente de possíveis deficiências, já que todos as temos. É nosso direito estar no mundo, utilizar os instrumentos necessários para nosso melhor desenvolvimento, sem nenhuma vergonha; se exercermos esse direito, com o tempo, a sociedade mudará seus conceitos.
------------------------	--

Em D1, encontra-se: “Arriscamo-nos a dizer que muitas pessoas preferem não se locomover sozinhas para não serem vistas com uma bengala ou aventuram-se a sair sem ela, tornando-se vítimas de acidentes facilmente evitáveis”. O *ethos* institucional se utiliza da terceira pessoa do singular para se referir à comissão editorial, discorrendo sobre uma opinião, isentando-se do contexto, não assumindo, implicitamente, tal proposição. No próximo segmento textual – “que muitas pessoas preferem não se locomover sozinhas para não serem vistas com uma bengala ou aventuram-se a sair sem ela, tornando-se vítimas de acidentes facilmente evitáveis” – é realçada a dependência de seu público-alvo em relação aos seus familiares, para, dessa forma, não perder a invisibilidade. Assim, constrói uma imagem negativa em relação ao não uso da bengala, ancorada na dependência do outro.

Em D2, o *ethos* institucional destaca à frase “no caso das pessoas com baixa visão, tudo parece mais confuso”, ancorado em crenças, valores e atitudes sociais e individuais de que o deficiente com baixa visão não necessita da bengala para se locomover.

Em D3, é expresso: “A sociedade, desinformada, não entende que esses indivíduos também precisam de ajuda e eles, por sua vez, sentem-se constrangidos em pedi-la.” A comissão editorial constrói sua argumentação a fim de atenuar e justificar não só o motivo do desconhecimento da sociedade, como também expressar uma imagem afetiva por meio dos termos “sentem-se constrangidos”.

Em D4, o *ethos* argumenta com o uso de quatro perguntas retóricas, a saber: “O que motivaria esse tipo de atitude?”; “Vergonha pela deficiência?”; “Vergonha por precisar de ajuda?”; e “Um sentimento de inferioridade por ser cego ou pessoa com baixa visão?”. Busca chamar a atenção do leitor, levando-o a refletir e repensar as atitudes e julgamentos afetivos.

Goffman (1978, p. 58) pontua “o problema da visibilidade de um estigma particular, ou seja, até que ponto o estigma está adaptado para fornecer meios de comunicar que um indivíduo o possui”. O autor acrescenta também que

as consequências de uma apresentação compulsória em público serão pequenas em contatos particulares, mas em cada contato haverá algumas consequências, que, tomadas em conjunto, podem ser imensas. Além disso, a informação quotidiana disponível sobre ele é a base da qual ele deve partir ao decidir qual o plano de ação a empreender quanto ao estigma que possui. Assim qualquer mudança na maneira em que deve se apresentar sempre e em toda a parte terá, por esses mesmos motivos, resultados fatais – foi isso, possivelmente, que originou, entre os gregos, a ideia de estigma.

A visibilidade é um estigma particular e crucial à identidade social de uma pessoa com deficiência visual, em seu dia a dia e também na presença de pessoas videntes. Acrescenta que “uma pessoa com uma bengala branca dá uma prova bastante visível de que é cega: mas esse símbolo de estigma, uma vez notado, pode algumas vezes ser ignorado, junto com o que significa” (Goffman, 1978, p. 58).

Em D5, o *ethos* institucional explicita mais duas perguntas: “haverá algum problema no fato de as pessoas à nossa volta saberem que temos algumas deficiências?” e “Ou isto é uma criação da nossa cabeça?”. Nos parágrafos anteriores, o *ethos* isenta-se de assumir os argumentos, mas nessas duas últimas perguntas, participa do contexto – por meio do uso as expressões “nossa volta” e “nossa cabeça” – com o intuito de conduzir e conquistar a adesão do leitor. No segmento textual “A sociedade tem seus conceitos e preconceitos. Somos criados nesta mesma sociedade e não percebemos o quanto essas ideias nos atingem” é edificada a argumentação, pelas crenças, valores e atitudes sociais, visando formar uma imagem negativa e afetiva sobre a relação entre o leitor e outros grupos sociais.

O operador argumentativo, “todavia”, cujo intuito é apresentar uma conclusão diferente, a fim de construir e conceber uma argumentação para o leitor aderir a outro posicionamento. No segmento textual, “cabe a cada um de nós refletir sobre nosso próprio valor independente de possíveis deficiências, já que todos as temos”, por meio de eufemismo, o *ethos* institucional sugere a individualidade reflexiva para demonstrar o seu valor inerente, e nesse contexto se inclui, ao mesmo tempo em que usa o vocábulo “deficiência” para abranger as diferenças. Mas diferença não é deficiência, pois segundo o Decreto nº 3298, de 1999, que regulamenta a Lei nº 7853, de 1989, a definição de deficiência é: “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Outro adendo define a deficiência permanente como sendo “aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos”. E a incapacidade é classificada como

uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Brasil, 1999, p. 6)

O *ethos* institucional edifica sua argumentação por meio do seguinte segmento textual: “É nosso direito estar no mundo, utilizar os instrumentos necessários para nosso melhor desenvolvimento, sem nenhuma vergonha; se exercermos esse direito, com o tempo, a

sociedade mudará seus conceitos.” Assim, com o uso do pronome possessivo “nosso” e do verbo “se exercermos”, o *ethos* marca sua participação no contexto, e, com os adjetivos “necessários” e “melhor”, demarca uma valoração positiva ancorada em crenças, valores e atitudes individuais e sociais. O *ethos* registra seu posicionamento de que a pessoa com deficiência visual não deve sentir vergonha, além de destacar a valoração afetiva e convidar o leitor a aceitar e exercer esse direito, além de realçar a importância do tempo na alteração dos conceitos sociais, e, de demonstrar que não está incluído entre seus leitores.

Neste sentido, a representação social da comissão editorial é de condutora e orientadora, e, de seu público alvo, de conduzido e orientado.

CONCLUSÃO	Portanto, caro leitor, não tenha vergonha de usar sua bengala, ler seu livro em Braille, fazer uso de sua reglete em público. Estes instrumentos são a prova de que você é um cidadão disposto a ocupar seu lugar no mundo. Comissão Editorial (<i>Revista Brasileira para Cegos</i> , n. 554, 2019)
------------------	--

Na conclusão, o *ethos* institucional apresenta uma conclusão, argumentando: “Portanto, caro leitor, não tenha vergonha de usar sua bengala, ter seu livro em Braille, fazer uso de sua reglete em público”. O operador argumentativo, “portanto”, registra tal conclusão. A comissão editorial solicita que seus leitores, sobre os instrumentos estigmatizados, tornem visual sua deficiência, ancorado em crenças, valores e atitudes sociais dos outros grupos sociais – e não pelo grupo minoritário de seus leitores.

Nesse sentido, a representação social da comissão editorial é de condutora e orientadora, e, de seu público alvo, de conduzido e orientado.

Editorial n. 556 - de janeiro a março de 2020

Diretor-geral do IBC: João Ricardo Melo Figueiredo, ex-aluno do IBC, graduado em Letras, mestre em Linguística e doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor da Educação Básica e do programa de Mestrado Profissional.

Comissão editorial

- Geni Pinto de Abreu, formada em Letras (Licenciatura Plena) pelo Centro Universitário do Rio de Janeiro e pós-graduada em Processo de Letramento e Alfabetização do aluno com deficiência visual pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado Rio de Janeiro;
- Heverton Souza Bezerra da Silva, ex-aluno do IBC, graduado em Matemática pela Universidade Estácio de Sá, professor do IBC desde 2014, ministra cursos de soroban e é coordenador da comissão editorial;
- Hyléa de Camargo Vale Fernandes Lima, graduada em Letras Português/Inglês pela Faculdade de Educação Região dos Lagos, mestre em Letras pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense/UFF, coordenadora da adaptação de livros didáticos e paradidáticos, professora de Língua Portuguesa e membro da comissão editorial do IBC;
- João Batista Alvarenga é revisor de texto no sistema Braille no IBC e membro do conselho editorial das revistas em Braille;
- Maria Cecília Guimarães Coelho foi ex-secretária do IBC, agente Administrativo dessa instituição e participa de sua comissão editorial;
- Raquel Ventura Espinheira, graduada em Pedagogia, especialização em Educação Especial, professora do primeiro segmento e membro da comissão editorial.

Colaboração

- Carla Maria de Souza é graduada em Letras – Português /Literatura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, mestre em Educação pela PUC-RJ, professora do IBC e membro da comissão editorial;
- Daniele de Souza Pereira é bacharel e licenciada em Letras pela UFRJ. Assistente em Administração do IBC e membro da Comissão Editorial das revistas no sistema Braille;
- Regina Célia Caropreso, professora de matemática, aposentada e professora do ensino básico, técnico e tecnológico do IBC.

TÍTULO	Responsabilidade
Tema	Mundo idealizado e Mundo real

Esse editorial que tem como título “Responsabilidade” e, como tema, “Mundo idealizado e o Mundo real”. Assim, o *ethos* institucional constrói sua argumentação ancorada em crenças, valores, atitudes emocionais e desejos do contexto individual e do social sobre a pessoa com deficiência visual. Conduz um direcionamento prévio para que seu público alvo analise e compartilhe da carga semântica de que o substantivo Responsabilidade carrega.

RESUMO/APRESENTAÇÃO	Mas eu não quero...
----------------------------	---------------------

Na apresentação, o *ethos* institucional destaca: “mas eu não quero”. O operador argumentativo, “mas” é empregado com o intuito de ressaltar uma estratégia de suspense; o “não” para expressar sua convicção; e o verbo “querer” – na primeira pessoa do singular – para transmitir uma imagem negativa da diferença entre o idealizado e a realidade. O *ethos* institucional, implicitamente, forma a representação social do leitor como “o diferente”, em relação às características eleitas socialmente como ideais.

DESENVOLVIMENTO	D1. É o que mais ouvimos quando algo sai diferente do mundo maravilhoso que alguém projetou. É o que mais se ouve quando alguma consequência, muitas vezes até natural e esperada, parece surpreender alguém, e então nos perguntamos se tudo na vida é questão de querer. D2. Desejamos coisas sempre maravilhosas: ter filhos, ganhar muito dinheiro, sermos belos e elegantes, conseguirmos o homem ou mulher dos nossos sonhos -- de preferência sem ter que ceder em nada em favor dele(a). D3. E não há a menor chance de sermos responsabilizados por nada de errado nesses processos. O dinheiro tem de vir sem muito trabalho, os filhos não podem ficar doentes, chorar à noite, precisar de auxílio para o dever de casa, nem mesmo requerer nossa atenção; o príncipe dos sonhos tem que ser bonito, cheio do dinheiro, valorizar a gente, aceitar todas as nossas condições e aí dele se tiver um
------------------------	---

DESENVOLVIMENTO	momento “sapo” na vida! Está barrado para sempre. Com a mulher não é diferente. D4. Talvez falte em nós a maturidade suficiente para lidarmos com as dificuldades. Nada que se conquista é fácil. Não existe busca sem consequência. O dinheiro adquirido sem trabalho pode ter uma origem ilícita e se assim não for, se tiver sido ganho na loteria, por exemplo, torna-nos pessoas visadas e é preciso refletir com responsabilidade sobre o que fazer com ele para não perdermos, em dois tempos, o que amealhamos com tanta rapidez. Do contrário, o trabalho é a única opção. D5. Filhos são pessoas e não bonecas com as quais brincamos e que colocamos na estante quando nos cansam. Eles querem ser amados, precisam de atenção, bronca, um olhar especial, carinho e cada um é diferente do outro. Portanto, é normal que deem trabalho. D6. Encontrar o parceiro ideal não pode ser sinônimo de achar alguém que pense igualzinho a nós. Sempre haverá pontos em que teremos de ceder, em que teremos de nos impor, em que ambos terão de ceder. O que nunca pode faltar é o respeito. E há o momento de cuidar do outro como gostaríamos de ser cuidados. D7. Não existe vida sem objetivos a atingir e atingir essas metas sem arcar com as responsabilidades decorrentes torna o processo praticamente inviável. Por isso vemos tanta gente abandonando projetos pelo meio do caminho.
-------------------------------	--

Em D1, lê-se: “É o que mais ouvimos quando algo sai diferente do mundo maravilhoso que alguém projetou”. Aqui o *ethos* institucional usa uma escala valorativa “mais” para confirmar a informação. Observa-se que foi formada uma imagem negativa acerca do mundo real por não corresponder ao desejado. No próximo segmento, “É o que mais se ouve”, o *ethos* utiliza uma escala valorativa “mais” e o verbo na terceira pessoa do singular – “ouve” – para demonstrar que não partilha da afirmação. O próximo trecho, “quando alguma consequência, muitas vezes até natural e esperada, parece surpreender alguém”, foi utilizado para demonstrar uma consequência no mundo real que não se deseja, dessa forma, constrói uma imagem negativa da consequência real, daquela não desejada e não aceita, que o desejoso não quer assumir. No próximo segmento textual, “muitas vezes até natural e esperada”, é edificada a argumentação por meio de um eufemismo, a fim de justificar a não aceitação da realidade, além de transmitir a opinião do *ethos* institucional e de conduzir à adesão por parte de seu público-

alvo. Em “parece surpreender alguém”, o *ethos* procura expressar uma justificativa acerca da não aceitação da realidade. No próximo trecho, “e então nos perguntamos se tudo na vida é apenas uma questão de querer”, o *ethos* institucional registra: o articulador discursivo “então” para realizar a introdução de um enunciado de valor conclusivo; o pronome “nos”, salientando o seu envolvimento na proposição; o “se”, com o intuito de aventar possibilidades; o operador argumentativo “tudo”, objetiva afirmar a totalidade; e o operador argumentativo de mínimo – “apenas”. Assim, as proposições são utilizadas para conquistar o leitor, mesmo tendo ciência de que o seu público-alvo é estigmatizado no contexto social; mesmo assim, convida-o para refletir sobre as consequências do mundo real, e, ao mesmo tempo, procura conscientizá-lo acerca de seu papel de “diferente”, como também de “alvo da responsabilidade de outrem”.

Em D2, o *ethos* institucional expressa: “Desejamos coisas sempre maravilhosas: ter filhos, ganhar muito dinheiro, sermos belos e elegantes, conseguirmos o homem ou mulher dos nossos sonhos - de preferência sem ter que ceder em nada em favor dele(a)”. Na primeira oração deste excerto, o *ethos* institucional, novamente, inclui o leitor em sua argumentação com o intuito de conquistá-lo e conduzi-lo a aceitar tal proposição, e o faz pelo registro: do verbo “desejamos”, conjugado na primeira pessoa do plural; do advérbio “sempre”, para confirmar a frequência em que ocorre; e do adjetivo “maravilhosas”, objetivando evidenciar que tudo que não se encaixa nessa ótica possui uma imagem negativa ancorada em crenças, valores, julgamentos, estigmas e estereótipos individuais e sociais. Na segunda oração, nota-se que em “ter filhos”, o *ethos* institucional constrói sua argumentação com uma imagem positiva da função materna e paterna, e de uma imagem negativa do casal sem filhos, ancorada em crenças, valores e desejos afetivos. Na terceira oração, “ganhar muito dinheiro”, a estratégia argumentativa é concebida com uma imagem positiva do dinheiro, além de frisar isso com o operador argumentativo “muito”, de modo que, implicitamente, expõe-se que ganhar pouco dinheiro não é algo valorizado pelo contexto individual e social. Em “sermos belos e elegantes”, o *ethos* institucional pontua sobre a aparência física e social, por meio dos adjetivos “belos” e “elegantes”, com o intuito de transmitir os padrões sociais vigentes, ao mesmo tempo em que destaca que seu público-alvo não se enquadra nesse contexto. Na quinta oração, há a estratégia argumentativa sobre “conseguirmos o homem ou a mulher dos nossos sonhos”; aqui, o *ethos* institucional envolve o leitor enfatizado pelo verbo na primeira pessoa do plural, incluindo-o nessa proposição, o que é reafirmado pelo uso do pronome possessivos no plural “nossos”. Assim como expressa uma imagem positiva do homem e da mulher, ao desenvolver uma imagem negativa dos que não possuem esses atributos, implicitamente, enquadrando o seu público-alvo sob esse prisma. Na sexta oração, “de preferência sem ter que ceder em nada em

favor dele(a)”, a comissão editorial utiliza: o “sem”, articular de relação de modo semântico; o “não”, articulador meta-discursivo; “preferência”, para indicar a avaliação da situação anterior; e o operador “nada”, para afirmar uma negação da totalidade. O *ethos* institucional, visando discorrer sobre essas proposições, utiliza-se do terceiro, quarto e quinto parágrafos.

Em D3, o *ethos* institucional evidencia a responsabilidade e as especificidades eleitas em “nosso” mundo idealizado. Na primeira oração, “então não há a menor chance de sermos responsabilizados por nada de errado nesses processos”, usa: o operador argumentativo “não” para demarcar sua negação; “menor”, de uma escala valorativa; “sermos”, verbo na primeira do plural, para incluir o leitor em seus dizeres; e adjetivo “errado”, para destacar a não responsabilidade pela ocorrência do não idealizado ancorado em julgamentos, atitudes e desejos sociais e individuais. Na próxima oração, “O dinheiro tem de vir sem muito trabalho”, o *ethos* institucional constrói uma imagem positiva do dinheiro, ancorado em crenças e valores sociais, ao mesmo tempo em que desenvolve uma imagem negativa do trabalho, por meio da preposição “sem” e do advérbio “muito”. No seguinte recorte, “os filhos não podem ficar doentes, chorar à noite, precisar de auxílio para o dever de casa, nem mesmo requerer nossa atenção”, a argumentação desenvolvida é sobre o contexto familiar ideal, em que o *ethos* institucional conduz o leitor a aderir às proposições, e, implicitamente, demonstra os percalços do não idealizado. Em “O príncipe dos sonhos tem que ser bonito, cheio do dinheiro, valorizar a gente, aceitar todas as nossas condições e ai dele se tiver um momento ‘sapo’ na vida. Está barrado para sempre. Com a mulher não é diferente”, há uma referência ao universo dos contos de fada que revela os sentimentos universais em busca de um final feliz, ancorada em crenças, valores, julgamento, atitudes e opiniões sociais e individuais, que apresenta singularidades especiais: como aparência agradável, riqueza, valorização do outro e que, na relação do casal, assume o papel passivo; implicitamente, isso revela o posicionamento do *ethos* institucional em relação aos diferentes papéis. No próximo segmento, “ai dele se tiver um momento ‘sapo’ na vida”, mostra uma imagem negativa acerca da mudança ou transformação do sujeito da relação conjugal; e, no próximo trecho, “Está barrado para sempre. Com a mulher não é diferente”, o *ethos* utiliza o adjetivo “barrado” e o advérbio “sempre” com o intuito de apresentar a opinião da comissão editorial.

Em D4, observa-se que o *ethos* institucional demarca: “Talvez falte em nós a maturidade suficiente para lidarmos com as dificuldades”. Por meio do advérbio “talvez”, procura indicar uma tendência e demarcar um eufemismo da não aceitação das consequências do mundo real; assim, procura incluir o leitor para expressar que o responsável talvez seja a falta de maturidade, ancorado em estigmas, estereótipos e discriminações sociais e individuais presentes no contexto

social. No próximo trecho, “Nada que se conquista é fácil”, há uma intertextualidade, ao se demonstrar uma valoração na construção do argumento, o que relembra Cícero, advogado, escritor, filósofo e cônsul: “não há nada que não se consiga com a força de vontade, a bondade e, principalmente, com o amor” (SANTOS; SANTOS, 1969, p.34). Já no segmento textual “Não existe busca sem consequência”, o *ethos* institucional expressa sua argumentação por meio do uso do “não” e de “sem”, demonstrando nesse percurso uma relação de causa e consequência e edificando uma imagem negativa da procura, e, ancorando-se nas crenças, valores, atitudes e afetos sociais e individuais. No próximo recorte, lê-se:

O dinheiro adquirido sem trabalho pode ter uma origem ilícita e se assim não for, se tiver sido ganho na loteria, por exemplo, torna-nos pessoas visadas e é preciso refletir com responsabilidade sobre o que fazer com ele para não perdemos, em dois tempos, o que amealhamos com tanta rapidez. Do contrário, o trabalho é a única opção. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 555, 2020)

No segmento textual “O dinheiro adquirido sem trabalho pode ter uma origem ilícita e se assim não for, se tiver sido ganho na loteria, por exemplo, torna-nos pessoas visadas”, a argumentação é desenvolvida sobre o dinheiro recebido por meio da lotérica ou ilicitamente. O *ethos* institucional expressa que, dessa maneira, a consequência é a visibilidade de si e de seu leitor. No próximo segmento, “e, é preciso refletir com responsabilidade sobre o que fazer com ele para não perdemos, em dois tempos, o que amealhamos com tanta rapidez”, aconselha seu público-alvo a refletir sobre o dinheiro ganho de forma ilícita ou pela loteria, mas o *ethos* institucional não se envolve nessa ação. Um outro conselho é o aproveitamento dele – do dinheiro – para não o perder e, neste ato, inclui-se por meio do uso do verbo “perdemos”. O *ethos* institucional edifica uma imagem negativa do trabalho ancorada e objetivada por valores e desejos sociais e individuais, e, assim sendo, ele constrói uma imagem positiva do dinheiro recebido por meio da loteria ou de maneira ilícita, ancorada e objetivada em crenças ideais e atitudes sociais e individuais.

Em D5, o *ethos* institucional constrói sua argumentação a respeito dos filhos, especificamente no seguinte recorte: “Filhos são pessoas e não bonecas com as quais brincamos e que colocamos na estante quando nos cansam. Eles querem ser amados, precisam de atenção, bronca, um olhar especial, carinho e cada um é diferente do outro. Portanto, é normal que deem trabalho”. O *ethos* institucional envolve sua argumentação na imagem positiva do filho ativo no mundo real, ancorada em valores, julgamento e atitudes afetivas. Já no recorte textual “eles querem ser amados, precisam de atenção, bronca, um olhar especial, carinho e cada um é diferente do outro”, o *ethos* ressalta a necessidade de manter atitudes afetivas por meio do uso:

dos verbos “querem ser amados” e “precisam”; dos substantivos “atenção”, “bronca” “olhar”, no sentido de percepção, “carinho”; e dos adjetivos “especial” e “diferente”. No próximo trecho, “Portanto, é normal que deem trabalho”, o operador argumentativo “portanto” inicia uma conclusão com relação às proposições elencadas, assim como também tenta manter o leitor atento na sua leitura e na aceitação dos argumentos apresentados pela *ethos* institucional. A evolução da argumentação está centrada na imagem positiva do filho ativo no mundo real, ancorada em valores, julgamentos e atitudes afetivas. O *ethos* institucional expressa ações afetivas por meio dos verbos “querem ser amadas”, “precisam” e dos substantivos “atenção”, “bronca”, “olhar”, no sentido de percepção, “carinho”, além dos adjetivos “especial” e “diferente”. Diversamente do quarto parágrafo, no qual se registram os verbos “não podem ficar”, “chorar à noite”, “precisar de auxílio”, “nem mesmo requerer”. Observa-se a necessidade de uma comparação entre esses parágrafos: em D3, apresenta mais ações práticas; já em D5, ações mais afetivas, demonstrando uma escola valorativa, ou seja, aquelas com imagem negativa e essa com imagem positiva.

A argumentação está ancorada em crenças, valores, atitudes e opiniões individuais e sociais para poder justificar seu posicionamento, e, de forma implícita, apresenta seu público-alvo como um dos diferentes e não idealizados. O *ethos* institucional constrói a representação social do seu público-alvo de “consequência do real”, ancorado e objetivado por crenças, valores individuais e sociais.

Em D6, o *ethos* institucional edifica sua argumentação sobre o parceiro ideal: “Encontrar o parceiro ideal não pode ser sinônimo de achar alguém que pense igualzinho a nós. Sempre haverá pontos em que teremos de ceder, em que teremos de nos impor, em que ambos terão de ceder”. E complementa: “O que nunca pode faltar é o respeito. E há o momento de cuidar do outro como gostaríamos de ser cuidados.”

O *ethos* institucional seleciona os verbos “encontrar”, “não pode ser”, “achar” e “pensar”, bem como os substantivos “parceiro”, “sinônimo” e o pronome indefinido “alguém”, com o intuito de mostrar que o parceiro ideal está ancorado em crenças, valores e julgamentos afetivos, sociais e individuais. No próximo segmento, “Sempre haverá pontos em que teremos de ceder”, tem-se que: “sempre” é utilizado como operador argumentativo e demonstra uma frequência; “teremos”, verbo na primeira do plural, envolve o *ethos* e o leitor na obrigação de efetuar tal ação. Observa-se que, no segundo parágrafo, foi expresso o(a) parceiro(a) do mundo idealizado; e, no sétimo, é apresentado o(a) parceiro(a) do mundo real, ou seja, aquele com uma imagem positiva, e, esse, com uma imagem negativa ancorada na exigência – ter – de se submeter, de submeter o outro ou ambos. No próximo recorte, “o que nunca pode faltar é o respeito”, uma

escala valorativa de frequência é utilizada para construir a argumentação e expressar a opinião de que o respeito é essencial na aceitação dos obstáculos do mundo real. Nesse excerto, o *ethos* institucional constrói a representação social do leitor da revista como “passivo”, ancorado e objetivado por crenças, valores sociais e individuais.

Em D7, a argumentação é desenvolvida por meio de uma conclusão: “Não existe vida sem objetivos a atingir e atingir essas metas sem arcar com as responsabilidades decorrentes torna o processo praticamente inviável. Por isso vemos tanta gente abandonando projetos pelo meio do caminho”. O *ethos* institucional realça que a responsabilidade é a resposta adequada para se evitar a inviabilidade do processo da vida, formando uma imagem positiva do desejo, e de aceitação da responsabilidade por não conseguir o mundo idealizado. O *ethos* institucional edifica a representação social de seu público-alvo como “não idealizado”, ancorado e objetivado pela diferença, assim, a família e a sociedade têm de aceitar a responsabilidade sobre ele.

CONCLUSÃO	Vivamos com responsabilidade, sem medo de enfrentar os obstáculos e aprendendo a ver, com equilíbrio e sensatez, a vida como um processo que tem seus percalços, mas vale muito a pena. Comissão Editorial (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 555, 2020)
------------------	---

Na conclusão, o *ethos* institucional reforça, intensifica e sugere: “Vivamos com responsabilidade, sem medo de enfrentar os obstáculos e aprendendo a ver, com equilíbrio e sensatez, a vida como um processo que tem seus percalços, mas vale muito a pena”. O *ethos* institucional procura convencer seu leitor de que a responsabilidade é a resposta para aceitar o mundo real, e, nesse sentido, a utilização dos substantivos “equilíbrio” e “sensatez” é para demonstrar que, sob esse prisma, é possível a convivência no mundo real. A argumentação desenvolvida finaliza com o uso do operador argumentativo, “mas” para expressar “um movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos mesmo que implícitos, quando orientados em sentidos contrários”, que Koch e Elias (2021, p. 70) corroboram a afirmação de Ducrot (1987).

As representações sociais desenvolvidas para o leitor da *Revista Brasileira para Cegos* se agregam ao “Não idealizado”, ao “Não esperado”, ao “Passivo”, transparecendo uma discriminação em relação à pessoa com deficiência visual, ancorada e objetivada pelos estigmas e estereótipos individuais e sociais.

4 ANÁLISE COMPARATIVA

Com o intuito de proceder à comparação entre os editoriais produzidos por Kate de Queiróz Costa e pela comissão editorial do IBC/MEC, registrar-se-á, em primeiro lugar, qual dos *ethos* se encontra presente no corpo do editorial; em segundo lugar, reescrever-se-ão os argumentos com imagem positiva e negativa construída pelo texto; e, em terceiro lugar, há a representação social do leitor delineada pelo editorial.

4.1 Comparação do primeiro período – de 1992 até 2011

Em primeiro, faz-se a comparação dos títulos e temas dos editoriais.

1º Editorial n. s/n

TÍTULO - Ausente Tema - Aniversário do IBC	O título apresenta a função de “atrair a atenção ao relato mencionado no(s) tema(s) que podem interessar ao leitor” (VAN DIJK, 1983, p. 85-86). Parret (1997) destaca que o título demonstra um ponto de vista, ao mesmo tempo em que seduz o leitor. Nesse editorial não há um título, e, tem por tema o Instituto Benjamin Constant. O <i>ethos</i> institucional/prévio/empírico não registrou o título, possibilitando, ao seu leitor, o ato de inferir acerca do editorial.
---	---

2º Editorial n. 504

TÍTULO - Preconceito Tema - Diferenças	O referido editorial tem como título o preconceito em que o <i>ethos</i> institucional expressa seu interesse ideológico em torná-lo visível. Allport (1954) retrata o preconceito como uma atitude negativa em relação a uma pessoa, sendo ancoradas nas crenças, em função de seu grupo ter características negativas. Com Myers observa-se que o preconceito é uma atitude, sendo esta [... uma combinação distinta de sentimentos, inclinações à ação e crenças, o que pode ser facilmente lembrado como o ABC das atitudes: afeto (sentimentos), intenção comportamental (behaviour) (predisposição para ação) e cognição (crenças)] (MYERS, 2014, P. 247). Destaca, também, as crenças ancoradas por avaliações negativas dos preconceitos denomina-se de estereótipos. Esses são “generalizações decorrentes da
---	---

	necessidade humana de simplificação do mundo. Consistem em crenças, extremamente generalizadas e imprecisas, sobre os atributos pessoais de um grupo” (MYERS, 2014, 248). O <i>ethos</i> institucional expressa que as pessoas com deficiência visual são alvos por apresentarem diferenças, e, propõe por tema as “diferenças”, sendo essas responsáveis pelo preconceito, que foram construídas por outros grupos sociais ancorados nos valores negativos que aquelas representam. Com esses argumentos, procura cativar seus leitores e despertar sua atenção acerca desse julgamento valorativo.
--	--

3º Editorial n. 512

TÍTULO - Inclusão Tema - Inclusão Educacional	O título do editorial “Inclusão” tem como tema a inclusão educacional, com a finalidade de abordar o título e o tema, colocam-se as definições adotadas pelo contexto social de 2008, para tanto retomam-se os conceitos de estigma e estereotipia, depois, Goffman com a inclusão social, e, após Mantoan para explicar a inclusão escolar. Goffman esclarece que os estigmas são “[...] sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem apresentava” (1978, p. 11), e, acrescenta que “[...] a sociedade estabelece os meios de categorizar os indivíduos e os atributos considerados comuns, aceitáveis e naturais dentro de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN 1978, p. 12). Esse autor coloca que o indivíduo estereotipado possui características indesejadas socialmente, para tanto, há a necessidade de uma política de inclusão, assim sendo, a inclusão social tem por alvo transformar a exclusão social por meio de ações políticas (públicas, civis ou privadas) que contribuam para a inclusão do grupo excluído. Mantoan explica que a inclusão escolar “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular” (2003, p. 16). Além de propor “[...] um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades” (MANTOAN, 2003, p. 16). O <i>ethos</i> institucional, prévio e empírico busca o interesse do leitor em continuar a leitura e aderir ao argumento adotado.
---	--

4º Editorial n. 519

TÍTULO - O IBC e a inclusão Tema - Inclusão Educacional	O referido editorial tem como título “O IBC e a Inclusão” e, como tema, a inclusão educacional. A editorialista defende a inclusão educacional sob a ótica do IBC, e, desvaloriza a visão da inclusão educacional da escola regular defendida pelo MEC.
--	---

5º Editorial n. 524

TÍTULO - A Indesejável Inclusão Tema - Escola especializada versus escola regular	O editorial com o título “A indesejável inclusão” destaca-se a presença do adjetivo “indesejável”, demonstrando um posicionamento do <i>ethos</i> institucional, prévio e empírico com um julgamento valorativo negativo, e por tema, a escola especializada versus a escola regular para indicar a ameaça contra a inclusão adotada pelo IBC. Assim busca a atenção e a curiosidade do leitor em ler editorial, e, se possível, aderir a esse posicionamento externado.
--	--

Nota-se que, o *ethos* institucional/prévio/empírico do primeiro período, de 1992 até 2011, enfatiza o aniversário do IBC, torna visível o preconceito que é alvo a pessoa com deficiência visual em razão dos valores negativos construídos pelos grupos sociais dominantes e dos saberes de crença, que, segundo Charaudeau, esses “[...] não se relacionam com o conhecimento do mundo no sentido que temos que atribuir a ele, mas com as avaliações, apreciações, julgamentos a respeito dos fenômenos, dos eventos e dos seres do mundo, seu pensamento e seu comportamento (2017, p. 582). Também salienta seu posicionamento ideológico em relação a inclusão educacional para conduzir seu público leitor a um julgamento prévio, reforçado pelo quarto editorial com a defesa da inclusão aplicada pelo IBC como a ideal, assim classifica a inclusão das escolas regulares com uma conotação negativa, desvalorizando sua aplicação.

Constrói a representação social da pessoa com deficiência visual como leitor que precisa ser informado por meio de uma intencionalidade afetiva.

O *ethos* institucional expressa suas opiniões, a linha ideológica, sua intencionalidade para conduzir seu leitor a aderir ao mesmo julgamento, pois o *ethos* prévio e empírico compartilham das mesmas experiências de seu público alvo.

Em seguida, destacamos as apresentações:

1º Editorial n. s/n

RESUMO/APRESENTAÇÃO A Revista Brasileira para Cegos orgulha-se em participar das comemorações dos 150 anos do Instituto Benjamin Constant.	Na apresentação, consta o verbo “orgulhar-se”, a fim de demonstrar um sentimento valorativo positivo, ancorado em crenças, atitudes e estereótipos sociais e individuais. O <i>ethos</i> institucional constrói sua argumentação no intuito de cativar o leitor, esperando que ele compartilhe desse sentimento.
--	--

2º Editorial n. 504

RESUMO/APRESENTAÇÃO “O homem pensa, a mulher sonha” (Victor Hugo). Lamentavelmente, este era o conceito que se fazia sobre a mulher no século XIX. No decorrer dos anos, no entanto, o preconceito recrudescer, como, por exemplo, com o exacerbado nazismo, aniquilando o progresso, a digna caminhada...	Inicia, a apresentação com dizeres de Victor Hugo, pensador francês, crítico, poeta, dramaturgo, romancista, político e artista plástico, demonstrando, por meio dessas citações, não só a preocupação com as desigualdades sociais, mas também a denúncia da luta em prol dos direitos civis. Essa intertextualidade é utilizada com o intuito de reforçar o posicionamento de <i>ethos</i> institucional, visando demonstrar que este está embasado em um literato que todos conhecem (<i>ethos</i> prévio) e que não está sozinho em sua argumentação, ancorando-se, portanto, em crenças, valores, atitudes sociais e individuais, no intento de promover a adesão dos coenunciadores para que continuem a leitura acerca do tema. Para Koch e Elias (2021): A citação direta é uma estratégia muito eficiente: fazemos esse tipo de citação para argumentar a favor ou contra algo, para dar mais credibilidade ao que dizemos, para atribuir ao outro a responsabilidade pelo que foi dito e, consequentemente, nos eximirmos de eventual responsabilidade, para impressionar o outro e muitas outras razões. (KOCH; ELIAS, 2021, p. 49). Também se encontra em Marcuschi (1991) a afirmação de que, ao se apresentar ou citar o pensamento de alguém, expõe-se uma informação que indica uma tomada de posição diante do exposto. A editorialista se utiliza do advérbio “lamentavelmente” para expressar sua opinião acerca da continuidade do preconceito. Assinala que o responsável é o “nazismo”, bem como enfatiza – por meio de adjetivos subjetivos afetivos e avaliativos (KOCH; ELIAS, 2021), como “exacerbado” e “digna”, além do emprego dos verbos de julgamento (KOCH; ELIAS, 2021) “recrudescer”, “aniquilando” – a fim de indicar seus malefícios, buscando cativar o leitor a aderir a esse posicionamento social.
--	---

3º Editorial n. 512

RESUMO/APRESENTAÇÃO “Inclusão social, sim – inclusão educacional, não.” Manifestação dos surdos da FENEIS	A apresentação tem por objetivo desenvolver a curiosidade do leitor e incentivá-lo a ler todo o editorial.. Assim está registrado entre aspas sob a forma de citação direta, juntamente com a fonte da informação, a fim de indicar que a Instituição FENEIS possui autoridade e credibilidade para expressar sua opinião a respeito do tema.
--	---

4º Editorial n. 519

RESUMO/APRESENTAÇÃO A1. Quando a inclusão sequer havia sido cogitada, éramos aproximadamente quatrocentos alunos. Hoje, não passam de cem. A2. Quanto ao corpo docente, a maioria esmagadora era de professores cegos, pois a excelência da transmissão dos conhecimentos de uma pessoa cega para outra é inigualável.	Em A1. é estabelecida uma relação de temporalidade, indicando o tempo anterior e o tempo de hoje³, sem nomear qual seria especificamente o tempo anterior, mas apenas o do presente (2010), o de inclusão: “quando a inclusão sequer havia sido cogitada, éramos aproximadamente quatrocentos. Hoje, não passam de cem”. No primeiro trecho do segmento, é destacado o número de alunos (400); o <i>ethos</i> institucional está ancorado na opinião, crenças e valores de que tal quantidade está relacionada à qualidade da Instituição, e que, nesta época, a editorialista – por meio do verbo “éramos” (ou seja, nós) – se inclui como ex-estudante do IBC (<i>ethos</i> empírico) e em seu lugar de fala. No presente, pontua que “Hoje, não passam de cem”, conotando que, em decorrência da inclusão nas escolas regulares, houve uma perda significativa no número de crianças com deficiência visual no instituto. Em A2, o <i>ethos</i> institucional se posiciona de maneira valorativa em relação aos professores, ancorado nas crenças, atitudes e opiniões individuais e sociais do grupo minoritário, que se pode observar por meio do trecho: “quanto ao corpo docente, a maioria esmagadora era de professores cegos, pois a excelência da transmissão dos conhecimentos de uma pessoa cega para outra é inigualável”. Salienta também que, no período anterior, somente os professores cegos tinham possibilidade de transmitir conhecimento; e reforça tal posicionamento por meio do uso de termos como “excelência” e “inigualável”, demonstrando seu favoritismo, havendo, portanto, o encontro entre o <i>ethos</i> institucional e o empírico. Nesse sentido, procura cativar o leitor para aderir ao seu posicionamento e incentivá-lo nessa luta.
--	--

5º Editorial 524

RESUMO/APRESENTAÇÃO Numa visão futurista, D. Pedro II percebeu a importância de se encaminharem cegos e surdos a ocupar seus espaços junto numa sociedade outrora ainda mais conservadora e preconceituosa. O que fez D. Pedro? Comprometeu-se com a fundação de escolas especializadas que atendessem e encaminhassem cegos e surdos para uma vida plena de conhecimentos, facilitando assim o convívio dessas pessoas com os demais membros dos vários grupos sociais.	No primeiro parágrafo, a editorialista expressa um juízo de valor – “Numa visão futurista” – referindo-se a D. Pedro II, um argumento único que o coloca como um defensor da inclusão. Ela continua: “percebeu a importância de se encaminharem cegos e surdos a ocupar seus espaços junto numa sociedade outrora ainda mais conservadora e preconceituosa”. No período imperial, os deficientes visuais estavam, em sua maioria, confinados em suas casas, em isolamento social, já outros, abandonados nas ruas ou internados em asilos (LANNA JÚNIOR, 2010), pois estavam ancorados em estigmas e estereótipos individuais e sociais da época. Um outro destaque para o argumento valorativo diz respeito aos adjetivos e ao advérbio “mais”, revelando uma escala de afirmação da totalidade no segmento textual: “ainda mais conservadora e preconceituosa”. Há também uma pergunta retórica – “O que fez D. Pedro?”
---	--

³ O tempo de hoje, especificado, refere-se ao ano de 2010.

	– de forma a conduzir e a despertar a curiosidade do leitor sobre a resposta, o que evidencia a intencionalidade de direcionar seu público alvo a aderir a um ponto de vista. Em seguida, a editorialista apresenta a resposta: “comprometeu-se com a fundação de escolas especializadas”, destacando o argumento de compromisso com o grupo. Já no trecho “que atendessem e encaminhasssem cegos e surdos para uma vida plena de conhecimentos, facilitando assim o convívio dessas pessoas com os demais membros dos vários grupos sociais”, o <i>ethos</i> constitucional se utiliza do adjetivo “plena”, em uma escala de afirmação da totalidade que direciona a uma conclusão e a uma resposta a fim de sanar as dificuldades dos cegos e surdos, evidenciando, assim, a ação promovida pelo imperador.
--	--

Nos cinco resumo/apresentações, o *ethos* institucional/prévio/empírico demonstra um sentimento afetivo em relação ao IBC registrado por uma valorização positiva em seus argumentos. Observa-se que, na primeira, há um verbo “orgulhar” para demonstrar a relevância do IBC; Na segunda, há o registro de intertextualidade para apoiar o posicionamento do *ethos* institucional, e, uma citação direta para ancorar os argumentos registrados no editorial (KOCH e ELIAS, 2021; Na terceira, há uma avaliação afetiva positiva em relação à FENEIS; Na quarta, são registradas duas posições contrárias a inclusão do MEC, pois provocaram a diminuição de estudantes, ao mesmo tempo em que aumentou a presença de professores não deficientes visuais; Na quinta, é registrado um apoio ao imperador que fundou o Instituto de Meninos Cegos - regime de internato – para favorecer os cegos e os surdos, e, com essa valoração positiva conduzir a opinião de seus leitores em aderir ao posicionamento e continuar sua leitura.

O *ethos* institucional/prévio/empírico demonstra seu posicionamento na defesa do IBC, na aceitação dos argumentos elencados e, sob sua ótica, busca direcionar suas interpelações contrárias à nova inclusão que estão construindo nas escolas regulares.

Constrói a representação social da pessoa com deficiência visual como companheiro, e, procura conduzi-la por meio da afetividade, e, dessa forma, influenciá-la em aderir a linha ideológica da *RBC*.

Em seguida, elencamos o desenvolvimento dos editoriais

1º Editorial n. s/n

DESENVOLVIMENTO D1. Referência Nacional, primeira escola para cegos da América Latina, o Instituto Benjamin Constant é, e será sempre, um marco, um ponto de partida para a longa jornada do aprimoramento pessoal. D2. Farol, cujos raios poderosíssimos indicarão sempre a direção exata do porto seguro onde abrigar-se. D3. Perene como uma catedral, muitos tentaram arrastá-lo a outro destino que não o digno destino de educar, ensinar, encaminhar e integrar jovens cegos a uma sociedade nem sempre receptiva D4. Marco, farol, catedral, entrelaçando-se em uma única estrutura de belas colunas jônicas e magnífica escadaria. Entrelaçando-se, também, em nossas vidas, desde o convívio imprescindível com os companheiros cegos -- que somente uma escola especializada pode proporcionar -- aos primeiros momentos de nossa aprendizagem, exercida através do apoio de excelentes professores, também oriundos desta Casa.	Em D1, há o uso de expressões com valor qualificativo – “nacional”, “primeira escola” “marco”, “um ponto de partida”, “longa jornada”, “aprimoramento pessoal” – referentes ao IBC, buscando demonstrar, por meio de imagens positivas, com o intento de demarcar a validade, ou seja, de convencer o leitor a aderir aos seus argumentos e proposições para comprovar o valor da instituição. As metáforas utilizadas são mecanismos retóricos – tropos - que [pelo próprio fato de mostrar e dissimular o sentido ao mesmo tempo, o tropo mantém uma relação natural com uma atitude interpretativa que postula a existência de um sentido oculto...] (MAINGUENEAU, 2014, p. 135) Em D2, há o emprego: do substantivo “farol” para referenciar o IBC; de “raios poderosíssimos” para descrever uma escala avaliativa maior para qualificar o instituto; do advérbio “sempre”; dos adjetivos “exata, seguro”; e do verbo “abrigar-se”, a fim de construir um discurso valorativo por meio dessas metáforas, de modo a transmitir atributos pela afetividade. Em D3, é iniciado com o adjetivo “perene”, comparando IBC a uma catedral. O editorialista usa em sua argumentação uma outra escala valorativa de afetividade e aduz no sentido adverso – “muitos tentaram arrastá-lo a outro destino que não o digno destino de educar, ensinar, encaminhar e integrar jovens cegos a uma sociedade nem sempre receptiva”: escala valorativa “muitos”; o uso do verbo “arrastar” (conduzir à força) a fim de demonstrar a imposição sobre o instituto, – construindo, assim, seus argumentos e proposições no intuito de cativar os leitores, valorando negativamente esse destino proposto como não adequado. Em D4, retoma as referências feitas ao IBC – marco, farol, catedral – metáforas que, se entrelaçadas com a efetividade, indicam uma ancoragem positiva. O <i>ethos</i> institucional demonstra autoridade em influenciar os leitores acerca das qualidades, prudência, virtude e benevolência do IBC para justificar a credibilidade e confiança no instituto, como também pelo motivo de conhecerem o <i>ethos</i> prévio e o empírico da editorialista como ex-aluna do IBC.
---	---

2º Editorial n. 504

DESENVOLVIMENTO D1. Que seria do mundo se não fossem as diferenças: as várias religiões, as diversas etnias, os múltiplos sistemas políticos?... É a diversidade que enseja o crescimento pessoal, o progresso dos povos. É a troca	Em D1, afirma que somente a miscigenação, a diversidade e as diferenças têm condições de solucionar tal problema. A editorialista convida os seus assinantes a participarem da seguinte reflexão: “que seria do mundo se não fossem as diferenças: as várias religiões, as diversas etnias, os múltiplos sistemas políticos?”. Neste ponto, o <i>ethos</i> institucional
--	---

de experiências que gera o conhecimento das várias tecnologias em prol de toda a humanidade. É a miscigenação, e não o cruzamento entre raças semelhantes, que faz um povo forte.	busca angariar o apoio dos deficientes visuais, apontando um cenário de possibilidades diversificadas, afirmando ser essa a solução procurada. Expressa os benefícios desse posicionamento por meio dos dizeres “fortalecer o crescimento pessoal e o progresso dos povos”, com o uso de verbos e de adjetivos subjetivos. Utiliza-se, ainda, da argumentação para defender seu posicionamento em relação à diversidade, e, em contrapartida, afirma que a miscigenação é “que faz um povo forte”, procurando convencer o seu público-alvo de que o cruzamento entre raças iguais não possibilitaria a diminuição do preconceito. Em D2, o <i>ethos</i> empírico, prévio e o institucional utilizam o pronome “nós” para se inserir nesse grupo minoritário de pessoas com deficiência visual, alvo de preconceitos em razão de suas diferenças. Destaca que, mesmo sendo eficientes, eles não são reconhecidos pelos outros grupos sociais, tendo sido escolhido mais um literato para reforçar tal posicionamento: a escritora Raquel de Queirós, para mostrar e embasar dizeres ancorados pelo <i>ethos</i> prévio acerca da informação que se tem sobre a imagem preexistente da autora.
D2. Há ainda o preconceito que sofremos nós, os “deficientes”, apesar de “eficientes”. Como diz Rachel de Queiroz: “Deficientes somos todos nós: uma miopia, uma unha encravada...”	

3º Editorial n. 512

DESENVOLVIMENTO D1. “Infelizmente, temos de aceitar que a inclusão educacional de crianças deficientes é um fato real e, diante disso, não há o que discutir, mas há o que melhorar. D2. Não basta, apenas, colocar uma criança deficiente em escolas ditas “normais”, sem que haja uma adequação séria por parte da escola que virá a recebê-la, como: espaço físico adaptado, professores com formação em educação especial e, principalmente, integração entre todos os que estudam, deficientes ou não, preparando-os para um convívio cooperativo e harmonioso.	Em D1. O texto tem início com o advérbio “infelizmente”, no intuito de expressar uma avaliação afetiva em relação à inclusão educacional: além disso, registra a frase “temos de aceitar, não há o que discutir”, indicando uma imposição por parte do governo federal, não desejada pelo instituto, haja vista que não está sendo considerada a opinião da instituição especializada no assunto (IBC); assim, o <i>ethos</i> institucional provoca seu leitor a se posicionar aceitando os argumentos propostos. Por meio do fragmento textual “mas há o que melhorar”, descortina-se o fato de que essa inclusão proposta não está adequada à pessoa com deficiência visual. Em D2, há o seguinte trecho: “Não basta, apenas, colocar uma criança deficiente em escolas ditas ‘normais’”, em que há uma avaliação afetiva endossada pelo advérbio “apenas”, que expressa uma opinião baseada em crenças, atitudes e valores individuais e sociais de um grupo minoritário, diferenciando-a dos outros grupos sociais, de forma a demonstrar que existem outros argumentos mais valorativos que aquele. O verbo “colocar” complementa a oração e, por meio dele, a editorialista
---	---

	Kate de Queiróz Costa procura evidenciar que o estudante com deficiência visual acaba sendo inserido no contexto escolar sem que ocorram as devidas adaptações de integração. Outro trecho observado foi: “escolas ditas ‘normais’”. Em relação ao verbo “ditas”, pode-se afirmar que há uma conotação de objeção em relação a sua designação; já a palavra “normais” está entre aspas, as quais foram utilizadas de modo a destacar a palavra no texto, deixando claro que a responsabilidade de sua interpretação é do leitor. Para Maingueneau (1997), as aspas [...] constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. O sujeito que utiliza as aspas é obrigado, mesmo que disso não esteja consciente, a realizar uma certa representação do seu leitor e, simetricamente, oferecer a este último uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através destas aspas. (MAINGUENEAU, 1997, p. 91) A editorialista apresenta, assim, os seguintes argumentos com o intuito de ancorar seu posicionamento em relação à inclusão educacional: 1º - “espaço físico adaptado”; 2º - “professores com formação em educação especial”; e 3º - “principalmente, integração entre todos os que estudam, deficientes ou não, preparando-os para um convívio cooperativo harmonioso”. Há aqui uma escala gradativa, iniciando pelo menor até se chegar ao maior. De maneira implícita, o <i>ethos</i> institucional deixa transparecer que na escola regular não há adaptação, os professores não têm especialização e não realizam a integração.
--	---

4º Editorial n. 519

DESENVOLVIMENTO D1. Tristes as crianças cegas que não usufruem dos ensinamentos de uma professora também cegam desde às primeiras letras. D2. Na vida prática, a questão do detalhe faz a diferença. Quantas vezes já ouvimos: “a carne estará no ponto quando ficar dourada”; uma pessoa cega dirá a outra: “quando ficar macia, cheirando forte, etc., etc.”.	Em D1, há o trecho: “Tristes as crianças cegas que não usufruem dos ensinamentos de uma professora também cega desde as primeiras letras.” Novamente, a editorialista demonstra um julgamento valorativo em relação às crianças cegas – “tristes” – que somente têm aulas ministradas por professores videntes, indicando, implicitamente, que esses estudantes não estão sendo incluídos. Em D2, o <i>ethos</i> institucional explicita seu argumento pontuando com a inclusão e também com a não inclusão: “Na vida prática, a questão do detalhe faz a diferença. Quantas vezes já ouvimos: ‘a carne estará no ponto quando ficar dourada’”. Por meio desse trecho, a editorialista demonstra que a pessoa vidente se utiliza da sensação visual que a pessoa com deficiência visual não possui em sua cultura, dificultando, portanto, a compreensão do que está sendo descrito; já “uma pessoa cega dirá a outra: ‘quando ficar macia, cheirando forte, etc., etc.’”, procurando evidenciar que uma professora cega usará informações baseadas em sensações táteis e olfativas,
---	--

D3. A inclusão é feita, às vezes, de maneira inversa: pessoas de visão normal ocupando espaços que deveriam ser, no mínimo, divididos entre uns e outros, isto é, cegos e não cegos. D4. A inclusão que se faz necessária é a social; mas esta é uma utopia.	as quais fazem parte de sua cultura, como também em crenças, valores e opiniões das pessoas com deficiência visual. Dessa forma, reforça seu posicionamento ao leitor, empregando termos de seu contexto social. Em D3, é demonstrada a valoração em relação à inclusão, especificamente no segmento: “A inclusão é feita, às vezes, de maneira inversa: pessoas de visão normal ocupando espaços que deveriam ser, no mínimo, divididos entre uns e outros, isto é, cegos e não cegos.” A editorialista constrói um discurso por meio de argumentos e proposições visando cativar seus leitores a aderir ao seu posicionamento, por meio de uma escala de valores. Em D4, a editorialista enfatiza que a inclusão social se faz necessária, mas apresenta uma objetivação de utopia, também, para demonstrar seu posicionamento e fazer com que seu leitor passe a aderir-lo. Observa-se que “a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite” (FIORIN, 2004, p. 52).
--	--

5º Editorial n. 524

DESENVOLVIMENTO D1. Entretanto, numa visão retrógrada e totalmente oposta à do velho imperador, querem destruir esses espaços vitais, que contribuíram, ao longo de 156 anos, para a formação, socialização e a verdadeira inclusão de cegos e surdos.	Em D1, é iniciado com o conectivo argumentativo “entretanto”, cujo objetivo é direcionar o leitor ao posicionamento anterior e aceitar a opinião já expressa, e, agora, dar seguimento com os argumentos contrários: “Numa visão retrógrada e totalmente oposta à do velho imperador”. Verifica-se que há o uso dos adjetivos “retrógrada” e “oposta”, de modo que o <i>ethos</i> institucional conduz seus argumentos com uma valoração afetiva negativa em relação às ações do presente com as do imperador, ancorando-se nos valores e crenças individuais e sociais atuais. A editorialista demonstra um posicionamento contrário e induz os leitores a aceitá-lo, considerando que eles não tenham condições de avaliar os argumentos. O adjetivo “velho” conota uma sabedoria que se desenvolve com o passar dos anos, ancorada nas crenças, julgamentos e atitudes individuais e sociais. Nesse seguimento textual “querem destruir esses espaços vitais que contribuíram, ao longo de 156 anos, para a formação, socialização e a verdadeira inclusão de cegos e surdos”, o <i>ethos</i> institucional se utiliza do verbo “destruir” no intuito de sinalizar uma ação destruidora, objetivando direcionar o leitor, em uma escala valorativa, para emocionar e comover seu público-alvo. O adjetivo “vitais” reforça o argumento da editorialista em relação a uma posição contrária à inclusão atual. “Ao longo de 156 anos” está ancorado nas crenças, valores e
---	---

1º Editorial n. s/n

CONCLUSÃO

Não há palavras que definam a plenitude do sentimento que dedicamos ao Instituto Benjamin Constant, sentimento este capaz de doar-lhe nossos gratos corações! (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, s/ n., 2004)

Observa-se que a ação da estratégia da opinião aqui defendida é “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 30), ou seja, a “tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir” (AMOSSY, 2011, p. 30). Por meio das expressões e ancoragens em todo o editorial, o *ethos* institucional constrói uma representação social de modo a positivar o IBC, utilizando-se de conotação extremamente emotiva e de imagens que enfatizam o caráter, a honestidade, a gratidão e a perseverança daquele instituto. A objetivação, para Moscovici (2015) corresponde “[...]reproduzir um conceito em uma imagem [...]”, assim para expressar o Instituto Benjamin Constant de não ser apenas uma escola ou instituto, recorre-se aos termos para definir sua imagem em “referência nacional, marco, farol, perene, catedral” reforçando a intenção por parte do texto de transformar o instituto na única escola para os cegos. Contudo, sem deixar de expor uma situação de ameaça de “muitos” que tentam outro caminho. Sendo assim, a representação social é ancorada e objetivada de maneira afetiva e emotiva para a composição do *ethos* institucional.

É construída uma narrativa de transformação do IBC, demonstrando que ocorreu uma metamorfose da ancoragem da representação social do instituto. Ciampa (2007) afirma que, quando interagimos com alguém, somos representantes de nós mesmos, com nossas diferentes identidades e constantes mudanças (metamorfoses); logo, é possível afirmar que a nossa identidade é uma totalidade. Em suas palavras: “Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto uma” (CIAMPA, 1984, p. 61). Os dois processos que ocorreram – ancoragem e objetivação – estão embasados nos valores, crenças, conhecimentos e práticas sociais que os indivíduos têm como parte da cultura. Moscovici (2015, p. 78) explicita que, “sem representações, sem a metamorfose das palavras em objetos, é absolutamente impossível existir alguma transferência”.

A editorialista Kate de Queiróz Costa demonstra uma incontestável aparência afetiva, emotiva e defensora do IBC em um cenário educativo, expressando seu posicionamento, bem como realçando um ato de ameaça por parte daqueles que querem arrastar o instituto a outro destino, sendo assim, o *ethos* institucional reproduz uma imagem negativa desse ato.

2º Editorial n. 504

CONCLUSÃO Não há justificativa possível para que uns rejeitem outros em nome de alguma diferença. Perante Deus, Alá, Jeová, ou outra força cósmica que nos reja, somos todos iguais. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 504, 2005)	Na conclusão, reafirma seu posicionamento, concluindo para seus leitores que a rejeição ao diferente não tem justificativa e, portanto, somente a miscigenação é que possibilita conquistar os benefícios de acordo com seus valores, crenças e atitudes sociais e individuais. A editorialista destaca sua argumentação por meio da seguinte afirmação: “não há justificativa possível para que uns rejeitem outros em nome de alguma diferença”. Ela se posiciona contra o preconceito em relação às diferenças que o social aplica, e, espera que seu leitor aceite a argumentação de diferenças sem preconceito. O <i>ethos</i> institucional constrói seus argumentos e proposições acerca da diferença e do preconceito, e, nesse intuito, pontua uma valoração negativa e, com aquela, indica a valoração positiva, enfatizando a sua opinião em um discurso sobre a diferença sem julgamento, a fim de construir uma representação social da RBC como formal e comprometida com seus leitores.
---	---

3º Editorial n. 512

CONCLUSÃO É imprescindível a transmissão dos conhecimentos de uma instituição especializada, como o IBC, para as escolas que tenham, em seus quadros, essas crianças, a fim de normatizar o ensino desses alunos e garantir-lhes sua integração, sem que seqüelas interfiram em seu crescimento intelectual e social. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 512, 2008)	Na conclusão, é apresentada: a escola especializada como a primordial nesse contexto, o que se infere do trecho “é imprescindível a transmissão de uma instituição especializada, como o IBC, para que as escolas tenham, em seus quadros, essas crianças”. O <i>ethos</i> institucional e o <i>ethos</i> empírico concordam com os argumentos, uma vez que a escola regular não sabe como trabalhar com o estudante com deficiência visual, e que, sem ela e sem a ancoragem de crenças, valores, atitudes e opiniões desse grupo minoritário, não haverá a devida integração. No próximo segmento textual, afirma: “a fim de normatizar o ensino desses alunos e garantir-lhes sua integração”. Tal passagem expressa que as regras da escola especializada são as mais condizentes para esse fim. O trecho “sem que sequelas interfiram em seu crescimento intelectual e social” deixa claro que se crianças com deficiência visual forem para a escola regular, elas não terão um crescimento intelectual e nem social, algo que somente a escola especializada pode lhes fornecer. O <i>ethos</i> institucional constrói uma representação social da escola especializada com imagens positivas, ao passo que, a escola regular, com imagens negativas. Moscovici (2013, p. 63) afirma que “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele”. A editorialista da RBC expressa uma imagem negativa para a face da inclusão educacional atual,
--	---

	com um cenário escolar afetivo e de ameaça, pois recategoriza negativamente a escola regular, uma vez que pontua que esta não tem condições de efetivar a inclusão
--	--

4º Editorial n. 519

CONCLUSÃO Tolerância zero à manipulação sobre a vida do cego, pois ele sabe à perfeição, o que lhe convém, o que o faz feliz, digno e apto ao enfrentamento dos obstáculos que surgirem diante de sua vida. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 519, 2010)	Na conclusão, lê-se o seguinte segmento: “Tolerância zero à manipulação sobre a vida do cego”, em que o <i>ethos</i> institucional apresenta uma ancoragem negativa por meio do substantivo “manipulação”, evidenciando que a atual inclusão está sendo imposta e que, portanto, o cego não deve aderir a ela. A representação social construída em relação ao IBC é de que se trata de uma escola primorosa e única para a pessoa com deficiência visual, ao passo que a escola regular é inadequada.
--	--

5º Editorial n. 524

CONCLUSÃO Em uma escola especializada, brincam juntas daquilo que juntas podem brincar. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 524, 2011)	No final, apresenta a resposta: “em uma escola especializada, brincam juntas daquilo que juntas podem brincar”. Nota-se, por parte do <i>ethos</i> institucional, uma defesa insistente em relação à escola especializada e contrária à escola regular e à inclusão atual. A representação social construída pela editorialista em relação ao IBC é a de uma instituição inclusiva e competente na formação dos alunos cegos e de excelente sistema de ensino. No tocante a representação social de seu leitor, é definida por companheirismo e de parceiros em compartilhar crenças, atitudes e valores.
--	---

O *ethos* institucional/ prévio/empírico, nas cinco conclusões, orienta seu público alvo com sugestões e conselhos que refletem a interpretação da ideologia, das crenças sociais do grupo minoritário e individuais, das avaliações de juízos, assim como uma justificativa religiosa em relação aos diferentes, além de que seu público alvo tem possibilidades de escolhas diferentes para enfrentar os desafios, e, assim, persuadir a pessoa com deficiência visual a aderir as proposições apresentadas. A representação social de seu público alvo é construída por companheiro na aceitação dos argumentos.

4.2 Comparação do segundo período – de 2012 até 2021

Em primeiro, faz-se a comparação dos títulos e temas dos editoriais

1º Editorial n. 532

TÍTULO - A desconstrução da Inclusão Tema - Inclusão educacional	O editorial tem como título “A desconstrução da Inclusão”, assim o <i>ethos</i> institucional demonstra um posicionamento contrário e uma representação negativa da ótica da nova inclusão a ser adotada pelo MEC, e, com o substantivo “desconstrução” apresenta um juízo de valor. Seu tema é a inclusão educacional, que pode atrair a pessoa com deficiência visual a continuar sua leitura e aderir a esse posicionamento ideológico.
---	--

2º Editorial n. 534

TÍTULO - IBC 160 anos -- uma trajetória em busca da inclusão das pessoas cegas Tema -Inclusão	O editorial tem como título “IBC 160 anos” e um subtítulo “uma trajetória em busca da inclusão das pessoas cegas”, e, como tema, a inclusão. O <i>ethos</i> institucional constrói sua argumentação resgatando o histórico do IBC para, então, ancorar e objetivar a luta pela inclusão, convidando o leitor a continuar a leitura e, também, a aderir aos argumentos propostos.
--	--

3º Editorial n. 542

TÍTULO - Ausente Tema - Diferença	O editorial, sem título registrado discorre sobre o tema diferença. O <i>ethos</i> institucional não manifesta sua opinião pelo título, e, aguarda que o público alvo da revista demonstre interesse na leitura por conhecer o <i>ethos</i> prévio da equipe de editorialista.
--	--

4º Editorial n. 554

TÍTULO - Identidade Tema - Bengala	No editorial de título “Identidade”, o <i>ethos</i> institucional discorre sobre o tema bengala. Manifesta opiniões sobre a identidade da pessoa com deficiência visual, estimulando um direcionamento prévio acerca da bengala conduzindo o leitor a compartilhar dessa linha ideológica.
---	--

5º editorial n. 556

TÍTULO - Responsabilidade Tema – Mundo idealizado e Mundo real	Considerando a pessoa com deficiência visual, analisa-se esse editorial que tem como título “Responsabilidade” e, como tema, “Mundo idealizado e o Mundo real”. Assim, o <i>ethos</i> institucional constrói sua argumentação ancorada em crenças, valores, atitudes emocionais e desejos do contexto individual e do social sobre a pessoa com deficiência visual. Conduz um direcionamento prévio para que seu público alvo analise e compartilhe da carga semântica que o substantivo responsabilidade carrega
---	---

Nos dois primeiros editoriais – 532 e 534 – o *ethos* institucional defende o IBC e demonstra sua posição de oposição a inclusão imposta pelo MEC por meio de julgamentos valorativos. Nos três editoriais - 542, 554 e 556 - registra a intencionalidade de reforçar as crenças, valores, opiniões e julgamentos sociais afetivos.

Registraremos abaixo as apresentações dos cinco editoriais do segundo período

1º Editorial n. 532

APRESENTAÇÃO Desta vez, fomos estimulados a nos deter neste tema bastante efervescente, em função das controvérsias que tem provocado, ante o confronto aberto entre diferentes visões. Pode-se constatar que o processo inclusivo adquire múltiplas facetas: a inclusão escolar, a profissional e a social, que engloba as demais, porquanto, sem ela, as outras ficam comprometidas	. Na apresentação, o <i>ethos</i> institucional procura justificar a escolha do tema por meio do seguinte trecho: “Desta vez, fomos estimulados a nos deter neste tema bastante efervescentes, em função das controvérsias que tem provocado, ante o confronto aberto entre diferentes visões”. Então, edifica sua argumentação por meio da exposição de proposições favoráveis e contraditórias, fim de chamar a atenção do leitor tanto para estimulá-lo a continuar a leitura como também para cativá-lo. A comissão editorial constrói suas proposições por meio: dos adjetivos “efervescente, aberto e diferente”; do advérbio “bastante”; dos verbos “ter provocado”; e dos substantivos “confronto” e “visões”, no intuito de destacar os pontos mais relevantes para discorrer acerca de seu posicionamento. Em seguida, observa-se a afirmação de um fato por intermédio do seguinte trecho: “o processo inclusivo adquire múltiplas facetas: a inclusão escolar, a profissional e a social, que engloba as demais, porquanto sem ela, as outras ficam comprometidas”. Aqui o <i>ethos</i> institucional utiliza o termo “múltiplas facetas” com o desígnio de orientar seu leitor a aderir ao posicionamento assumido pela comissão e de reafirmar seu posicionamento ao empregar o operador argumentativo “porquanto” para justificar ou explicar que a mais importante é a inclusão escolar e que, “sem ela, as outras ficam comprometidas”, de modo a conceber uma imagem positiva da inclusão escolar ancorada em crenças, valores e atitudes sociais e individuais acerca da valoração do estudo.
---	---

2º Editorial n. 534

APRESENTAÇÃO

17 de setembro de 2014 poderia ser um dia como outro qualquer. Para as pessoas cegas, contudo, é uma data emblemática, por adquirir uma dimensão relevante de luta, em seu sentido mais amplo, pela inclusão de cada uma delas em todas as esferas possíveis de atuação. Ora, este processo ainda é, e sempre será, resultado das ações diretas, ininterruptas e decisivas do Instituto Benjamin Constant, inaugurado como Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, quando seus primeiros dirigentes plantavam na América Latina, sem rótulos, as sementes geradoras de uma sólida instituição educacional voltada aos indivíduos privados da visão, concretizando o sonho de José Álvares de Azevedo, menino de espírito ousado que, aos nove anos, deixou o Rio de Janeiro para estudar no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, trazendo-nos de lá o sistema de leitura e escrita em relevo, mui justamente reconhecido, em todo o mundo, pelo sobrenome de seu inventor, Louis Braille.

Na apresentação, a comissão editorial enfatiza o trecho: “Para as pessoas cegas, contudo, é uma data emblemática, por adquirir uma dimensão relevante de luta, em seu sentido mais amplo, pela inclusão de cada uma delas em todas as esferas possíveis de atuação”. O *ethos* institucional apresenta a informação como fato, mas não se inclui e se coloca distante, o que se pode observar nos excertos “para as pessoas cegas” e “de cada uma delas”. Utiliza os adjetivos “emblemática”, “relevante” e “amplo” para se valer em seus argumentos e, assim, indicar a relevância do IBC. Ao mesmo tempo, registra uma certa reserva no seguinte trecho textual: “em todas as esferas possíveis de atuação”, pontuando que não há como a pessoa sem visão preencher os requisitos para todas as esferas. O *ethos* institucional valoriza positivamente o IBC, ancorando-se nas crenças, valores, atitudes e julgamentos afetivos individuais e sociais, mas mantém -se distante e diferenciado em relação aos seus leitores.

No próximo segmento, lê-se: “quando seus primeiros dirigentes plantavam na América Latina, sem rótulos, as sementes geradoras de uma sólida instituição educacional voltada aos indivíduos privados de visão”. O *ethos* edifica sua argumentação na construção da representação social do IBC como uma “sólida instituição educacional”, além de expressar o “resultado das ações diretas, ininterruptas e decisivas do IBC”, promovendo uma valoração positiva da participação efetiva do instituto, reafirmada pelo uso dos adjetivos “diretas, ininterrupta e decisiva”.

3º Editorial n. 542

APRESENTAÇÃO

"Divergência de opinião jamais deve ser motivo para hostilidade." A frase, atribuída a Gandhi, nos leva a refletir sobre as dificuldades de se conviver com as diferenças. É importante nos conscientizarmos de que vivemos num mundo globalizado, onde o reconhecimento da interdependência é regra fundamental para o bem-estar das pessoas e a comunhão dos povos, negando, assim, a superioridade dos valores culturais de qualquer indivíduo, grupo social ou nação.

Primeiramente, aparece a intertextualidade com o pensamento de Mahatma Gandhi – indiano, advogado anticolonialista que teve por interesse os direitos civis e a liberdade – que o *ethos* institucional utiliza para embasar seu posicionamento – e, assim, demonstrar sua imagem – e o da equipe no percorrer deste caminho. Segundo Goffman (2008, p. 80), “[...] os indivíduos membros de uma mesma equipe se encontrarão, em virtude deste fato, em importante relacionamento uns com os outros”. Ademais, acrescenta que:

cada um é obrigado a confiar na boa conduta e no comportamento de seus companheiros, e vice-versa. Há, por conseguinte, um vínculo de dependência recíproca unindo os membros da mesma equipe aos outros. Quando estes membros têm posições e categorias formais diferentes numa instituição social, como frequentemente acontece, vemos que a dependência mútua criada pelo fato de que eles

	pertencem à mesma equipe provavelmente atravessará as clivagens sociais e estruturais na instituição, fornecendo desse modo uma fonte de coesão para esta. Onde as condutas sociais dos funcionários e sua linha de conduta tendem a dividir uma organização as equipes de representação tendem a unificar as divisões. (GOFFMAN, 2008, p. 80-81) Observa-se, portanto, que a equipe editorial se mostra coesa em relação ao <i>ethos</i> institucional (GOFFMAN, 2008), além de convidar o leitor, juntamente com aquela, a refletir sobre as dificuldades de convivência sob o contexto da diferença. Defende a ideia, ancorada por crenças, valores e atitudes sociais, de que a interdependência é a solução para o bem-estar das pessoas e para a comunhão dos povos, o que fica registrado no seguinte trecho: “É importante nos conscientizarmos de que vivemos num mundo globalizado, onde o reconhecimento da interdependência é regra fundamental para o bem-estar das pessoas e a comunhão dos povos”. Os editorialistas procuram cativar seu público-alvo argumentando sobre os benefícios, bem como afirmando que não deve haver valores culturais superiores uns aos outros. Com a argumentação, valoriza positivamente por meio do segmento: “regra fundamental para o bem-estar das pessoas e a comunhão dos povos”. A comissão editorial utiliza o pronome “nós” para incluir o leitor, convidando-o a continuar a leitura do editorial e, nesse sentido, conseguir a sua adesão à afirmação “refletir sobre as dificuldades de se conviver com as diferenças”. Reforça também a valoração negativa a respeito da seguinte frase “superioridade dos valores culturais”; além do uso do verbo “negando”, a fim de destacar seu posicionamento.
--	--

4º Editorial n. 554

APRESENTAÇÃO A bengala talvez seja um dos instrumentos que mais identifica as pessoas cegas, por isso exerce, ao mesmo tempo, os papéis de heroína e vilã. Ela garante uma boa orientação, protege de diversos acidentes, permite que os transeuntes saibam que uma pessoa cega se aproxima, podendo assim oferecer ajuda. No entanto, nem todos os cegos se sentem à vontade com esta identificação.	Na apresentação, observa-se a construção da argumentação empregando a terceira pessoa do singular, a fim de transmitir uma informação ao seu leitor sem se responsabilizar pelo fato. A orientação argumentativa é desenvolvida por meio do operador “mais”, no intuito de demonstrar o item mais evidente de uma escala de intensidade, por meio do seguimento textual: “A bengala talvez seja um dos instrumentos que mais identifica as pessoas cegas”. O <i>ethos</i> institucional utiliza-se do operador “por isso” para indicar uma conclusão acerca do seguinte argumento: “por isso exerce, ao mesmo tempo, os papéis de heroína e vilã”. Evidencia a metamorfose da bengala para “heroína” e “vilã”, continuando sua argumentação ancorada em crenças, julgamentos e valores afetivos individuais e sociais. Visando demonstrar seu posicionamento, ancora uma valoração positiva por meio do seguimento “Ela garante uma boa orientação, protege de diversos acidentes, permite que os transeuntes saibam que uma
--	--

	pessoa cega se aproxima, podendo assim oferecer ajuda”. O <i>ethos</i> institucional utiliza os seguintes verbos: “garante”, “protege”, “permite”, “saibam” e “realçando”. Com os três primeiros, procura transmitir segurança e, com os dois últimos, busca tornar visíveis os invisíveis. Os termos “boa”, “diversos” e “ajuda” reafirmam a valoração positiva para o uso da bengala. Mas operador argumentativo “no entanto”, no início da frase, demonstra uma conclusão contrária, já que “nem todos os cegos se sentem à vontade com esta identificação”; neste caso, a valoração é negativa devido às crenças, atitudes e julgamento individuais e sociais afetivos. O operador “nem” demarca um acréscimo ao primeiro seguimento e explicita uma escala de totalidade de que alguns não se utilizam da bengala sob a justificativa de que não querem ser percebidos pelos outros grupos sociais.
--	---

5º Editorial n. 556

APRESENTAÇÃO Mas eu não quero...	Na apresentação, o <i>ethos</i> institucional destaca: “mas eu não quero”. O operador argumentativo, “mas” é empregado com o intuito de ressaltar uma estratégia de suspense; o “não” para expressar sua convicção; e o verbo “querer” – na primeira pessoa do singular – para transmitir uma imagem negativa da diferença entre o idealizado e a realidade. O <i>ethos</i> institucional, implicitamente, forma a representação social do leitor como “o diferente”, em relação às características eleitas socialmente como ideais.
---	---

Na primeira apresentação, o nós refere-se ao *ethos* institucional, *RBC* e *IBC*, que destacam a importância da inclusão escolar; Na segunda apresentação, observa-se que há um destaque da data em relação ao *IBC*, mas somente para as pessoas cegas, demonstrando um distanciamento entre o *ethos* institucional e seu leitor. A inclusão somente se refere a elas, como também, afirma que apenas em determinadas áreas. Nota-se que há uma separação e distanciamento por parte do *ethos* institucional em relação ao grupo de leitores da revista; Na terceira apresentação, o *ethos* institucional apoia-se na intertextualidade para defender seu posicionamento, inclui o pronome pessoal e os verbos – conscientizarmos, vivemos - na primeira pessoa do plural com o intuito de incluir seu público alvo na defesa da interdependência. Novamente, há uma demonstração de uma lacuna formada pelo *ethos* institucional com relação à pessoa com deficiência, que precisa da visibilidade da bengala para que o grupo minoritário seja visto; na quinta apresentação, o *ethos* institucional procura provocar o interesse de seu leitor em iniciar a leitura do editorial e demonstrar seu posicionamento.

O *ethos* institucional constrói a representação social de seu leitor de diferenciado, dependente da inclusão e que ocupa um lugar de distanciamento do grupo social dominante

DESENVOLVIMENTO

D1. O setor acadêmico do MEC tem discutido, exaustivamente, a inclusão escolar, havendo já optado pela matrícula obrigatória das crianças com deficiência, desde os 4 anos de idade, nas chamadas escolas regulares, reservando as denominadas escolas especiais para os programas de Atendimento Educacional Especial (o conhecido AEE), que incluiriam aquelas com deficiências severas.

D2. Já há algum tempo, o IBC foi classificado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao MEC, inicialmente nesta categoria de atendimento escolar, o que provocou forte reação dos pais, de grande parte dos professores e parcela significativa da opinião pública, levando-os a se mobilizarem na defesa do IBC e do INES como escolas de currículos comuns aos das demais, apenas com as preocupações e especificidades do Ensino para as crianças cegas, de baixa visão ou surdas.

D3. A desconstrução desta ideia de inclusão escolar deve ser a prioridade natural de quem pensa uma educação de qualidade para todos, indistintamente. Tanto o IBC e o INES, como Instituições Federais de

Em D1, o *ethos* institucional destaca que “O setor acadêmico do MEC tem discutido, exaustivamente, a inclusão escolar, havendo já optado pela matrícula obrigatória das crianças com deficiência, desde os 4 anos de idade”. Sua argumentação se desenrola com o uso do advérbio “exaustivamente”, comprovando a importância do tema e desenvolvendo uma imagem positiva ancorada em crenças, valores e atitudes sociais e individuais sobre a imagem positiva do estudo, ao mesmo tempo em que desenvolve uma imagem negativa do órgão federal por incluir a matrícula obrigatória que, explicitamente, indica um poder que todos devem acatar, sem distinções. No próximo segmento textual, é registrado: “nas chamadas escolas regulares, reservando as denominadas escolas especiais para os programas de Atendimento Educacional Especial (conhecido AEE), que incluiriam aquelas com deficiências severas”. As escolas especiais são assim classificadas por apresentar funções diferenciadas em relação às das escolas regulares.

Em D2, há uma argumentação do antes e do depois. O operador argumentativo “já” evidencia uma mudança de estado: antes não era uma escola especial, e, em um determinado momento, foi classificada como tal, ancorada nas diferentes funções. Essa argumentação apresenta uma escala gradativa entre a escola regular e as escolas especiais, ancorada em crenças, valores e atitudes individuais e sociais discriminatórios e estigmatizados em relação ao instituto e a seus pares. Sob esse contexto, o *ethos* institucional procura conduzir seu leitor nesse preito, em busca de sua adesão, expressando que “provocou forte reação dos pais, de grande parte dos professores e parcela significativa da opinião pública”, o que os levou “a se mobilizarem na defesa do IBC e do INES como escolas de currículos comuns aos das demais, apenas com as preocupações e especificidades do Ensino para as crianças cegas, de baixa visão ou surdas”. Verifica-se que o *ethos* institucional utiliza uma escala valorativa no que se refere aos apoios recebidos, iniciando com os pais, depois, a categoria dos professores e, por fim, chega à opinião pública, no intuito de demonstrar uma imagem positiva do instituto ancorada e objetivada por este ser construtor da inclusão e detentor intelectual sobre as pessoas com deficiência visual. Essa defesa se deu por terem os institutos “currículos comuns aos das demais”; há o uso de outro operador – “apenas” – para mostrar uma escala de afirmação da negação da totalidade: “apenas com as preocupações e especificidades do Ensino para as crianças cegas, de baixa visão ou surda”.

Em D3, observa-se que a comissão editorial concebe uma imagem negativa sobre a inclusão (referente ao ano de 2014), ancorada nos valores e atitudes dos especialistas do IBC. Utiliza a argumentação para defender o papel educacional dos institutos e o direito

Ensino, quanto as entidades privadas, que desempenham idêntico papel no oferecimento da escolaridade às pessoas com deficiência, devem ser preservados, pelo respeito ao direito de as famílias escolherem o ambiente educacional desejável para os filhos, garantindo-se, assim, seu espaço próprio e permitindo a coexistência pacífica dos dois modelos escolares, igualmente importantes. D4. Como se pode depreender do exposto, não basta matricular uma criança com deficiência numa escola regular; ela terá de sentir-se incluída em suas dependências e com os colegas de classe. D5. Recentemente, a Associação dos Ex-Alunos e a Associação de Docentes do Instituto Benjamin Constant, a Sociedade Pró-Livro Espírita em Braille e o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar do Cego subscreveram e enviaram à Senhora Diretora-Geral do Instituto, Maria Odete Santos Duarte, também Presidente do Conselho Diretor, órgão colegiado da Instituição, documento informativo sobre o atual projeto político para a educação inclusiva, solicitando-lhe fosse ele reenviado ao referido Conselho, para um posicionamento quanto à importância e abrangência de seu conteúdo. D6. O Conselho, partilhando a preocupação das entidades de cegos, elaborou com elas um documento encaminhado aos senadores da República, propondo a preservação das escolas especializadas, tendo em vista a proximidade da votação da Meta 4, integrante do Plano Nacional de Educação (PNE), a vigorar até o ano de 2020. D7. Um outro ponto abordado na produção do texto foi o de alterar a faixa etária de quatro para zero ano, já que este período é essencial para o início do processo do desenvolvimento educacional de toda e qualquer criança, sem excluir aquela com deficiência visual. D8. Propôs-se, ainda, que seja mantida na redação final, transcrita no parágrafo seguinte, a expressão "preferencialmente nas escolas regulares", relativamente às matrículas. D.9. Meta 4: "universalizar, para a população de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos	da família na escolha da escola adequada para seus filhos, estando ancorado em crenças, valores, opiniões emocionais e desejos sociais. Reafirma com o uso dos adjetivos “desejável, próprio, pacífica e importantes”; e o articulador modaliza o texto com o emprego do advérbio “igualmente”. Em D4, no seguinte segmento textual: “como se pode depreender do exposto, não basta matricular uma criança com deficiência numa escola regular; ela terá de sentir-se incluída em suas dependências e com os colegas de classe”, o <i>ethos</i> institucional desenvolve uma imagem negativa das escolas regulares, ancorada em crenças, opiniões e atitudes sobre o desconhecimento específico que ela possui; ou seja, o intuito é direcionar e cativar o leitor a seu favor, por meio de uma prévia conclusão acerca da argumentação. Em D5, observa-se que as entidades mencionadas consideram o IBC uma instituição de confiança ao demarcar seu posicionamento em relação à inclusão escolar. O <i>ethos</i> institucional utiliza os substantivos “importância e abrangência” para externar uma imagem positiva ancorada nas crenças, valores, atitudes, julgamentos e desejos sociais e individuais das entidades em relação ao IBC, pois esse instituto, culturalmente, possui uma representação, por ser patrimônio intelectual e sólida instituição. Para tanto, D6, D7, D8, o <i>ethos</i> institucional subdivide as propostas, a fim descrever as ações demarcadas pelo IBC e apoiada pelas entidades solicitantes. Em D6, o <i>ethos</i> institucional argumenta ancorando-se na imagem positiva do IBC, construída pelas entidades a respeito de ser uma escola inclusiva para “a preservação das escolas especializadas”. Em D7, é mantida a valoração positiva do instituto em defesa da alteração etária, argumentando com um conteúdo pressuposto de que “este período é essencial para o início do processo do desenvolvimento educacional de toda e qualquer criança, sem excluir aquela com deficiência visual”, ao mesmo tempo em que se mantém distante, não se inserindo na informação. É utilizado o operador argumentativo “já que” visando justificar o enunciado anterior, a fim de reforçar a proposta de continuidade das instituições federais de ensino. Em D8, o <i>ethos</i> institucional argumenta acerca da opção de escolha por parte dos pais, ancoradas nas crenças, valores, opiniões emocionais e desejos sociais e individuais, ao mesmo tempo em que reforça a continuidade da existência das escolas especializadas. Em D9, é transcrita a redação final do documento enviado aos Senadores da República, em que se percebe que o <i>ethos</i> institucional mantém a defesa da RBC. Para dar continuidade, faz-se necessário um preâmbulo a respeito da meta 4, quando foi regulamentada pelo Plano Nacional de Educação, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional referente ao período de 2014 a 2024, por meio da Lei nº 13.005, de 2014.
---	--

ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados."	Pontuam-se, de forma apenas indicativa, as Leis e os Decretos que impulsionaram o desenvolvimento da inclusão da pessoa com deficiência visual. O início se deu com a Lei nº 8069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), versando sobre o atendimento educacional especializado às crianças com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1994, houve a Política Nacional de Educação Especial, que colocava a integração instrucional somente aos alunos com deficiência que possuísem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares. Em 1996, foi implementada a Lei nº 9394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que trouxe consigo o atendimento por parte de serviços de apoio especializado na escola regular. Em 1999, há o Decreto nº 3.298 – referente à Lei nº 78531, de 1989 – que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no contexto socioeconômico, considerando que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Em 2001, há a Lei nº 10.175, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), colocando a Educação Especial como modalidade de Educação Escolar em todos os níveis de ensino. Em 2001, a Resolução CNE/CEB nº 2 traz o texto do Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, recomendando que as matrículas sejam estendidas a todos os alunos, inclusive os educandos com necessidades educacionais especiais. Em 2002, há a Resolução CNE/CP nº 1, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, graduação plena em Educação Especial. Em 2002 ainda, é sancionada a Lei nº 10.436, que reconhece como meio legal a comunicação e expressão pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Em 2006, há o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que expressa a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas. Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no âmbito da Educação Inclusiva, abrangendo a infraestrutura de acessibilidade nas escolas. Ainda em 2007, é aprovado o Decreto nº 6094, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do MEC, que apregoa a inclusão do aluno com deficiência no sistema público de ensino. Em 2008, há a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que busca promover uma educação de qualidade para todos os alunos. Em 2011, há o Decreto nº 7611, que estipula que a Educação Especial é de ensino gratuito e compulsório. Ainda em 2011, foi aprovado o Decreto nº 7.480, que vincula a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Em 2012, a Lei nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoas com Transtorno do Espectro
---	---

D10. O texto foi aceito no Senado com a expressão "preferencialmente em escolas regulares", porém com faixa etária a partir dos 4 anos. Aguardamos, para 2015 e com muita expectativa, a votação desta matéria na Câmara, onde por certo será objeto de grande embate político pelos que fazem contraponto à proposta já aprovada. D11. Há um princípio basilar a ser acentuado no processo de inclusão das pessoas com deficiência: Uma Escola Inclusiva reclama uma sociedade igualmente inclusiva. O Instituto Benjamin Constant não tem feito outra coisa, ao longo de sua trajetória educacional, senão incluir suas crianças e seus adolescentes, seja na escola dita regular, forjando futuros cidadãos, seja no mercado de trabalho, como profissionais, consumidores e contribuintes, seja na vida em comunidade.	Autista. Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) ressalta a ênfase na meta 4, preferencialmente, na escola regular. E, ainda em 2014, há o Plano Nacional de Educação, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2021, por meio da Lei nº 13.005, de 2014. Esse sucinto panorama foi registrado visando contextualizar a época em que foi publicado tanto o editorial da edição número 532 quanto o documento que é ressaltado no corpo textual. Nesse sentido, retorna-se, agora, às análises. Em D10, há o seguinte segmento: “O texto foi aceito no Senado com a expressão ‘preferencialmente em escolas regulares’, porém com faixa etária a partir dos 4 anos”. E prossegue: “Aguardamos, para 2015 e com muita expectativa, a votação desta matéria na Câmara, onde por certo será objeto de grande embate político pelos que fazem contraponto à proposta já aprovada”. A argumentação acima é realizada sobre dois itens: “O texto foi aceito no Senado com a expressão “preferencialmente em escolas regular””, em que <i>ethos</i> institucional evidencia o aceite de acordo com o pedido dos responsáveis das crianças com deficiência visual; e no trecho “porém com faixa etária a partir dos 4 anos”, em que utiliza o operador argumentativo “porém”, que expressa uma contrajunção, a fim de ressaltar que não houve responsabilidade por parte do Instituto, como também não houve um engajamento na decisão do Senado, ancorada em uma imagem negativa. No seguinte segmento textual: “Aguardamos, para 2015 e com muita expectativa, a votação desta matéria na Câmara, onde por certo será objeto de grande embate político pelos que fazem contraponto à proposta já aprovada”, a comissão editorial argumenta uma imagem positiva acerca da futura mudança, por meio dos advérbios “muito”, “certo” e do adjetivo “grande”. Em D11, o <i>ethos</i> institucional argumenta que “Há um princípio basilar a ser acentuado no processo de inclusão das pessoas com deficiência”, com o intuito de demonstrar o engajamento na proposição, utilizando o adjetivo “basilar”, bem como o verbo “acentuado”, para formar uma imagem positiva ancorada nas crenças, valores e atitudes sociais e individuais. Também há o registro do segmento textual: “. Neste ponto, o <i>ethos</i> institucional constrói sua argumentação sobre a imagem positiva da escola inclusiva; contudo, não deixa de ressaltar a necessidade de a sociedade também ser inclusiva. Reafirma a imagem positiva do IBC por esse realizar, desde o início de sua trajetória, a inclusão de seus estudantes, indistintamente nas diversas esferas sociais.
--	---

DESENVOLVIMENTO

D1. Nossos leitores não precisam assustar-se! Não seremos enfadonhos e piegas. A despeito da importância dos fatos do passado, pretendemos revivê-los apenas como forma de reverenciar o protagonismo de personalidades cegas que, graças à persistência, lograram conquistar seu espaço, utilizando-se do IBC para se afirmarem como pessoas, como membros integrados a uma comunidade, como trabalhadores em diferentes campos de atividade, pensando, sentindo e agindo, em busca de melhor qualidade de vida, para si e sua família, assim alcançando o *status* de cidadãos plenos de direitos.

D2. Observando o passado e vivenciando o presente de nossa instituição, podemos constatar que o IBC, mesmo contrariando as concepções e previsões acadêmicas notoriamente equivocadas, prosseguirá desempenhando seu papel de construtor da inclusão, servindo como fonte de água ainda limpa, livre dos vírus e bactérias dos ganhos fáceis de organizações pouco exemplares.

D3. Desta água corrente do saber, traduzido pelo valioso patrimônio intelectual de que o IBC é detentor há mais de um século e meio, por certo muitas instituições similares e as chamadas escolas regulares, públicas e privadas, beberão, naturalmente.

D4. Parece-nos que, hoje, o termo "inclusão" se transformou em algo midiático, uma espécie de modismo, tornando-se lugar-comum. A ideia nada tem de moderna; é antiga, sedutora, incontestável, imprescindível! Quem, em sã consciência, pode combatê-la?

Em D1, inicia-se com o trecho: “Nossos leitores não precisam assustar-se! Não seremos enfadonhos e piegas”. O “nós” utilizado se refere aos componentes da comissão editorial e da RBC, a fim de expressar uma divisão entre o *ethos* institucional e o grupo minoritário de seus leitores, aquele conduzindo esses a aderir às proposições feitas.

O próximo segmento, nele o *ethos* argumenta que, antes do IBC, a pessoa sem visão não era considerada pessoa, ou seja, era excluída da comunidade, não era produtiva e tampouco considerada como ser pensante, sentimental e ativa. A premissa apresentada é, portanto, sobre a representação social do instituto como ator de ações protagonistas, sendo baseada nas crenças, valores e atitudes individuais e sociais daquele contexto.

Em D2, o *ethos* institucional compara o passado com o presente. Nesse sentido, desenvolve uma representação social do IBC como construtor da inclusão, com uma imagem positiva, e, também, com uma imagem negativa para as concepções e previsões a respeito do instituto pelo contexto social de seus pares. Reafirma, então, o seu posicionamento por meio do seguinte segmento textual: “notoriamente equivocadas”. O *ethos* institucional destaca que o instituto é uma “fonte de água ainda limpa, livre dos vírus e bactérias dos ganhos fáceis de organizações pouco exemplares”, acrescentando, assim, uma imagem negativa para aquelas julgadas contaminadas. Em D3, está expresso: “Desta água corrente do saber, traduzido pelo valioso patrimônio intelectual de que o IBC é detentor há mais de um século e meio, por certo muitas instituições similares e as chamadas escolas regulares, públicas e privadas, beberão, naturalmente”. O *ethos* institucional dá continuidade à imagem positiva do instituto, por esse ter persistido ao longo de um século e meio em construir seu patrimônio intelectual, que somente ele pode proporcionar essa fonte, a fim de que “muitas instituições similares e as chamadas escolas regulares, públicas e privadas, beberão, naturalmente”. O *ethos* institucional edifica a representação social do instituto como órgão inclusivo e, as outras escolas similares, como dependentes.

Em D4, a comissão editorial expressa que: “Parece-nos que, hoje, o termo ‘inclusão’ se transformou em algo midiático, uma espécie de modismo, tornando-se lugar-comum. A ideia nada tem de moderna; é antiga, sedutora, incontestável, imprescindível! Quem, em sã consciência, pode combatê-la?”. O *ethos* institucional constrói aqui sua argumentação por meio da proposição: “a inclusão se transformou em algo midiático, uma espécie de modismo, tornando-se lugar-comum”, empregada para expressar um posicionamento contrário; assim como também utiliza o adjetivo “midiático” para se referir aos meios de comunicação e à divulgação acerca de tal tema como algo inédito. O *ethos* institucional, por meio de adjetivos, como “antiga”, mostra a inverdade dos

D5. Hoje ela vestiu-se de nova roupagem ideológica, tendo como fundo o pragmatismo econômico que sentencia que as chamadas "escolas especiais" são impregnadas de um viés segregador, assim perdendo a razão de continuarem existindo como escolas.	fatos, e “sedutora”, “incontestável”, “imprescindível!” demarca a definição ostentada pelo IBC, de maneira a evidenciar uma ancoragem da longevidade do instituto, tornando visível seu protagonismo sobre o tema, e, ao mesmo tempo, cativando seu leitor a aderir ao posicionamento exposto. Em D5, o <i>ethos</i> institucional enfatiza “Hoje ela vestiu-se de nova roupagem ideológica, tendo como fundo o pragmatismo econômico que sentencia que as chamadas ‘escolas especiais’ são impregnadas de um viés segregador, assim perdendo a razão de continuarem existindo como escolas”. Assim, observa-se que a argumentação se dá em torno da ancoragem de uma imagem negativa para a atual inclusão (referente ao ano de 2014), destacando que, sob a ótica ideológica e do pragmatismo econômico, as instituições educacionais são consideradas escolas especiais, o que evidencia uma discriminação por parte da esfera federal. Por meio dessa argumentação, há o intuito de persuadir o leitor a assumir a defesa do instituto.
--	---

3º Editorial n. 542

DESENVOLVIMENTO D1. Infelizmente, cresce o número de casos de hostilidade, motivados pela não aceitação de ideias, comportamentos ou costumes alheios aos nossos, posição inadmissível, pois gera, muitas vezes, ações violentas, que diariamente ceifam vidas em toda parte. D2. As diferenças são desrespeitadas de várias maneiras, das mais veladas às mais agressivas, de que são exemplos: as piadas e os gracejos relacionados aos grupos sociais minoritários, a invisibilidade e consequente exclusão social da pessoa deficiente, a intolerância religiosa, a violência contra a mulher,	Em D1, ao empregar o advérbio “infelizmente”, marca uma valoração e um julgamento afetivo em relação aos argumentos anteriores. Ao mesmo tempo em que procura conduzir o leitor para apoiar sua proposição, constrói também sua argumentação quando pontua “cresce o número de casos de hostilidade”, valorizando-a negativamente, ancorados em valores, julgamentos e atitudes individuais e sociais. O desenrolar da argumentação demarca os motivos de tal posicionamento: “não aceitação de ideias, comportamentos ou costumes alheios aos nossos”. Nesse trecho, observa-se a presença do pronome possessivo “nossos”, referindo-se à comissão editorial e ao seu público-alvo. O próximo seguimento – “ideias, comportamentos ou costumes alheios aos nossos” – é usado para frisar aqueles como um único grupo diferenciado, sendo que os outros é que são os responsáveis pelas “ações violentas” e que “ceifam vidas”. O <i>ethos</i> institucional emprega o adjetivo “inadmissível” para frisar seu posicionamento e demonstrar uma valoração negativa, ancorado em atitudes e pelos valores culturais. Em D2, o <i>ethos</i> institucional afirma: “as diferenças são desrespeitadas de várias maneiras, das mais veladas às mais agressivas”. O intuito é introduzir uma escala de importância: iniciando com as veladas – que estão escondidas – chegando até às mais agressivas – explícitas. Observa-se aqui o uso da terceira pessoa do plural para descrever as ações, também em escala de importância, ao mencionar: “as piadas, os gracejos aos grupos sociais minoritários até a invisibilidade,
--	---

física ou por discriminação profissional, o *bullying* e as guerras.	provocando a exclusão social da pessoa deficiente, intolerância religiosa, a violência contra a mulher – física ou por discriminação profissional, o <i>bullying</i> e as guerras”. Há a ausência do pronome “nós” representativo do <i>ethos</i> institucional e do leitor, o que destaca, portanto, que o <i>ethos</i> é diferenciado, que não pertence ao contexto, já que se eximindo de sua participação social. O <i>ethos</i> institucional apresenta uma valorização negativa para a frase “as piadas e os gracejos” relacionados aos grupos sociais minoritários, sendo aqueles ancorados em estigmas, estereótipos, crenças e julgamentos sociais e individuais. No trecho “a invisibilidade e consequente exclusão social da pessoa deficiente”, o <i>ethos</i> institucional constrói sua argumentação iniciando pelo termo “invisibilidade”, relatando uma valoração negativa de tal ação que resulta na exclusão social do deficiente e acrescentando uma conclusão: a exclusão social do deficiente visual. Mantém sua argumentação por meio dos trechos “intolerância religiosa”, “a violência contra a mulher, física ou por discriminação profissional, o <i>bullying</i> e as guerras”, de maneira a construir uma escala argumentativa da mais simples – piadas e gracejos – até as mais complexas – <i>bullying</i> e guerra.
---	--

4º Editorial n. 554

DESENVOLVIMENTO D1. Arriscamo-nos a dizer que muitas pessoas preferem não se locomover sozinhas para não serem vistas com uma bengala ou aventuram-se a sair sem ela, tornando-se vítimas de acidentes facilmente evitáveis. D2 No caso das pessoas com baixa visão, tudo parece ainda mais confuso. A sociedade, desinformada, não entende que esses indivíduos também precisam de ajuda e eles, por sua vez, sentem-se constrangidos em pedi-la. D3. O que motivaria esse tipo de atitude? Vergonha pela deficiência? Vergonha por precisar de ajuda? Um sentimento de inferioridade por ser cego ou pessoa com baixa visão?...	Em D1, encontra-se: “Arriscamo-nos a dizer que muitas pessoas preferem não se locomover sozinhas para não serem vistas com uma bengala ou aventuram-se a sair sem ela, tornando-se vítimas de acidentes facilmente evitáveis”. O <i>ethos</i> institucional se utiliza da terceira pessoa do plural para se referir à comissão editorial, discorrendo sobre uma opinião, isentando-se do contexto, não assumindo, implicitamente, tal proposição. No próximo seguimento textual – “que muitas pessoas preferem não se locomover sozinhas para não serem vistas com uma bengala ou aventuram-se a sair sem ela, tornando-se vítimas de acidentes facilmente evitáveis” – é realçada a dependência de seu público-alvo em relação aos seus familiares, para, dessa forma, não perder a invisibilidade. Assim, constrói uma imagem negativa em relação ao não uso da bengala, ancorada na dependência do outro. Em D2, o <i>ethos</i> institucional dá destaque à frase “no caso das pessoas com baixa visão, tudo parece mais confuso”, ancorado em crenças, valores e atitudes sociais e individuais de que o deficiente com baixa visão não necessita da bengala para se locomover. Em D3, é expresso: “A sociedade, desinformada, não entende que esses indivíduos também precisam de ajuda e eles, por sua vez, sentem-se constrangidos em pedi-la.” A comissão editorial constrói sua argumentação a fim de atenuar e justificar não só o motivo do desconhecimento da sociedade, como
--	--

	para abranger as diferenças. Mas diferença não é deficiência, pois segundo o Decreto nº 3298, de 1999, que regulamenta a Lei nº 7853, de 1989, a definição de deficiência é: “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Outro adendo define a deficiência permanente como sendo “aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos”. E a incapacidade é classificada como uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999, p. 6) O <i>ethos</i> institucional edifica sua argumentação por meio do seguinte segmento textual: “É nosso direito estar no mundo, utilizar os instrumentos necessários para nosso melhor desenvolvimento, sem nenhuma vergonha; se exercermos esse direito, com o tempo, a sociedade mudará seus conceitos.” Assim, com o uso do pronome possessivo “nosso” e do verbo “se exercermos”, o <i>ethos</i> marca sua participação no contexto, e com os adjetivos “necessários” e “melhor”, demarca uma valoração positiva ancorada em crenças, valores e atitudes individuais e sociais. O <i>ethos</i> registra seu posicionamento de que a pessoa com deficiência visual não deve sentir vergonha, além de destacar a valoração afetiva e convidar o leitor a aceitar e exercer esse direito, além de realçar a importância do tempo na alteração dos conceitos sociais.
--	---

5º Editorial n. 556

DESENVOLVIMENTO D1. É o que mais ouvimos quando algo sai diferente do mundo maravilhoso que alguém projetou. É o que mais se ouve quando alguma consequência, muitas vezes até natural e esperada, parece surpreender alguém, e então nos perguntamos se tudo na vida é questão de querer.	Em D1, lê-se: “É o que mais ouvimos quando algo sai diferente do mundo maravilhoso que alguém projetou”. Aqui o <i>ethos</i> institucional usa uma escala valorativa “mais” para confirmar a informação. Observa-se que foi formada uma imagem negativa acerca do mundo real por não corresponder ao desejado. No próximo segmento, “É o que mais se ouve”, o <i>ethos</i> utiliza uma escala valorativa “mais” e o verbo na terceira pessoa do singular – “ouve” – para demonstrar que não partilha da afirmação. O próximo trecho, “quando alguma consequência, muitas vezes até natural e esperada, parece surpreender alguém”, foi utilizado para demonstrar uma consequência no mundo real que não se deseja, dessa forma, constrói uma imagem negativa da consequência real, daquela não desejada e não aceita, que o desejoso não quer assumir. No próximo segmento textual, “muitas vezes
---	--

D2. Desejamos coisas sempre maravilhosas: ter filhos, ganhar muito dinheiro, sermos belos e elegantes, conseguirmos o homem ou mulher dos nossos sonhos -- de preferência sem ter que ceder em nada em favor dele(a).	meio de um eufemismo, a fim de justificar a não aceitação da realidade, além de transmitir a opinião do <i>ethos</i> institucional e de conduzir à adesão por parte de seu público-alvo. Em “parece surpreender alguém”, o <i>ethos</i> procura expressar uma justificativa acerca da não aceitação da realidade. No próximo trecho, “e então nos perguntamos se tudo na vida é apenas uma questão de querer”, o <i>ethos</i> institucional registra: o articulador discursivo “então” para realizar a introdução de um enunciado de valor conclusivo; o pronome “nos”, salientando o seu envolvimento na proposição; o “se”, com o intuito de aventar possibilidades; o operador argumentativo “tudo”, objetivando afirmar a totalidade; e o operador argumentativo de mínimo – “apenas”. Assim, as proposições são utilizadas para conquistar o leitor, mesmo tendo ciência de que o seu público-alvo é estigmatizado no contexto social; assim, convida-o para refletir sobre as consequências do mundo real, e, ao mesmo tempo, procura conscientizá-lo acerca de seu papel de “diferente”, como também de “alvo da responsabilidade de outrem”. Em D2, o <i>ethos</i> institucional expressa: “Desejamos coisas sempre maravilhosas: ter filhos, ganhar muito dinheiro, sermos belos e elegantes, conseguirmos o homem ou mulher dos nossos sonhos - de preferência sem ter que ceder em nada em favor dele(a)”. Na primeira oração deste excerto, o <i>ethos</i> institucional, novamente, inclui o leitor em sua argumentação com o intuito de conquistá-lo e conduzi-lo a aceitar tal proposição, e o faz pelo registro: do verbo “desejamos”, conjugado na primeira pessoa do plural; do advérbio “sempre”, para confirmar a frequência em que ocorre; e do adjetivo “maravilhosas”, objetivando evidenciar que tudo que não se encaixa nessa ótica possui uma imagem negativa ancorada em crenças, valores, julgamentos, estigmas e estereótipos individuais e sociais. Na segunda oração, nota-se que em “ter filhos”, o <i>ethos</i> institucional constrói sua argumentação com uma imagem positiva da função materna e paterna, e de uma imagem negativa do casal sem filhos, ancorada em crenças, valores e desejos afetivos. Na terceira oração, “ganha muito dinheiro”, a estratégia argumentativa é concebida com uma imagem positiva do dinheiro, além de frisar isso com o operador argumentativo “muito”, de modo que, implicitamente, expõe-se que ganhar pouco dinheiro não é algo valorizado pelo contexto individual e social. Em “sermos belos e elegantes”, o <i>ethos</i> institucional pontua sobre a aparência física e social, por meio dos adjetivos “belos” e “elegantes”, com o intuito de transmitir os padrões sociais vigentes, ao mesmo tempo em que destaca que seu público-alvo não se enquadra nesse contexto. Na quinta oração, há a estratégia argumentativa sobre “conseguirmos o homem ou a mulher dos nossos sonhos”; aqui, o <i>ethos</i> institucional envolve o leitor enfatizado pelo verbo na primeira pessoa do plural, incluindo-o nessa proposição, o que é reafirmado pelo uso do pronome possessivos no plural “nossos”. Assim como expressa
--	--

D3 E não há a menor chance de sermos responsabilizados pro nada de errado nesses processos. O dinheiro tem de vir sem muito trabalho os filhos não podem ficar doentes, chorar à noite, precisar de auxílio para o dever de casa, nem mesmo requerer nossa atenção; o príncipe dos sonhos tem que ser bonito, cheio do dinheiro, valorizar a gente, aceitar todas as nossas condições e aí dele se tiver um momento “sapo” na vida! Está barrado para sempre. Com a mulher não é diferente. D4. Talvez falte em nós a maturidade suficiente para lidarmos com as dificuldades. Nada que se conquista é fácil. Não existe busca sem consequência. O dinheiro adquirido sem trabalho pode ter uma origem ilícita e se assim não for, se tiver sido ganho na loteria, por exemplo, torna-nos pessoas visadas e é preciso refletir com responsabilidade sobre o que fazer com ele para não perdermos, em dois tempos, o que amealhamos com tanta rapidez. Do contrário, o trabalho é a única opção.	uma imagem positiva do homem e da mulher, ao desenvolver uma imagem negativa dos que não possuem esses atributos, implicitamente, enquadrando o seu público-alvo sob esse prisma. Na sexta oração, “de preferência sem ter que ceder em nada em favor dele(a)”, a comissão editorial utiliza: o “sem”, articulador de relação de modo semântico; o “não”, articulador meta-discursivo; “preferência”, para indicar a avaliação da situação anterior; e o operador “nada”, para afirmar uma negação da totalidade. O <i>ethos</i> institucional, visando discorrer sobre essas proposições, utiliza-se do quarto, quinto e sexto parágrafos. Em D3, o <i>ethos</i> institucional evidencia a responsabilidade e as especificidades eleitas em “nosso” mundo idealizado. Na primeira oração, “então não há a menor chance de sermos responsabilizados por nada de errado nesses processos”, usa: o operador argumentativo “não” para demarcar sua negação; “menor”, de uma escala valorativa; “sermos”, verbo na primeira do plural, para incluir o leitor em seus dizeres; e adjetivo “errado”, para destacar a não responsabilidade pela ocorrência do não idealizado ancorado em julgamentos, atitudes e desejos sociais e individuais. Na próxima oração, “O dinheiro tem de vir sem muito trabalho”, o <i>ethos</i> institucional constrói uma imagem positiva do dinheiro, ancorado em crenças e valores sociais, ao mesmo tempo em que desenvolve uma imagem negativa do trabalho, por meio da preposição “sem” e do advérbio “muito”. No seguinte recorte, “os filhos não podem ficar doentes, chorar à noite, precisar de auxílio para o dever de casa, nem mesmo requerer nossa atenção”, a argumentação desenvolvida é sobre o contexto familiar ideal, em que o <i>ethos</i> institucional conduz o leitor a aderir às proposições, e, implicitamente, demonstra os percalços do não idealizado. Em “O príncipe dos sonhos tem que ser bonito, cheio do dinheiro, valorizar a gente, aceitar todas as nossas condições e aí dele se tiver um momento ‘sapo’ na vida. Está barrado para sempre. Com a mulher não é diferente”, há uma referência ao universo dos contos de fada que revela os sentimentos universais em busca de um final feliz, ancorada em crenças, valores, julgamento, atitudes e opiniões sociais e individuais, que apresenta singularidades especiais, com aparência agradável, riqueza, valorização do outro e que, na relação do casal, assume o papel passivo; implicitamente, isso revela o posicionamento do <i>ethos</i> institucional em relação aos diferentes papéis. No próximo segmento, “aí dele se tiver um momento ‘sapo’ na vida”, mostra uma imagem negativa acerca da mudança ou transformação do sujeito da relação conjugal; e, no próximo trecho, “Está barrado para sempre. Com a mulher não é diferente”, o <i>ethos</i> utiliza o adjetivo “barrado” e o advérbio “sempre” com o intuito de apresentar a opinião da comissão editorial. Em D4, observa-se que o <i>ethos</i> institucional demarca: “Talvez falte em nós a maturidade suficiente para
---	---

D5. Filhos são pessoas e não bonecas com as quais brincamos e que colocamos na estante quando nos cansam. Eles querem ser amados, precisam de atenção, bronca, um olhar especial, carinho e cada um é diferente do outro. Portanto, é normal que deem trabalho.	lidarmos com as dificuldades”. Por meio do advérbio “talvez”, procura indicar uma tendência e demarcar um eufemismo da não aceitação das consequências do mundo real; assim, procura incluir o leitor para expressar que o responsável talvez seja a falta de maturidade, estando ancorado em estigmas, estereótipos e discriminações sociais e individuais presentes no contexto social. No próximo trecho, “Nada que se conquista é fácil”, há uma intertextualidade, ao se demonstrar uma valoração na construção do argumento, o que relembra Cícero, advogado, escritor, filósofo e cônsul: “não há nada que não se consiga com a força de vontade, a bondade e, principalmente, com o amor” (SANTOS; SANTOS, 1969). Já no segmento textual “Não existe busca sem consequência”, o <i>ethos</i> editorial expressa sua argumentação por meio do uso do “não” e de “sem”, demonstrando nesse percurso uma relação de causa e consequência e edificando uma imagem negativa da procura, ancorando-se em crenças, valores, atitudes e afetos sociais e individuais. No próximo recorte, lê-se: O dinheiro adquirido sem trabalho pode ter uma origem ilícita e se assim não for, se tiver sido ganho na loteria, por exemplo, torna-nos pessoas visadas e é preciso refletir com responsabilidade sobre o que fazer com ele para não perdemos, em dois tempos, o que amealhamos com tanta rapidez. Do contrário, o trabalho é a única opção. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 555, 2020) No segmento textual “O dinheiro adquirido sem trabalho pode ter uma origem ilícita e se assim não for, se tiver sido ganho na loteria, por exemplo, torna-nos pessoas visadas”, a argumentação é desenvolvida sobre o dinheiro recebido por meio da lotérica ou ilicitamente. O <i>ethos</i> institucional expressa que, dessa maneira, a consequência é a visibilidade de si e de seu leitor. No próximo segmento, “e, é preciso refletir com responsabilidade sobre o que fazer com ele para não perdemos, em dois tempos, o que amealhamos com tanta rapidez”, aconselha seu público-alvo a refletir sobre o dinheiro ganho de forma ilícita ou pela loteria, mas o <i>ethos</i> institucional não se envolve nessa ação. Um outro conselho é o aproveitamento dele – do dinheiro – para não o perder e, neste ato, inclui-se por meio do uso do verbo “perdemos”. O <i>ethos</i> institucional edifica uma imagem negativa do trabalho ancorada e objetivada por valores e desejos sociais e individuais, e, assim sendo, ele constrói uma imagem positiva do dinheiro recebido por meio da loteria ou de maneira ilícita, ancorada e objetivada em crenças ideais e atitudes sociais e individuais. Em D5, o <i>ethos</i> institucional constrói sua argumentação a respeito dos filhos, especificamente no seguinte recorte: “Filhos são pessoas e não bonecas com as quais brincamos e que colocamos na estante quando nos cansam. Eles querem ser amados, precisam de atenção, bronca, um olhar especial, carinho e cada um é diferente do outro. Portanto, é normal que deem trabalho”. O <i>ethos</i> institucional envolve sua argumentação na imagem positiva do
--	--

D6. Encontrar o parceiro ideal não pode ser sinônimo de achar alguém que pense igualzinho a nós. Sempre haverá pontos em que teremos de ceder, em que teremos de nos impor, em que ambos terão de ceder. O que nunca pode faltar é o respeito. E há o momento de cuidar do outro como gostaríamos de ser cuidados.	filho ativo no mundo real, ancorada em valores, julgamento e atitudes afetivas. Já no recorte textual “eles querem ser amados, precisam de atenção, bronca, um olhar especial, carinho e cada um é diferente do outro”, o <i>ethos</i> ressalta a necessidade de manter atitudes afetivas por meio do uso: dos verbos “querem ser amados” e “precisam”; dos substantivos “atenção”, “bronca” “olhar”, no sentido de percepção, “carinho”; e dos adjetivos “especial” e “diferente”. No próximo trecho, “Portanto, é normal que deem trabalho”, o operador argumentativo “portanto” inicia uma conclusão com relação às proposições elencadas, assim como também tenta manter o leitor efetivando sua leitura e sua aceitação dos argumentos apresentados pela comissão editorial. A evolução da argumentação está centrada na imagem positiva do filho ativo no mundo real, ancorada em valores, julgamentos e atitudes afetivas. O <i>ethos</i> institucional expressa ações afetivas por meio dos verbos “querem ser amadas”, “precisam” e dos substantivos “atenção”, “bronca”, “olhar”, no sentido de percepção, “carinho”, além dos adjetivos “especial” e “diferente”. Diversamente do quarto parágrafo, no qual se registram os verbos “não podem ficar”, “chorar à noite”, “precisar de auxílio”, “nem mesmo requerer”. Observa-se a necessidade de uma comparação entre esses parágrafos: no quarto, apresenta mais ações práticas; já no sexto, ações mais afetivas, demonstrando uma escola valorativa, ou seja, aqueles com imagem negativa e essa com imagem positiva. A argumentação está ancorada em crenças, valores, atitudes e opiniões individuais e sociais para poder justificar seu posicionamento, e, de forma implícita, apresenta seu público-alvo como um dos diferentes e não idealizados. O <i>ethos</i> institucional constrói a representação social desse seu público-alvo de “consequência do real”, ancorado e objetivado por crenças, valores individuais e sociais. Em D6, o <i>ethos</i> institucional edifica sua argumentação sobre o parceiro ideal: “Encontrar o parceiro ideal não pode ser sinônimo de achar alguém que pense igualzinho a nós. Sempre haverá pontos em que teremos de ceder, em que teremos de nos impor, em que ambos terão de ceder”. E complementa: “O que nunca pode faltar é o respeito. E há o momento de cuidar do outro como gostaríamos de ser cuidados.” O <i>ethos</i> institucional seleciona os verbos “encontrar”, “não pode ser”, “achar” e “pensar”, bem como os substantivos “parceiro” e “sinônimo” e o pronome indefinido, com o intuito de mostrar que o parceiro ideal está ancorado em crenças, valores e julgamentos afetivos, sociais e individuais. No próximo segmento, “Sempre haverá pontos em que teremos de ceder”, tem-se que: “sempre” é utilizado como operador argumentativo e demonstra uma frequência; “teremos”, verbo na primeira do plural, envolve o <i>ethos</i> e o leitor na obrigação de efetuar tal ação. Observa-se que, no segundo parágrafo, foi expresso o(a) parceiro(a) do mundo idealizado;
---	--

D7. Não existe vida sem objetivos a atingir e atingir essas metas sem arcar com as responsabilidades decorrentes torna o processo praticamente inviável. Por isso vemos tanta gente abandonando projetos pelo meio do caminho.	o sétimo, é apresentado o(a) parceiro(a) do mundo real, ou seja, aquele com uma imagem positiva, e, esse, com uma imagem neativa ancorada na exigência – ter – de se submeter, de submeter o outro ou ambos. No próximo recorte, “o que nunca pode faltar é o respeito”, uma escala valorativa de frequência é utilizada para construir a argumentação e expressar a opinião de que o respeito é essencial na aceitação dos obstáculos do mundo real. Nesse excerto, o <i>ethos</i> institucional constrói a representação social do leitor da revista como “passivo”, ancorado e objetivado por crenças, valores sociais e individuais. Em D7, a argumentação é desenvolvida por meio de uma conclusão: “Não existe vida sem objetivos a atingir e atingir essas metas sem arcar com as responsabilidades decorrentes torna o processo praticamente inviável. Por isso vemos tanta gente abandonando projetos pelo meio do caminho”. O <i>ethos</i> institucional realça que a responsabilidade é a resposta adequada para se evitar a inviabilidade do processo da vida, formando uma imagem positiva do desejo, e de aceitação da responsabilidade por não conseguir o mundo idealizado. O <i>ethos</i> institucional edifica a representação social de seu público-alvo como “não idealizado”, ancorado e objetivado pela diferença, assim, a família e a sociedade têm de aceitar a responsabilidade sobre ele.
---	--

No desenvolvimento do editorial n. 532, o *ethos* institucional disserta sobre a meta 4 em relação à preferência e à faixa etária, afirma que há vários opositores a essa ótica da inclusão da escola regular, e, ressalta a importância do IBC.

No desenvolvimento do editorial n. 534, o *ethos* institucional apresenta o IBC como “construtor da inclusão” e, as “escolas regulares” que se coloca com uma nova roupagem ideológica tendo por fundo o pragmatismo econômico, assim como, classifica as “escolas especiais” por meio de um “viés segregador”. O *ethos* institucional demonstra um distanciamento entre ele e o protagonismo de personalidades cegas, no caso, leitores da revista. No desenvolvimento do editorial n. 542, o *ethos* institucional expõe que as diferenças demonstram que a pessoa com deficiência visual é invisível e excluída socialmente. Ocorre uma separação dos leitores da revista e do *ethos* institucional.

No desenvolvimento do editorial n. 554, o *ethos* institucional, englobando a comissão editorial, o IBC, *RBC* e a Instituição Federal, dividindo-se em um grupo responsável pela revista e o outro grupo minoritário, os leitores. No final, apresenta as marcas linguísticas “somos” “percebemos” “nos atingem” procurando se aproximar de seus leitores, mas por meio da afirmação “deficiências, já que todos as temos”, compara deficiência com diferença, todavia esses termos são diferentes em sua conceituação.

No desenvolvimento do editorial n. 556, o *ethos* institucional comenta a diferença entre o mundo maravilhoso e o mundo real. Naquele, importa ter filhos perfeitos e saudáveis, ganhar dinheiro, ser belos e elegante, ter dinheiro sem muito trabalho, filhos não podem ficar doentes, chorar à noite, nem querer nossa atenção, encontrar o príncipe encantado, valorizar a origem ilícita do dinheiro, jogar na loteria; No mundo real temos: consequências de nossas ações, sem responsabilidade, ter trabalho é a única opção, ter filhos que não são bonecas, precisam de atenção e carinho. O *ethos* institucional descreve um posicionamento diverso em relação ao leitor da revista por ser diferente e não o ser aquele do mundo maravilhoso, somente do mundo real.

O *ethos* institucional edifica a representação social de seu público alvo de diferenciado, excluído e de um ser não maravilhoso.

1º Editorial n. 532

CONCLUSÃO A inclusão, bem o sabemos, é um direito, fruto de conquista, jamais uma concessão e muito menos um modismo. Todos nós propugnamos por ela, sempre respeitando, democraticamente, a diversidade e a pluralidade de ideias. (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 532, 2014)	Na conclusão, o <i>ethos</i> institucional expressa “A inclusão, bem o sabemos, é um direito, fruto de conquista, jamais uma concessão e muito menos um modismo”, construindo uma escala de totalidade maior em “bem o sabemos”, ancorando-se nas experiências e vivências adquiridas ao longo do percurso do IBC. Reafirma também que “é um direito, fruto de conquista, jamais, uma concessão e muito menos um modismo”, visando formar uma imagem positiva acerca da persistência e da luta do IBC em prol da inclusão. Especificamente no trecho “jamais uma concessão e muito menos um modismo”, é usado o advérbio “jamais” a fim de demonstrar sua não aceitação, assim como o uso dos substantivos “concessão” e “modismo”, explicitamente, expressa não ser algo ofertado pelo governo ou efêmero, procurando configurar uma imagem negativa no intuito de induzir o leitor a aceitar as proposições feitas. Em “Todos nós propugnamos por ela, sempre respeitando democraticamente, a diversidade e a pluralidade de ideias” – é usado para ressaltar e ancorar a imagem positiva da inclusão em valores afetivos e em desejos dos deficientes e de seus familiares.
--	---

2º Editorial n. 534

CONCLUSÃO Tal realidade não se confirma nem resiste a qualquer análise científica, já que instituições como o IBC e o INES (esta especializada na educação de surdos) vão abastecer, com seus conhecimentos, as escolas regulares, sem deixarem de exercer sua função principal de escolarizar as crianças cegas e de baixa	A comissão editorial faz sua argumentação realçando a inverdade impetrada pela esfera social, mostrando que a detenção de conhecimento acerca desses institutos será necessária para o desenvolvimento das escolas regulares, as quais são desconhecedoras das especificidades das crianças cegas ou de baixa visão, e, que, ao mesmo tempo, continuarão com seus papéis sociais, principalmente contando com a escolha dos familiares. O uso do operador argumentativo “nem”
--	--

visão, em observância ao princípio democrático da liberdade de escolha do modelo de ensino por parte de seus pais ou responsáveis. A Comissão Editorial (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 534, 2014)	ênfata a conclusão anterior; há também a inserção do adjetivo “democrático”, a fim de realçar uma valoração positiva ancorada nas crenças, valores e atitudes sociais e individuais. O <i>ethos</i> institucional arquiteta a representação social do IBC coo único detentor de conhecimento específico, e a representação social de seu leitor como uma pessoa pacífica que recebe a informação, e que deve, portanto, ser redirecionada pela persuasão a aderir aos argumentos elencados
---	---

3º Editorial n. 542

CONCLUSÃO É tempo de repensarmos nossas opiniões e crenças relativas ao ser humano! Vocabulário Invisibilidade social: Condição daquele cuja diferença a sociedade superestima, de modo a torná-lo desprovido de qualquer valor como pessoa. Diretor geral: João RicardoComissão editorial (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 542, 2016)	Na conclusão, expressa uma opinião com a oração “É tempo de repensarmos nossas opiniões e crenças relativas ao ser humano”, utilizando o pronome “nós”, que convida o leitor a aderir às ideias ali expressas. O cenário social construído apresenta dois grupos, quais sejam: no primeiro, os representantes do poder e a minoria; e, o segundo, representativo da instituição, orientando o seu público-alvo a refletir sobre as diferenças, expressando que as pessoas com deficiência visual são as responsáveis pela atitude do grupo social. A relação estabelecida entre o Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Benjamin Constant e a equipe editorial, ao mesmo tempo em que se insere na aceitação da diferença, distancia-se do público-alvo, realçando a diferença entre o <i>ethos</i> institucional e seus leitores, pois esses são pessoas que devem ser controladas e orientadas. O <i>ethos</i> institucional constrói uma argumentação acerca da interdependência, demonstrando a representação social da RBC e da comissão editorial como reconhecedores da pessoa com deficiência visual em sua plenitude, mas, simultaneamente, expressa que a representação social de seu leitor – visto como alguém dependente, carente e vulnerável – ainda persiste, mesmo assim, são responsabilizados pelas diferenças dos outros grupos sociais. Por fim, observa-se que a pessoa com deficiência visual – único público-alvo da revista – convive diariamente, no contexto social, com a diferença, mas, mesmo assim, são orientadas a refletir sobre o assunto e a rever suas opiniões, atitudes e crenças.
--	--

4º Editorial n. 554

CONCLUSÃO Portanto, caro leitor, não tenha vergonha de usar sua bengala, ler seu livro em Braille, fazer uso de sua reglete em público. Estes instrumentos são a prova de que você é um cidadão disposto a ocupar seu lugar no mundo. Comissão Editorial (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 554, 2019)	Na conclusão, o <i>ethos</i> institucional apresenta uma conclusão, argumentando: “Portanto, caro leitor, não tenha vergonha de usar sua bengala, ter seu livro em Braille, fazer uso de sua reglete em público”. O operador argumentativo, “portanto”, registra tal conclusão. A comissão editorial solicita que seus leitores, sobre os instrumentos estigmatizados, tornem visual sua deficiência, ancorado em crenças, valores e atitudes sociais dos outros grupos sociais – e não pelo grupo minoritário de seus leitores. Nesse sentido, a representação social da comissão editorial é de condutora e orientadora, e, de seu público alvo, de conduzido e orientado.
--	--

5º Editorial n. 556

CONCLUSÃO Vivamos com responsabilidade, sem medo de enfrentar os obstáculos e aprendendo a ver, com equilíbrio e sensatez, a vida como um processo que tem seus percalços, mas vale muito a pena. Comissão Editorial (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, n. 555, 2020)	Na conclusão, o <i>ethos</i> institucional reforça, intensifica e sugere: “Vivamos com responsabilidade, sem medo de enfrentar os obstáculos e aprendendo a ver, com equilíbrio e sensatez, a vida como um processo que tem seus percalços, mas vale muito a pena”. A comissão editorial procura convencer seu leitor de que a responsabilidade é a resposta para aceitar o mundo real, e, nesse sentido, a utilização dos substantivos “equilíbrio” e “sensatez” é para demonstrar que, sob esse prisma, é possível a convivência no mundo real. A argumentação desenvolvida finaliza com o uso do operador argumentativo, “mas” para expressar “um movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos mesmo que implícitos, quando orientados em sentidos contrários”, que Koch e Elias (2021, p. 70) corroboram a afirmação de Ducrot (1987). As representações sociais desenvolvidas para o leitor da Revista Brasileira para Cegos se agregam ao “Não idealizado”, ao “Não esperado”, ao “Passivo”, transparecendo uma discriminação em relação à pessoa com deficiência visual, ancorada e objetivada pelos estigmas e estereótipos individuais e sociais.
--	---

Na conclusão do editorial n. 532, o *ethos* institucional defende a inclusão, a diversidades e a pluralidade de ideias, e, se opõe ao modismo atual.

Na conclusão do editorial n. 534, o *ethos* institucional manifesta que a escola especializada é a fonte de conhecimento para as escolas regulares, reafirmando o posicionamento da necessidade de se adequarem para promoverem a inclusão.

Na conclusão do editorial n. 542, o *ethos* institucional aconselha a reconsiderar opiniões e crenças sociais, mas a sugestão é proposta para seu leitor – pessoa com deficiência visual –

que deve refletir sobre as opiniões e crenças sociais, mesmo que sejam alvo dos grupos sociais majoritários.

Na conclusão do editorial n. 554, o *ethos* institucional aconselha que seu leitor “não tenha vergonha de usar a bengala, ler seu livro em Braille, fazer uso de sua reglete em público”. Demonstra, novamente, um distanciamento e uma separação entre o *ethos* institucional, representante do IBC, da *RBC* e Esfera Federal, e de seu leitor, demonstrando uma lacuna que não deve ser preenchida.

Na conclusão do editorial n. 556, o *ethos* institucional aconselha seus leitores “a viver com responsabilidade”, “equilíbrio e sensatez”, e, utiliza o verbo “vivamos” para se incluir de maneira cortês.

O *ethos* institucional constrói a representação social da pessoa com deficiência visual de dependente de orientação, responsáveis pelas crenças e opiniões sociais por serem diferentes e um ser distante.

4.3 Comparação entre os períodos

Em relação aos títulos e temas, nos dois períodos, a defesa ao IBC está presente, em relação à presença do *ethos*, no primeiro, há institucional, empírico e prévio com uma intencionalidade afetiva para com o grupo minoritário, pois compartilham das mesmas experiências, no segundo, o *ethos* institucional tem uma intencionalidade ancoradas em julgamentos valorativos, reforçando as crenças, valores, atitudes e opiniões sociais.

Nas apresentações, os *ethos* institucional, prévio e empírico estão presentes, no segundo o *ethos* institucional, e, os dois períodos defendem o IBC, e, são opositores à inclusão sob a ótica do sistema regular de ensino. No primeiro há um compartilhamento entre a editorialista e seu leitor, pois ambos possuem a mesma experiência. No segundo período, há uma ação de distanciamento em relação ao seu grupo de leitores e defende a interdependência como fator essencial no bem-estar das pessoas.

Nos desenvolvimentos, o *ethos* institucional, prévio e empírico estão presentes no primeiro com as expressões de valorização negativa em relação à inclusão atual sob o prisma do sistema regular de ensino, assim como, no segundo; no segundo, *ethos* institucional representante da *Revista Brasileira para Cegos* e do Instituto Benjamin Constant expressa que há “um viés segregador”, por parte do MEC, quando classifica as escolas especializadas em “escolas especiais” para diferenciar suas funções. Demonstra um distanciamento de seu leitor,

e, que a pessoa com deficiência visual é invisível e excluída socialmente, sendo assim, necessita da bengala para torná-la visível, demonstrando que o papel social de seu público alvo é de necessitado, ancorando-se em crenças, valores e atitudes sociais contribuindo para a propagação do afastamento e que pertence ao mundo real e não ao mundo dos sonhos.

A comparação dos dois períodos, no item conclusão, analisa-se a seguir:

As conclusões do primeiro período, o *ethos* institucional, prévio e empírico sugere e interpreta as ações das crenças, valores sociais do grupo minoritário e individual, e, salienta a importância da religião e o companheirismo que compartilha com seus leitores; no segundo, o *ethos* institucional perpetua o distanciamento entre o grupo editorialista e de seus leitores ancorados nas crenças, valores e julgamentos do grupo social dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa foi instigada pelo interesse acerca das informações que a *Revista Brasileira para Cegos*, doravante RBC, publicava aos estudantes deficientes visuais quando eles se debruçavam para lê-la. Considerando esse interesse, os questionamentos que guiaram este percurso foram: Quais as representações sociais da pessoa com deficiência visual construídas pelos editorialistas da RBC? Quais as expressões com valores qualificativos selecionados para avaliar positiva ou negativamente a representação social da pessoa com deficiência visual? E, por hipótese O *ethos* institucional, construído nos editoriais da RBC, elaborados por uma representante do IBC, apresenta divergência em relação aos editoriais elaborados pela comissão editorial sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no que tange à construção da representação social da pessoa com deficiência visual.

Para responder aos questionamentos e afirmar ou não a hipótese mencionada, registrou-se como objetivo geral: Demonstrar como o *ethos* institucional constrói a representação da pessoa com deficiente visual; e como específicos: analisar o *ethos* institucional dos editoriais da RBC sob a ótica do IBC, no período de 2000 a 2011; analisar o *ethos* institucional dos editoriais da RBC sob o olhar do MEC, no período de 2012 a 2021 e, comparar os resultados dos dois períodos históricos.

Para atingir o objetivo geral partiu-se das leituras abaixo indicadas:

Os fundamentos teóricos de Amossy (2011) permitiram a análise argumentativa do discurso, a influência da interação social nas relações interpessoais e ritualizadas. A leitura de Maingueneau (2008) possibilitou a compreensão do conceito de *ethos* institucional, prévio e empírico, conceitos esses aplicados à constituição do texto persuasivo. Em Charaudeau (2016) observou-se a confirmação da eficácia do orador na persuasão. Compreender os conceitos de marcadores argumentativos e de intertextualidade, presentes em Koch & Elias (2021), possibilitou avaliar os termos valorativos em negativo e positivo. A leitura de Moscovici (2015) trouxe a compreensão da importância da formação do contexto no interior do grupo de que o indivíduo participa e da representação social na produção do comportamento nas relações com o meio ambiente e com os processos de ancoragem e objetivação, que possibilita as transformações do desconhecido para conhecido. Em Goffman (2008) tem-se o foco e o papel representado pelo sujeito com o intuito de impressionar os outros e a diferença dessa realização com só um ator ou com a presença de uma equipe. Desse modo, para tratar da estrutura esquemática do editorial e da opinião institucional

que reflete a instituição, assim como para expressar opiniões que demonstram as condições sociais, culturais ou políticas compartilhadas pela elite, recorremos a Van Dijk. A leitura de Cobo, Rodrigues e Bueno (2003) possibilitou a contextualização da pessoa com deficiência visual, desde seu nascimento, a reação dos pais, bem como a ressignificação da deficiência.

Feito o estudo a partir dessa fundamentação teórica, obtiveram-se os resultados que serão aqui apresentados:

No primeiro período, de 1992 a 2011, o *corpus* em análise evidencia o preconceito de que é alvo o seu leitor devido aos valores negativos construídos pelos grupos sociais dominantes e dos saberes, crenças, valores, norma, conhecimentos, julgamentos sociais e individuais; expõe seu posicionamento ideológico em relação à inclusão educacional e classifica as escolas regulares com uma avaliação negativa.

A representação social da pessoa com deficiência visual é avaliada por companheirismo, participante e por uma intencionalidade afetiva.

Assim, sob esse olhar, os *ethos* institucional, empírico, prévio e afetivo edificaram e avaliaram como argumentos a imagem positiva da *RBC*, sendo o IBC marco indispensável de inclusão. Como avaliação negativa, tem-se a imposição da inclusão educacional, considerada inadequada. Nesse sentido, tais *ethos* elegeram a representação social do IBC como centro de estudo e representante da inclusão, sendo a *RBC* comprometida com os valores expressos sociais e individuais da pessoa com deficiência visual e de seu leitor como companheiro e participante.

Em relação ao segundo período, de 2012 a 2021, os cinco editoriais apresentam um *ethos* institucional distante do seu público-alvo.

Em relação à representação social o *ethos* institucional, nos editoriais deste período, demonstra que a revista impõe uma ação separatista de seu leitor. Nesse sentido, a publicação encontra-se, distante de seu público-alvo, não percebendo a realidade do contexto da pessoa com deficiência visual, bem como não reconhecendo os percalços que seu leitor enfrenta nos contextos pessoal, familiar e social. Notou-se que a representação social de seu público-alvo reflete uma pessoa passiva, não idealizada e não esperada, necessitando, portanto, ser conduzida a aceitar o seu papel social, assim como ser alvo de responsabilidade de outro.

Sendo assim, pode-se afirmar que o objetivo geral foi alcançado mediante a leitura cuidadosa das obras já apresentadas.

Em relação aos objetivos específicos considera-se que todos foram atingidos, pois, fez-se a análise dos editoriais que abordaram assuntos sobre a inclusão, exclusão, deficiente visual

e as diferenças que demonstraram um *ethos* institucional, prévio e empírico com posicionamento contrário à inclusão realizada pelo sistema regular de ensino, defensor da inclusão educacional da pessoa com deficiência visual do *IBC* e pelo registro de termos valorativos de afeição na construção social de seus leitor, procedimento que levou a atingir o primeiro objetivo.

Analisou-se e registrou-se a presença do *ethos* institucional diferenciado do anterior, com um posicionamento de adequação da inclusão à pessoa com deficiência visual, mantenedor de um distanciamento de seu público-alvo ancorados nas crenças, valores e julgamentos sociais do grupo social dominante, o que levou a atingir o segundo objetivo.

A partir da análise – e comparados os dois períodos – notou-se um diferenciador entre o *ethos* institucional presente em ambos: no primeiro, um *ethos* institucional defensor, amigo e com uma avaliação afetiva positiva de seu leitor; no segundo, um *ethos* institucional pertencente a um grupo social distante do grupo minoritário, público-alvo da *RBC*, procedimento que levou a atingir o terceiro objetivo.

No tocante à hipótese da tese, pode-se dizer que foi confirmada, pois a pesquisa demonstrou que os dois períodos históricos apresentam divergência entre si, uma vez que os editoriais elaborados por uma representante da instituição *IBC* e os editoriais construídos pela equipe do *IBC* com a supervisão do MEC, indicaram que no primeiro a construção social da pessoa com deficiência visual englobou o companheirismo e o compartilhamento das crenças e valores individuais e sociais desse grupo minoritário; no segundo, a construção da representação social do leitor da *RBC* foi de dependente, diferente e responsável pelos preconceitos de que são alvos.

Por fim, pode-se dizer que essa tese é uma contribuição para os interessados em saber como se instaurou o trabalho editorial, voltado à pessoa com deficiência visual, na *RBC* em parceria com o *IBC*. Julga-se sua pertinência e sua relevância, considerando o momento histórico atual quando as atenções se dirigem as questões da inclusão social e pedagógica da pessoa com deficiência na tentativa de tornar a sociedade brasileira consciente de que todos são iguais e têm os mesmos direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

- ALLPORT, G. *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison – Abrans, D. & Hogg, M. **Social identity theory: constructive and critical advanced**. New York: Harvestir – Wheatshcaf 1954.
- AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)**. São Paulo: Robe Editora, 1995.
- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (orgs.). **Análise do Discurso hoje**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.
- AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EIDEA – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389/395>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- ALLPORT, G. **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.
- ARAÚJO, V. B. de. **Leitores especiais de jornais: um estudo sobre estratégias de acessibilidade de pessoas cegas ao webjornalismo paraibano**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias do gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v. 117, p. 127-147, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/546/1875>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- AUHLIN, A. Ethos e experiência do discurso: algumas observações. *In*: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (orgs.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. p. 201-225.
- BRASIL. Decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854. Cria nesta Corte um instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos. **Coleção das leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 295-300, 1854.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Benjamin Constant. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Ano CXXXVI, nº 75-E. Brasília: Distrito Federal, 1998.
- BRASIL. Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da**

União, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BUENO, J. S. Cegueira e estereótipos. In: MARTÍN, M.B.; BUENO, S.T. (orgs.). **Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. Tradução Magali de Lourdes Pedro. São Paulo: Livraria Santos Editora Ltda., 2003. p. 153-160.

CAVALCANTE, M. M.; FARIA, M. das G. dos S.; CARVALHO, A. P. L. Sobre intertextualidades estritas e amplas. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 7-22, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/31250/71735>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por SILVA, A. L.; ANGRESANO, R. M. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, jan/jun, 2017.

CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a estória da Severina**. um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CIAMPA, A. da C. Identidade e metamorfose. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 58-75.

COBO, A. D.; RODRIGUES, M. G.; BUENO, S. T. Aprendizagem e deficiência visual. In: MARTIN, M. B.; BUENO, S. T. (orgs.). **Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. São Paulo: Livraria Santos Editora Ltda., 2003. p. 129-143.

DELMANTO, A. **O deficiente visual como turista: motivações, facilitadores e inibidores na escolha de destinos turísticos**. 2020. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Comportamento do Consumidor) - Escola Superior de Propaganda em Marketing - ESPM, São Paulo, 2020.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FALCHETTI, C. **Entendendo a vulnerabilidade do consumidor cego: traços de personalidade e adaptação ao mercado de consumo**. 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado em Administração, com ênfase em Gestão Internacional) - Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM, São Paulo, 2015.

FALCHETTI, C. **Explorando o engajamento, bem-estar, coping e vulnerabilidade do consumidor**. 2020. Tese (Doutorado em Gestão Internacional - Administração) - Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, São Paulo, 2020.

FIORIN, J. L. **Elementos da análise do discurso**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2. ed. Rio de Janeiro: Har Editores, 1978.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALLIDAY, M. A. K. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional**. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 1999.

HILDEBRANDT, H. T. Contando a história do IBC através de alguns de seus regimentos. **Revista Benjamin Constant**, publicação técnico-científica do Centro de Pesquisa, Documentação e Informação do Instituto Benjamin Constant, parte 2, p. 1-4, 2004. Disponível em: <http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/532>. Acesso em: 04 set. 2023.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p. 31- 61.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, nº 2419, 1844.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e Argumentar**. 1. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MACHADO, M. P. **Telejornalismo, identidades e deficiência visual**: representação e recepção midiáticas junto a pessoas com deficiência visual. 2013. 316 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3 ed. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Cenas de Enunciação**. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Frases sem textos**. Trad. Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 (coleção cotidiano escolar)

MARCUSCHI, L. A. Ação dos verbos introdutórios de opinião. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, n. 14, n. 64, p. 74-92, jan./jun. 1991.

MELO, J, M. **Gênero jornalístico na Folha de São Paulo**. São Paulo: JTF, 1987.

MENEZES, W. A. Estratégias Discursivas e Argumentação. In: LARA, G. M. P. (org.). **Lingua(gem), texto e discurso**: entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 87-105.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, J. G. de. **A memória sobre a deficiência visual na Revista Brasileira para Cegos (RBC)**. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/13103/Diss%20461%20-%20JEFFERSON%20GOMES%20DE%20MOURA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 fev. 2023.

MYERS, D. G. **Psicologia Social**. (trad.) Dniel Bueno; Maria Cristina Monteiro, Roberto Cataldo Costa. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. Representações Sociais. In: JACQUES, M. da G; SREY, M. N. **Psicologia Social Contemporânea**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PARRET, H. **A estética da comunicação**: além da pragmática. Tradução de Roberta P. Oliveira. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997

PERELMAN, C. **Retóricas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PLANTIN, C. As razões das emoções. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (org.). **As emoções no discurso**. v. 2. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 57-80.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano I, n. 1, 1942.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXIII, sem número, 2005.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXIII, n. 504, 2005.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXVI, n. 512, 2008.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXVIII, n. 519, de 2010.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXIX, n. 524, 2011.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXIX, n. 525, 2011.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXX, n. 526, 2012.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXXII, n. 532, 2014.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXXII, n. 532, 2014.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXXII, n. 534, 2014.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXXIV, n. 542, 2016.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXXVI, n. 554, 2019.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXXVIII, n. 556, 2020.

SANTOS, N.; SANTOS, Y. L. **Antologia do Pensamento Mundial**. São Paulo: Livraria e Editora Logos, 1969.

SCHWARTZMAN, J. S. *et al.* **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999.

SILVA, M. C. C. **Aplicativo de notícias ao pé do ouvido**: inclusão digital e garantia de autonomia nas apropriações de notícias online por pessoas com deficiência visual. 2021. 110 f. Relatório Técnico (Mestrado Profissional em Indústrias Criativas) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2021.

SILVEIRA, R. C. P. da. **Um novo olhar para as narrativas de humor**: os sentidos no cotidiano e na cultura. *In*: PIRES, Leda Corrêa; BEZERRA, Antonio; CARDOSO, Denise (orgs). O texto em perspectiva. Aracajú: UFA, 2009

VAN DIJK, T. A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

VAN DIJK, T. A. **La ciencia del texto un enfoque interdisciplinario**. Buenos Aires/Barcelona: Paidós, 1983

VAN DIJK, T.A. Ideología y análisis del discurso. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 10, n. 29, p. 9-36, jun. 2005. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162005000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 09 set. 2023.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia**. Estudos na ACD. Porto: Campos das Letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução LLARI, R. São Paulo: Contexto, 2012.

ANEXOS

Os editoriais são transcritos conforme a configuração original para impressão no sistema Braille.

Editoriais do primeiro período

S/número Editorial de Julho a dez 2005

A Revista Brasileira para Cegos orgulha-se em participar das comemorações dos 150 anos do Instituto Benjamin Constant.

Referência Nacional, primeira escola para cegos da América Latina, o Instituto Benjamin Constant é, e será sempre, um marco, um ponto de partida para a longa jornada do aprimoramento pessoal.

Farol, cujos raios poderosíssimos indicarão sempre a direção exata do porto seguro onde abrigar-se.

Perene como uma catedral, muitos tentaram arrastá-lo a outro destino que não o digno destino de educar, ensinar, encaminhar e integrar jovens cegos a uma sociedade nem sempre receptiva.

Marco, farol, catedral, entrelaçando-se em uma única estrutura de belas colunas jônicas e magnífica escadaria. Entrelaçando-se, também, em nossas vidas, desde o convívio imprescindível com os companheiros cegos -- que somente uma escola especializada pode proporcionar -- aos primeiros momentos de nossa aprendizagem, exercida através do apoio de excelentes professores, também oriundos desta Casa.

Não há palavras que definam a plenitude do sentimento que dedicamos ao Instituto Benjamin Constant, sentimento este capaz de doar-lhe nossos gratos corações (transcrição do original para impressão ao sistema Braille).

Editorial nº 504

Preconceito

“O homem pensa, a mulher sonha” (Victor Hugo). Lamentavelmente, este era o conceito que se fazia sobre a mulher no século XIX. No decorrer dos anos, no entanto, o preconceito recrudescer, como, por exemplo, com o exacerbado nazismo, aniquilando o progresso, a digna caminhada...

Que seria do mundo se não fossem as diferenças: as várias religiões, as diversas etnias, os múltiplos sistemas políticos?... É a diversidade que enseja o crescimento pessoal, o progresso dos povos. É a troca de experiências que gera o conhecimento das várias tecnologias em prol de toda a humanidade. É a miscigenação, e não o cruzamento entre raças semelhantes, que faz um povo forte.

Há ainda o preconceito que sofremos nós, os “deficientes”, apesar de “eficientes”. Como diz Rachel de Queiroz: “Deficientes somos todos nós: uma miopia, uma unha encravada...”

Não há justificativa possível para que uns rejeitem outros em nome de alguma diferença. Perante Deus, Alá, Jeová, ou outra força cósmica que nos reja, somos todos iguais. (transcrito do original para impressão ao sistema Braille).

Editorial nº 512

Inclusão

"Inclusão social, sim -- inclusão educacional, Não." Manifestação dos surdos da FENEIS.

Infelizmente, temos de aceitar que a inclusão educacional de crianças deficientes é um fato real e, diante disso, não há o que discutir, mas há o que melhorar.

Não basta, apenas, colocar uma criança deficiente em escolas ditas "normais", sem que haja uma adequação séria por parte da escola que virá a recebê-la, como: espaço físico adaptado, professores com formação em educação especial e, principalmente, integração entre todos os que estudam, deficientes ou não, preparando-os para um convívio cooperativo e harmonioso.

É imprescindível a transmissão dos conhecimentos de uma instituição especializada, como o IBC, para as escolas que tenham, em seus quadros, essas crianças, a fim de normatizar o ensino desses alunos e garantir-lhes sua integração, sem que seqüelas interfiram em seu crescimento intelectual e social. (transcrito do original para impressão ao sistema Braille).

Editorial nº 519

O IBC e a Inclusão

Quando a inclusão sequer havia sido cogitada, éramos aproximadamente quatrocentos alunos. Hoje, não passam de cem.

Quanto ao corpo docente, a maioria esmagadora era de professores cegos, pois a excelência da transmissão dos conhecimentos de uma pessoa cega para outra é inigualável.

Tristes as crianças cegas que não usufruem dos ensinamentos de uma professora também cega desde às primeiras letras.

Na vida prática, a questão do detalhe faz a diferença. Quantas vezes já ouvimos: “a carne estará no ponto quando ficar dourada”; uma pessoa cega dirá a outra: “quando ficar macia, cheirando forte, etc., etc.”.

A inclusão é feita, às vezes, de maneira inversa: pessoas de visão normal ocupando espaços que deveriam ser, no mínimo, divididos entre uns e outros, isto é, cegos e não cegos.

A inclusão que se faz necessária é a social; mas esta é uma utopia.

Tolerância zero à manipulação sobre a vida do cego, pois ele sabe à perfeição o que lhe convém, o que o faz feliz, digno e apto ao enfrentamento dos obstáculos que surgirem diante de sua vida. (transcrito do original para impressão ao sistema Braille).

Editorial nº 524

A Indesejável Inclusão

Numa visão futurista, D. Pedro II percebeu a importância de se encaminharem cegos e surdos a ocupar seus espaços junto numa sociedade outrora ainda mais conservadora e preconceituosa. O que fez D. Pedro? Comprometeu-se com a fundação de escolas especializadas que atendessem e encaminhassem cegos e surdos para uma vida plena de conhecimentos, facilitando assim o convívio dessas pessoas com os demais membros dos vários grupos sociais.

Entretanto, numa visão retrógrada e totalmente oposta à do velho imperador, querem destruir esses espaços vitais, que contribuíram, ao longo de 156 anos, para a formação, socialização e a verdadeira inclusão de cegos e surdos.

Analisemos, apenas sob um aspecto, a desastrosa *inclusão de hoje*, deixando de lado a excelência do ensino especializado.

Estamos nos referindo aos intervalos e recreios, quando crianças sem deficiência brincam de mil coisas inacessíveis às crianças com deficiência. Ficarão estas dentro de suas salas, impossibilitadas que estão para os jogos inteiramente visuais?

Em uma escola especializada, brincam juntas daquilo que juntas podem brincar. (transcrito do original para impressão no sistema Braille).

Editoriais do segundo período

Editorial nº 532

A desconstrução da Inclusão

Desta vez, fomos estimulados a nos deter neste tema bastante efervescente, em função das controvérsias que tem provocado, ante o confronto aberto entre diferentes visões. Pode se constatar que o processo inclusivo adquire múltiplas facetas: a inclusão escolar, a profissional e a social, que engloba as demais, porquanto, sem ela, as outras ficam comprometidas.

O setor acadêmico do MEC tem discutido, exaustivamente, a inclusão escolar, havendo já optado pela matrícula obrigatória das crianças com deficiência, desde os 4 anos de idade, nas chamadas escolas regulares, reservando as denominadas escolas especiais para os programas de Atendimento Educacional Especial (o conhecido AEE), que incluiriam aquelas com deficiências severas.

Já há algum tempo, o IBC foi classificado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao MEC, inicialmente nesta categoria de atendimento escolar, o que provocou forte reação dos pais, de grande parte dos professores e parcela significativa da opinião pública, levando-os a se mobilizarem na defesa do IBC e do INES como escolas de currículos comuns aos das demais, apenas com as preocupações e especificidades do Ensino para as crianças cegas, de baixa visão ou surdas.

A desconstrução desta ideia de inclusão escolar deve ser a prioridade natural de quem pensa uma educação de qualidade para todos, indistintamente. Tanto o IBC e o INES, como Instituições Federais de Ensino, quanto as entidades privadas, que desempenham idêntico papel no oferecimento da escolaridade às pessoas com deficiência, devem ser preservados, pelo respeito ao direito de as famílias escolherem o ambiente educacional desejável para os filhos, garantindo-se, assim, seu espaço próprio e permitindo a coexistência pacífica dos dois modelos escolares, igualmente importantes.

Como se pode depreender do exposto, não basta matricular uma criança com deficiência numa escola regular; ela terá de sentir-se incluída em suas dependências e com os colegas de classe.

Recentemente, a Associação dos Ex-Alunos e a Associação de Docentes do Instituto Benjamin Constant, a Sociedade Pró-Livro Espírita em Braille e o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar do Cego subscreveram e enviaram à Senhora Diretora-Geral do Instituto, Maria Odete Santos Duarte, também Presidente do Conselho Diretor, órgão colegiado da Instituição, documento informativo sobre o atual projeto político para a educação inclusiva, solicitando-lhe

fosse ele reenviado ao referido Conselho, para um posicionamento quanto à importância e abrangência de seu conteúdo.

O Conselho, partilhando a preocupação das entidades de cegos, elaborou com elas um documento encaminhado aos senadores da República, propondo a preservação das escolas especializadas, tendo em vista a proximidade da votação da Meta 4, integrante do Plano Nacional de Educação (PNE), a vigorar até o ano de 2020.

Um outro ponto abordado na produção do texto foi o de alterar a faixa etária de quatro para zero ano, já que este período é essencial para o início do processo do desenvolvimento educacional de toda e qualquer criança, sem excluir aquela com deficiência visual.

Propôs-se, ainda, que seja mantida na redação final, transcrita no parágrafo seguinte, a expressão "preferencialmente nas escolas regulares", relativamente às matrículas.

Meta 4: "universalizar, para a população de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados."

O texto foi aceito no Senado com a expressão "preferencialmente em escolas regulares", porém com faixa etária a partir dos 4 anos. Aguardamos, para 2015 e com muita expectativa, a votação desta matéria na Câmara, onde por certo será objeto de grande embate político pelos que fazem contraponto à proposta já aprovada.

Há um princípio basilar a ser acentuado no processo de inclusão das pessoas com deficiência:

Uma Escola Inclusiva reclama uma sociedade igualmente inclusiva. O Instituto Benjamin Constant não tem feito outra coisa, ao longo de sua trajetória educacional, senão incluir suas crianças e seus adolescentes, seja na escola dita regular, forjando futuros cidadãos, seja no mercado de trabalho, como profissionais, consumidores e contribuintes, seja na vida em comunidade.

A inclusão, bem o sabemos, é um direito, fruto de conquista, jamais uma concessão e muito menos um modismo. Todos nós propugnamos por ela, sempre respeitando, democraticamente, a diversidade e a pluralidade de ideias. (transcrito do original para impressão no sistema Braille)

A Comissão Editorial

Editorial n. 534

IBC 160 anos -- uma trajetória em busca da inclusão das pessoas cegas

17 de setembro de 2014 poderia ser um dia como outro qualquer. Para as pessoas cegas, contudo, é uma data emblemática, por adquirir uma dimensão relevante de luta, em seu sentido mais amplo, pela inclusão de cada uma delas em todas as esferas possíveis de atuação. Ora, este processo ainda é, e sempre será, resultado das ações diretas, ininterruptas e decisivas do Instituto Benjamin Constant, inaugurado como Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, quando seus primeiros dirigentes plantavam na América Latina, sem rótulos, as sementes geradoras de uma sólida instituição educacional voltada aos indivíduos privados da visão, concretizando o sonho de José Álvares de Azevedo, menino de espírito ousado que, aos nove anos, deixou o Rio de Janeiro para estudar no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, trazendo-nos de lá o sistema de leitura e escrita em relevo, mui justamente reconhecido, em todo o mundo, pelo sobrenome de seu inventor, Louis Braille.

Nossos leitores não precisam assustar-se! Não seremos enfadonhos e piegas. A despeito da importância dos fatos do passado, pretendemos revivê-los apenas como forma de reverenciar o protagonismo de personalidades cegas que, graças à persistência, lograram conquistar seu espaço, utilizando-se do IBC para se afirmarem como pessoas, como membros integrados a uma comunidade, como trabalhadores em diferentes campos de atividade, pensando, sentindo e agindo, em busca de melhor qualidade de vida, para si e sua família, assim alcançando o *status* de cidadãos plenos de direitos.

Observando o passado e vivenciando o presente de nossa instituição, podemos constatar que o IBC, mesmo contrariando as concepções e previsões acadêmicas notoriamente equivocadas, prosseguirá desempenhando seu papel de construtor da inclusão, servindo como fonte de água ainda limpa, livre dos vírus e bactérias dos ganhos fáceis de organizações pouco exemplares.

Desta água corrente do saber, traduzido pelo valioso patrimônio intelectual de que o IBC é detentor há mais de um século e meio, por certo muitas instituições similares e as chamadas escolas regulares, públicas e privadas, beberão, naturalmente.

Parece-nos que, hoje, o termo "inclusão" se transformou em algo midiático, uma espécie de modismo, tornando-se lugar-comum. A ideia nada tem de moderna; é antiga, sedutora, incontestável, imprescindível! Quem, em sã consciência, pode combatê-la?

Hoje ela vestiu-se de nova roupagem ideológica, tendo como fundo o pragmatismo econômico que sentencia que as chamadas "escolas especiais" são impregnadas de um viés segregador, assim perdendo a razão de continuarem existindo como escolas.

Tal realidade não se confirma nem resiste a qualquer análise científica, já que instituições como o IBC e o INES (esta especializada na educação de surdos) vão abastecer, com seus conhecimentos, as escolas regulares, sem deixarem de exercer sua função principal de escolarizar as crianças cegas e de baixa visão, em observância ao princípio democrático da liberdade de escolha do modelo de ensino por parte de seus pais ou responsáveis. (transcrito do original para impressão no sistema Braille).

A Comissão Editorial

Editorial nº 542

Editorial

"Divergência de opinião jamais deve ser motivo para hostilidade." A frase, atribuída a Gandhi, nos leva a refletir sobre as dificuldades de se conviver com as diferenças. É importante nos conscientizarmos de que vivemos num mundo globalizado, onde o reconhecimento da interdependência é regra fundamental para o bem-estar das pessoas e a comunhão dos povos, negando, assim, a superioridade dos valores culturais de qualquer indivíduo, grupo social ou nação.

Infelizmente, cresce o número de casos de hostilidade, motivados pela não aceitação de ideias, comportamentos ou costumes alheios aos nossos, posição inadmissível, pois gera, muitas vezes, ações violentas, que diariamente ceifam vidas em toda parte.

As diferenças são desrespeitadas de várias maneiras, das mais veladas às mais agressivas, de que são exemplos: as piadas e os gracejos relacionados aos grupos sociais minoritários, a invisibilidade e consequente exclusão social da pessoa deficiente, a intolerância religiosa, a violência contra a mulher, física ou por discriminação profissional, o *bullying* e as guerras.

É tempo de repensarmos nossas opiniões e crenças relativas ao ser humano!

A Comissão editorial

Editorial nº 554

Identidade

A bengala talvez seja um dos instrumentos que mais identifica as pessoas cegas, por isso exerce, ao mesmo tempo, os papéis de heroína e vilã. Ela garante uma boa orientação, protege de diversos acidentes, permite que os transeuntes saibam que uma pessoa cega se aproxima, podendo assim oferecer ajuda. No entanto, nem todos os cegos se sentem à vontade com esta identificação.

Arriscamo-nos a dizer que muitas pessoas preferem não se locomover sozinhas para não serem vistas com uma bengala ou aventuram-se a sair sem ela, tornando-se vítimas de acidentes facilmente evitáveis.

No caso das pessoas com baixa visão, tudo parece ainda mais confuso. A sociedade, desinformada, não entende que esses indivíduos também precisam de ajuda e eles, por sua vez, sentem-se constrangidos em pedi-la.

O que motivaria esse tipo de atitude? Vergonha pela deficiência? Vergonha por precisar de ajuda? Um sentimento de inferioridade por ser cego ou pessoa com baixa visão?...

Haverá algum problema real no fato de as pessoas à nossa volta saberem que temos alguma deficiência? Ou isto é uma criação da nossa cabeça?

A sociedade tem seus conceitos e preconceitos. Somos criados nesta mesma sociedade e não percebemos o quanto essas ideias nos atingem. Todavia, cabe a cada um de nós refletir sobre nosso próprio valor independente de possíveis deficiências, já que todos as temos. É nosso direito estar no mundo, utilizar os instrumentos necessários para nosso melhor desenvolvimento, sem nenhuma vergonha; se exercermos esse direito, com o tempo, a sociedade mudará seus conceitos.

Portanto, caro leitor, não tenha vergonha de usar sua bengala, ler seu livro em braille, fazer uso de sua reglete em público. Estes instrumentos são a prova de que você é um cidadão disposto a ocupar seu lugar no mundo (transcrito do original para impressão no sistema Braille).
Comissão Editorial

Editorial nº 556

Responsabilidade

Mas eu não quero...

É o que mais ouvimos quando algo sai diferente do mundo maravilhoso que alguém projetou. É o que mais se ouve quando alguma consequência, muitas vezes até natural e

esperada, parece surpreender alguém, e então nos perguntamos se tudo na vida é questão de querer.

Desejamos coisas sempre maravilhosas: ter filhos, ganhar muito dinheiro, sermos belos e elegantes, conseguirmos o homem ou mulher dos nossos sonhos -- de preferência sem ter que ceder em nada em favor dele(a).

E não há a menor chance de sermos responsabilizados por nada de errado nesses processos. O dinheiro tem de vir sem muito trabalho, os filhos não podem ficar doentes, chorar à noite, precisar de auxílio para o dever de casa, nem mesmo requerer nossa atenção; o príncipe dos sonhos tem que ser bonito, cheio do dinheiro, valorizar a gente, aceitar todas as nossas condições e aí dele se tiver um momento “sapo” na vida! Está barrado para sempre. Com a mulher não é diferente.

Talvez falte em nós a maturidade suficiente para lidarmos com as dificuldades. Nada que se conquista é fácil. Não existe busca sem consequência. O dinheiro adquirido sem trabalho pode ter uma origem ilícita e se assim não for, se tiver sido ganho na loteria, por exemplo, torna-nos pessoas visadas e é preciso refletir com responsabilidade sobre o que fazer com ele para não perdermos, em dois tempos, o que amealhamos com tanta rapidez. Do contrário, o trabalho é a única opção.

Filhos são pessoas e não bonecas com as quais brincamos e que colocamos na estante quando nos cansam. Eles querem ser amados, precisam de atenção, bronca, um olhar especial, carinho e cada um é diferente do outro. Portanto, é normal que deem trabalho.

Encontrar o parceiro ideal não pode ser sinônimo de achar alguém que pense igualzinho a nós. Sempre haverá pontos em que teremos de ceder, em que teremos de nos impor, em que ambos terão de ceder. O que nunca pode faltar é o respeito. E há o momento de cuidar do outro como gostaríamos de ser cuidados.

Não existe vida sem objetivos a atingir e atingir essas metas sem arcar com as responsabilidades decorrentes torna o processo praticamente inviável. Por isso vemos tanta gente abandonando projetos pelo meio do caminho.

Vivamos com responsabilidade, sem medo de enfrentar os obstáculos e aprendendo a ver, com equilíbrio e sensatez, a vida como um processo que tem seus percalços, mas vale muito a pena (transcrito do original para impressão no sistema Braille).

A Comissão Editorial